Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

27 de fevereiro de 2023
Este relatório contém 110 páginas

Capital Social 7.500.000 Euros - matrícula na CRCL com o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503 454 109 – Sede Praça do Príncipe Perfeito, nº2 - 1990-278 LISBOA

Interno

CONTEÚDO

Pag

I Demonstrações financeiras 4
Demonstração dos resultados 4
Demonstração do rendimento integral 5
Demonstração da posição financeira 6
Demonstração das alterações no capital próprio 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
II Notas explicativas às demonstrações financeiras 9
II.1 Políticas contabilísticas 9
II.2 Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras 24
II.3 Segmentos de Gestão 26
II.4 Notas à demonstração dos resultados 28
Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 28
Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro 30
Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas resseguro 32
Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos 33
Nota 5 Rendimentos 35
Nota 6 Gastos financeiros 36
Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas 37
Nota 8 Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões 38
Nota 9 Outros rendimentos/gastos 39
Nota 10 Custos e gastos por natureza a imputar 39
II.5 Notas ao balanço 45
Nota 11 Caixa e seus equivalentes 45
Nota 12 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos 46
Nota 13 Ativos financeiros disponíveis para venda 50
Nota 14 Empréstimos e contas a receber e Investimentos a deter até à maturidade 52
Nota 15 Terrenos e edifícios 52
Nota 16 Ativos tangíveis e inventários 54
Nota 17 Ativos sob direito de uso e passivos de locação 56
Nota 18 Outros ativos intangíveis 57
Nota 19 Goodwill 58
Nota 20 Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido 59
Nota 21 Outros devedores por operações de seguros e outras operações 61
Nota 22 Impostos correntes e diferidos 62
Nota 23 Acréscimos e diferimentos 66
Nota 24 Outros passivos financeiros 66
Nota 25 Benefícios concedidos a empregados 67
Nota 26 Outros credores por operações de seguros e outras operações 71
Nota 27 Outras Provisões 71
II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio 72
Nota 28 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 72
II.7 Outras Notas 73
Nota 29 Transações com partes relacionadas 73

Nota 30 Gestão de riscos 77
Nota 31 Justo valor 87
Nota 32 Passivos contingentes e compromissos 88
Nota 33 Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS 9 a 1 de janeiro 2021 88
..... 88
Nota 34 Normas contabilísticas recentemente emitidas 88
II.8 Eventos subsequentes 93
II.9 Informação adicional sobre a fusão 94
Demonstração da posição financeira 95
Demonstração dos resultados 97
III Inventário de títulos 99
IV Relatório dos auditores 110

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Eur

	Notas	2022			2021		
		Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	274.942.633	-	274.942.633	179.139.385	-	179.139.385
Prémios brutos emitidos		825.952.588	-	825.952.588	369.968.746	-	369.968.746
Prémios de resseguro cedido		(545.195.487)	-	(545.195.487)	(235.187.232)	-	(235.187.232)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(15.903.869)	-	(15.903.869)	(6.354.058)	-	(6.354.058)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores		10.089.401	-	10.089.401	50.711.928	-	50.711.928
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(186.709.118)	-	(186.709.118)	(133.978.553)	-	(133.978.553)
Montantes pagos		(171.305.622)	-	(171.305.622)	(129.783.733)	-	(129.783.733)
Montantes brutos		(445.950.714)	-	(445.950.714)	(219.511.438)	-	(219.511.438)
Parte dos resseguradores		274.645.092	-	274.645.092	89.727.705	-	89.727.705
Provisão para sinistros (variação)		(15.403.496)	-	(15.403.496)	(4.194.819)	-	(4.194.819)
Montantes brutos		(42.867.479)	-	(42.867.479)	(8.748.452)	-	(8.748.452)
Parte dos resseguradores		27.463.983	-	27.463.983	4.553.633	-	4.553.633
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(2.138.377)	-	(2.138.377)	(1.185.465)	-	(1.185.465)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	269.623	-	269.623	(18.254)	-	(18.254)
Custos e gastos de exploração líquidos	4/10	(66.408.971)	-	(66.408.971)	(49.287.076)	-	(49.287.076)
Custos de aquisição		(133.853.364)	-	(133.853.364)	(71.819.758)	-	(71.819.758)
Custos de aquisição diferidos (variação)		3.951.328	-	3.951.328	1.179.506	-	1.179.506
Gastos administrativos		(58.714.004)	-	(58.714.004)	(33.618.053)	-	(33.618.053)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		122.207.069	-	122.207.069	54.971.229	-	54.971.229
Rendimentos	5	16.750.048	885.335	17.635.383	15.825.327	445.416	16.270.743
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		15.414.381	881.330	16.295.711	14.467.631	421.797	14.889.428
Outros		1.335.666	4.005	1.339.671	1.357.696	23.619	1.381.315
Gastos financeiros	6	(4.155.700)	(28.197)	(4.183.897)	(3.724.840)	-	(3.724.840)
Outros		(4.155.700)	(28.197)	(4.183.897)	(3.724.840)	-	(3.724.840)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	4.327.948	5.849	4.333.797	1.293.682	(270)	1.293.412
De ativos disponíveis para venda		4.327.948	5.849	4.333.797	1.293.682	(270)	1.293.412
Outros		-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	7	5.222.124	-	5.222.124	1.777.315	-	1.777.315
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	(385.994)	(785.330)	(1.171.324)	7.084	950.150	957.234
De ativos disponíveis para venda		(399.580)	-	(399.580)	(36.790)	(12.140)	(48.930)
De outros		13.586	(785.330)	(771.744)	43.874	962.290	1.006.164
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	9	(174.218)	-	(174.218)	(131.584)	-	(131.584)
Outros rendimentos/gastos	9	-	300.544	300.544	-	553.557	553.557
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	12	528.615	-	528.615	184.616	-	184.616
Resultado líquido antes de impostos		42.068.613	378.201	42.446.814	9.901.636	1.948.852	11.850.488
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	-	(3.042.363)	(3.042.363)	-	(1.009.652)	(1.009.652)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	-	(3.531.618)	(3.531.618)	-	(2.366.336)	(2.366.336)
Resultado líquido do exercício	28	42.068.613	(6.195.780)	35.872.833	9.901.636	(1.427.136)	8.474.500

Para mais detalhe sobre o ano 2021, ver nota II.9 Informação adicional sobre a fusão.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

		Eur
	2022	2021
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(114.767.682	(24.392.747)
Impostos correntes e diferidos	29.866.142	6.098.187
	(84.901.540)	**(18.294.560)**
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, bruto	(969.691)	212.055
Ganhos / (perdas) atuariais, impostos	-	-
	(969.691)	**212.055**
Total do outro rendimento integral	**(85.871.231)**	**(18.082.505)**
Resultado líquido do exercício	35.872.835	8.474.500
Total de rendimento integral do ano	**(49.998.396)**	**(9.608.005)**

Demonstração da posição financeira

Eur

	Notas	2022	2021
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	19.422.170	19.256.966
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	64.679.510	27.241.886
Ativos disponíveis para venda	13	657.979.280	532.478.279
Empréstimos e contas a receber	14	40.928.487	32.137.376
Depósitos junto de empresas cedentes		261	1.177.091
Empréstimos concedidos		40.928.226	30.960.285
Terrenos e edifícios	15	8.190.488	21.916.499
Terrenos e edifícios de uso próprio		1.933.517	14.306.581
Terrenos e edifícios de rendimento		6.256.971	7.609.918
Outros ativos tangíveis	16	2.304.743	292.792
Inventários	16	19.376	25.886
Ativos sob direito de uso	17	1.767.107	1.551.070
Goodwill	19	1.372.444	1.372.444
Outros ativos intangíveis	18	35.783.655	2.136
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	280.646.275	158.722.724
Provisão para prémios não adquiridos		97.984.736	54.639.884
Provisão para sinistros		182.661.539	104.082.840
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	25	5.376.963	5.955.611
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	93.474.464	78.485.486
Contas a receber por operações de seguro direto		36.260.146	22.181.590
Contas a receber por outras operações de resseguro		4.033.359	6.618.426
Contas a receber por outras operações		53.180.959	49.685.470
Ativos por impostos	22	39.607.527	42.312.890
Ativos por impostos (e taxas) correntes		22.658.250	24.097.523
Ativos por impostos diferidos		16.949.277	18.215.367
Acréscimos e diferimentos	23	2.916.107	2.041.654
Total ativo		**1.254.468.597**	**923.793.699**
Provisões técnicas	20	848.071.655	605.154.308
Provisão para prémios não adquiridos		173.022.957	100.580.670
Provisão para sinistros		642.346.649	485.866.670
De acidentes de trabalho		330.609.046	282.357.009
De outros ramos		311.737.603	203.509.661
Provisão para participação nos resultados		1.568.986	792.746
Provisão para desvios de sinistralidade		30.980.753	17.661.716
Provisão para riscos em curso		152.310	252.506
Outros passivos financeiros	24	59.286.215	52.480.707
Passivos subordinados		44.300.000	44.300.000
Depósitos recebidos de resseguradores		14.986.215	8.180.707
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	25	227.664	456.377
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26	162.246.678	36.893.057
Contas a pagar por operações de seguro direto		33.682.622	18.448.038
Contas a pagar por outras operações de resseguro		39.697.053	11.646.121
Contas a pagar por outras operações		88.867.003	6.798.898
Passivos por impostos e taxas	22	16.307.382	35.159.471
Passivos por impostos (e taxas) correntes		14.797.912	8.282.788
Passivos por impostos diferidos		1.509.470	26.876.683
Passivos de locações	17	1.797.838	1.570.079
Acréscimos e diferimentos	23	23.840.290	16.930.416
Outras Provisões	27	831.353	417.109
Total passivo		**1.112.609.074**	**749.061.524**
Capital		7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação		5.513.509	107.815.171
Reserva por impostos diferidos e correntes		(438.696)	(26.876.682)
Outras reservas		93.411.875	56.151.164
Resultados transitados		-	21.668.022
Dividendos antecipados		-	-
Resultado do exercício		35.872.835	8.474.500
Total capital próprio	28	**141.859.522**	**174.732.175**
Total passivo e capital próprio		**1.254.468.597**	**923.793.699**
Resultado por ação básico e diluído		**23,9**	**5,6**

Para mais detalhe sobre o ano 2021, ver a nota II.9 Informação adicional sobre a fusão.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

		Reservas de reavaliação							
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva de fusão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
31 dezembro 2020	7.500.000	132.207.918	(32.974.869)	99.233.049	-	53.789.246	2.319.246	21.498.640	184.340.181
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	2.149.864	19.348.776	(21.498.640)	0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(24.392.747)	6.098.187	(18.294.560)	-	-	-	-	(18.294.560)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	212.055	-	-	212.055
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.474.500	8.474.500
31 dezembro 2021	7.500.000	107.815.171	(26.876.682)	80.938.489	-	56.151.165	21.668.022	8.474.500	174.732.176
Efeito fusão OCS em 01/01/2022		12.466.020	(3.428.156)	9.037.864	43.558.779	(5.670.901)	-	-	46.925.742
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	847.450	7.627.050	(8.474.500)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(114.767.682)	29.866.142	(84.901.540)	-	-	-	-	(84.901.540)
Dividendos	-	-	-	-	-	(504.927)	(29.295.073)	-	(29.800.000)
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	(969.691)	-	-	(969.691)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.872.835	35.872.835
31 dezembro 2022	7.500.000	5.513.509	(438.696)	5.074.813	43.558.779	49.853.095	(0)	35.872.835	141.859.522

Demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	35.872.835	8.474.500
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	3.407.038	1.514.471
Despesas de aquisição diferidas	(4.079.869)	(1.055.670)
Variação nas provisões técnicas líquidas resseguro	26.660.852	(38.108.432)
Imparidade de outros ativos	1.171.324	(957.234)
Variação de ativos e passivos por impostos	5.003.660	(725.279)
Empréstimos concedidos e contas a receber	(8.791.111)	(727.063)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(30.324.511)	44.057.540
Outros ativos e passivos	2.351.826	6.565.375
Outros passivos financeiros	409.230	(1.643.523)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18.047.102	(2.973.186)
Fluxo líquido proveniente de compras e vendas de ativos financeiros	(80.916.019)	3.197.950
Variação do juro decorrido e reajustamentos	2.239.054	(7.185.486)
	(28.948.590)	**10.433.963**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Fluxo líquido proveniente de compras e vendas investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.333.797	(17.290.693)
Alienação de edifícios de uso próprio e de rendimento	18.890.000	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(2.237.211)	1.213.575
	20.986.586	**(16.077.118)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.000.000)	-
Outras transações de financiamento	(146.111)	(81.579)
	(4.146.111)	**(81.579)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	**(12.108.115)**	**(5.724.734)**
Caixa e equivalentes no início do período	31.530.287	24.981.701
Caixa e equivalentes no final do período	**19.422.172**	**19.256.967**

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. ('Ageas Seguros' ou 'Companhia') é uma Sociedade comercial anónima de direito Português, que se dedica ao exercício da atividade de seguro e resseguro para todos os ramos, excluindo o ramo Vida e tem a sua sede social na rua Gonçalo Sampaio, n.º 39, Porto.

A Companhia resultou da fusão das seguradoras Aliança Seguradora, S.A. (Sociedade incorporante), Companhia de Seguros Garantia, S.A. e UAP Portugal - Companhia de Seguros, S.A. (Sociedades incorporadas), formalizada por escritura pública outorgada em 8 de junho de 1995. Os patrimónios das Sociedades incorporadas integraram o património da Sociedade incorporante, assim como todas as operações, passando a estar contabilisticamente registadas nas contas desta com efeitos a 1 de janeiro de 1995.

A estrutura de detentores de participações sociais manteve-se estável, desde a fusão até 2016, tendo sido comunicado, ainda no decurso do segundo semestre de 2015, a intenção do Grupo AXA de venda das operações de seguros localizadas em Portugal ao Grupo Ageas – incluindo a totalidade da participação na Companhia, bem como a sucursal local que comercializa seguro direto, a AXA Global Direct Seguros y Reaseguros S.A.U. – Sucursal em Portugal. De realçar que a afetação do património da sucursal passou por uma prévia integração na Companhia, antes da final aquisição pelo Grupo Ageas, tendo sido operada a transmissão da carteira de seguros e a transferência de estabelecimento (incluindo todos os bens e direitos que impendiam sobre a sucursal) da AXA Global Direct Seguros y Reaseguros S.A.U. para a Companhia, posteriormente, adquirida pelo Grupo Ageas. O processo foi concluído ainda no primeiro trimestre de 2016, tendo a venda das participações sociais da Companhia ao novo acionista ocorrido em 1 de abril de 2016.

Desde essa data, 1 de abril de 2016, o único detentor do capital social da Companhia era a Ageas Portugal Holdings, SGPS, S.A., Sociedade gestora de participações sociais que, por sua vez, é integralmente detida pela Ageas Insurance International N.V..

A Companhia ao longo da sua existência, sofreu alterações na sua designação social. Primeiro, no decurso da fusão, para Aliança UAP - Companhia de Seguros, SA ("Companhia"), depois, com o lançamento nacional da marca de seguros francesa para AXA Portugal - Companhia de Seguros, S.A. e, mais recentemente, na sequência da aquisição pelo Grupo segurador belga, para Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A..

Também o capital social registou algumas alterações. Com efeito, em 2000 a Companhia converteu o seu capital social para Euros e aumentou o mesmo para Euro 36.670.805, por entradas em espécie e através da incorporação dos ativos e passivos da Royal Exchange – Agência em Portugal. Em 2016, e por necessidade de reforço do rácio de solvência, houve dois aumentos de capital social, o primeiro em agosto de 2016 e para o montante de Euro 36.770.805 (ainda que com um prémio de emissão no valor global de Euro 49.900.000) e, o segundo, em setembro de 2016 para o montante de Euro 36.870.805 (com um prémio de emissão no valor global de Euro 19.900.000). Em março de 2018 foi feito um aumento de capital de 50 milhões de euros. Adicionalmente, foi feita uma operação de restruturação dos Capitais Próprios da Ageas Seguros, deliberada em 21 de dezembro de 2018, e aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, visou fundamentalmente otimizar a gestão do capital da seguradora e, simultaneamente, reforçar os níveis de solvência. Nesse sentido, a operação em causa foi estruturada nos seguintes passos:

(i) Reforço dos capitais próprios da Ageas Seguros em 50 milhões de euros pelo acionista Ageas Portugal Holdings, SGPS, SA., do qual resultou um fortalecimento dos níveis de solvência, colocando a Ageas Seguros com níveis de solvência idênticos aos das restantes seguradoras que integram a Ageas Portugal e dos mais sólidos do mercado;
(ii) Realocação dos montantes das várias rubricas que integram os Capitais Próprios de forma a eliminar os Resultados Transitados, com valores negativos, decorrentes dos resultados negativos do passado. Para esta finalidade foram utilizados os mecanismos legais, como a Reserva Legal e o Prémio de Emissão, para além também de outras reservas com menor expressão;
(iii) Desta transação resultou ainda a redução da rubrica de Capital Social para 7,5 milhões de euros, redução que não teve qualquer impacto no Capital Próprio da Ageas Seguros, nem nos seus níveis de solvência, tendo o remanescente sido alocado em reservas livres com a natureza de prestações acessórias, sujeita aos limites de reembolso das prestações suplementares.

O Grupo Ageas Portugal tem estado a levar a cabo vários projetos com o objetivo de caminharmos no sentido de uma organização mais ágil e simplificada. Uma dessas medidas passou pela fusão das seguradoras Não Vida do Grupo Ageas Portugal: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. e a Ageas Portugal – Companhia de Seguros S. A.

Por efeito da modalidade escolhida, fusão por incorporação, foi efetuada a transferência global do património da Sociedade Incorporada - Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. - para a Sociedade Incorporante - Ageas

Portugal – Companhia de Seguros S. A. -, a qual compreende a transferência de todos os elementos do ativo e do passivo daquela sociedade para a esfera da Sociedade Incorporante e a consequente extinção da Sociedade Incorporada. Consequentemente, as atividades exercidas pela sociedade incorporada, nomeadamente a sua carteira de seguros, foram integradas na sociedade incorporante, constituindo como tal uma transferência de carteira. A fusão foi concretizada no dia 3 de Janeiro de 2022 tendo efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022.

A Sociedade Incorporante não alterou o seu tipo, firma ou sede na sequência da fusão ocorrida. Pertencendo ambas as sociedades ao mesmo grupo e tendo em consideração a desnecessária duplicação de suportes para o mesmo fim, a fusão visa concentrar na Sociedade Incorporante a atividade de seguro não-vida e, por conseguinte, flexibilizar a estrutura societária e contribuir para uma simplificação da estrutura do grupo em que as Sociedades participantes se inserem.

A Ageas Portugal – Companhia de Seguros S.A. continuará a atuar no mercado com marcas distintas, com produtos e canais de distribuição diferenciados e que se destinam a diferentes públicos-alvo. A marca Ageas Seguros mantém-se focada no canal tradicional de Agentes e Corretores, a marca Seguro Directo com forte presença no canal digital e a marca Ocidental mais vocacionada para o canal Bancassurance.

Este processo de fusão carateriza-se pela inexistência de impactos significativos internos ou externos, nomeadamente, no que diz respeito ao relacionamento e contactos com os Stakeholders inerentes ao negócio. O Balanço de abertura a 1 de janeiro de 2022 está divulgado na Nota II.9 – Informação adicional sobre a fusão.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES") emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 3/2018 de 29 de março. Este Plano de Contas aplica as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, à data de 1 de janeiro de 2019, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. No IFRS incluem-se as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores. Adicionalmente, foi adotada a Norma Regulamentar nº. 08/2016 de 16 de agosto que diz respeito aos requisitos de reporting à ASF.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com exceção das que resultam da adoção da IFRS15.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de fevereiro de 2023. Estas demonstrações estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

As demonstrações financeiras e respetivas Notas deste anexo estão expressas em Euros. Estas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota II.2.

b) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores de caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, e com risco de flutuação de justo valor pouco significativo.

c) Investimentos em Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades associadas aquelas em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as Sociedades nas quais a Sociedade exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As subsidiárias, associadas e os empreendimentos conjuntos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva da Companhia nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das subsidiárias, associadas ou empreendimentos em conjunto. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da subsidiária, associada ou do empreendimento conjunto, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Companhia incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da subsidiária, associada ou empreendimento em conjunto.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pela Companhia nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

d) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

·*Ativos financeiros detidos para negociação*

Os ativos financeiros de negociação, são os ativos adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo.

· *Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Esta categoria inclui os ativos financeiros que de acordo com as condições previstas na IAS 39, são designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados. Os ativos financeiros com derivados embutidos estão classificados nesta categoria.

· *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não é a negociação.

· *Investimentos a deter até à maturidade*

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

· *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações: os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo

valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

· *Mensuração subsequente*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor. As respetivas variações são reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Sociedade tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços de compra corrente executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;
Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;
Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("Net Asset Value") divulgado pelas respetivas Sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

· *Reclassificação entre categorias de ativos financeiros*

A Companhia apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

Até à data a Companhia não efetuou transferências de títulos para a carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade ou para a categoria de empréstimos e contas a receber.

· *Imparidade*

Imparidade de títulos:

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respetivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Nos ativos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos ativos e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efetiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os ativos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Ajustamentos de recibos de prémios por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa:

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base nos valores dos prémios por cobrar, aplicando os critérios definidos pela ASF, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de novembro.

Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos devedores por operações de seguro direto. Este ajustamento destina-se a reconhecer nos resultados da Companhia o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização, sendo calculados caso a caso.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

e) *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

A Companhia não tem derivados designados como de cobertura.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de ganhos e perdas. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

f) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

g) Terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

São classificados como de rendimento, os terrenos e edifícios detidos para arrendamento, valorização do capital e venda, ou ambos utilizando os critérios de mensuração da IAS 40.

Tanto os terrenos e edifícios de uso próprio e como as propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16 e 40.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel, por perito independente. Estas vidas úteis variam entre 20 e 50 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Imparidade de terrenos e edifícios:

De acordo com o estabelecido na IAS 36, o cálculo da imparidade deste tipo de ativos, é baseado num valor recuperável, o qual é medido pelo valor mais alto entre o valor de venda e seu valor de uso.

De acordo com a política da Companhia, o valor de venda deste tipo de ativos é obtido por uma avaliação independente, geralmente baseada em dois métodos:

a) *Cash flows* descontados (o qual representa também o valor de uso);
b) Valores comparáveis de mercado.

Assim, a cada data de reporte, o valor de custo, líquido de depreciações acumuladas, deve ser comparado com o valor da avaliação efetuada, determinado por um avaliador independente, baseado no método dos *cash flows* descontados. Caso se conclua pela existência de imparidade, é registado um valor correspondente à diferença entre o valor de custo líquido de depreciações e de imparidades anteriores e o valor obtido pela avaliação independente.

Como já referido, todos os anos, estes testes são efetuados para verificar se existe lugar a constituição de imparidade, mas também, se existe lugar à reversão da imparidade.

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Vida útil
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

i) Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do *goodwill*, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa em 6 anos ou mais, de acordo com as especificidades dos bens.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa em 6 anos ou mais, de acordo com as especificidades dos bens.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

j) Contratos de seguro

A Companhia apenas comercializa contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Os contratos de Seguro Direto e de Resseguro Aceite são reconhecidos e mensurados como se segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite são registados como rendimentos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como gastos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

(ii) Custos de aquisição

Os custos de aquisição correspondem à remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e aos custos indiretos imputados a esta função.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos

Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

(iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, para fazer face às responsabilidades que possam ocorrer consequentemente dos sinistros ocorridos e ainda não declarados na data de fecho do exercício (IBNR).

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas atuariais estabelecidas pela ASF, Ministério do Trabalho e legislação laboral em vigor.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo das reservas matemáticas do ramo de acidentes de trabalho, são os seguintes:

	Pensões remiveis	Pensões não remiveis
Tabela de Mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	Média 3,11% (2019: 2,58%)
Comissões de gestão	1%	2,50%

As provisões para sinistros não são descontadas, exceto as pensões de vida decorrentes de sinistros com acidentes de trabalho.

(iv) Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

(v) Provisão para participação nos resultados

Destina-se a fazer face à restituição, por ausência de sinistralidade, dos prémios cobrados, relativos a agravamentos, do ramo automóvel - modalidade Protec - sub 25.

(vi) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

(vii) Provisão para riscos em curso

A provisão para risco em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

(viii) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

(ix) Outros devedores/credores por operações de seguros e outras operações

Os devedores/credores por operações de seguros e outras operações encontram-se valorizados ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados em conformidade com o normativo específico da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

k) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

l) Benefícios concedidos aos empregados

(i) Plano de benefícios pós-emprego (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) vigente para o setor segurador cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº32, de 29 de agosto de 2008, com alterações posteriores publicadas no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2009, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico - atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela Companhia de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas, de acordo com o estabelecido na Norma n.º 5/2007 de 27 de abril.

Contudo, no dia 23 de dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP). Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, de 15 de janeiro de 2012.

O novo CCT veio, entre outros aspetos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida com capital garantido. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, "todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho". Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º "o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma". Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de dezembro de 2011 foi transferido para um plano individual de reforma, em 2012, para os trabalhadores que optaram por esta solução.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do novo CCT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma ("PIR") de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	Contribuição para o PIR (%)
2012	1
2013	2.25
2014	2.5
2016	2.75
2016	3
2017 e seguintes	3.25

Este novo plano individual de reforma ("PIR") contém garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Companhia. Assim, atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, a Companhia deverá efetuar contribuições adicionais se, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respetiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR.

Face à caducidade legal do CCT 2012, as Associadas mantiveram no exercício de 2016 os dois planos de pensões, sem qualquer alteração quanto ao plano de benefícios e/ou condições de admissibilidade, não se tendo registado qualquer transferência de Participantes entre os referidos planos.

Nos termos da aquisição da atividade de seguros do Grupo AXA pela Ageas, durante o ano 2016, houve necessidade de se proceder a algumas alterações no Fundo de Pensões AXA:

- Designação do Fundo e de algumas Associadas, de forma a incorporar a marca "Ageas";
- Extinção de algumas Associadas, por transferência de Participantes para outras Associadas;
- Transferência de algumas Associadas que não estão na esfera da "Ageas", para a gestão por outra Entidade gestora;
- Legislação ou regulamentação laboral aplicável.

Este processo ficou concluído em 2017.

Em 21 de junho de 2017 foi celebrado entre as empresas AGEAS Portugal - Companhia de Seguros de Vida S.A., AGEAS Portugal - Companhia de Seguros S.A. e AGEAS Portugal Services, A.C.E e o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora (STAS), Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal (SISEP) e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA),um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), cujo texto foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 37/2017 de 8 de Outubro de 2017.

O referido acordo substituiu todos os outros instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram nas empresas até à data da sua publicação. Estando os planos de pensões previstos no capítulo VIII do referido acordo.

Em 2017 procedeu-se à alteração do Contrato Constitutivo Ageas, alteração esta que visou incorporar as alterações introduzidas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), nomeadamente:

a) Transferência como saldo inicial do Plano Individual de Reforma "PIR" do valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da ASF para a alteração do presente contrato, a todos os Participantes que ainda se encontravam abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho publicado no boletim de Trabalho e do Emprego, nº 32 de 29/8/2008 (Plano de Benefício Definido – Antigo CCT) que transitem para o Plano Individual de Reforma. O valor da dotação inicial corresponde ao valor das responsabilidades por serviços passados com futuros complementos de reforma por velhice, reportada a 31 de dezembro de 2016, sem considerar decrementos por invalidez;
b) Manutenção da aplicação do plano de pensões de benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho publicado no boletim de Trabalho e do Emprego nº 32 de 29/8/2008 (Plano de Benefício Definido – Antigo CCT) aos Participantes que ainda se encontravam abrangidos pelo referido plano de pensões, que à data de 31 de dezembro de 2017 tenham pelo menos 60 anos de idade, e que manifestem por escrito, no prazo de 60 dias a contar da publicação do ACT referido em 1) no Boletim de Trabalho e Emprego, a sua opção por esse regime de pré-reforma e reforma;

Em 31 de dezembro de 2019, foi introduzido um novo benefício a financiar pelo Fundo de Pensões Ageas que respeita ao pagamento dos encargos da entidade empregadora para financiar o plano de benefícios de saúde no período pós reforma. Este benefício é atribuído aos participantes que se reformem ao serviço dos associados, após a entrada em vigor do plano. O valor dos encargos é de 40 euros por mês (valores de 2019). Os encargos para financiamento do plano de benefícios de saúde serão anualmente atualizados pela variação no IPC (Índice de preços no consumidor) do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019, foi ainda revista a forma de financiamento da atualização anual das pensões que passou a ficar a cargo do próprio fundo, em vez de ser garantida por rendas vitalícias.

Presentemente no mesmo Fundo de Pensões coexistem 2 Planos de Pensões: um Plano de Benefício Definido (constituído ao abrigo do anterior CCT) e um Plano Individual de Reforma PIR.

O Plano de Benefício Definido é complementar mas independente das pensões atribuídas pela segurança social, não contributivo, com a definição de benefícios estipulada pelo anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, Contrato Constitutivo e de Gestão do Fundo.

O PIR prevê contribuições anuais futuras de 3,35% sobre os salários anuais efetivos, e tem garantia de capital de acordo com a cláusula 5 do Anexo II do Contrato Constitutivo.

No Plano de Benefício Definido, as responsabilidades da Companhia com pensões de reforma e pré-reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos ("ajustamentos de experiência"), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias e no direito incondicional ao recebimento desse excesso.

No caso de não serem esperados benefícios económicos futuros e não existir um direito incondicional ao recebimento, o ativo é abatido contra outro rendimento integral.

(ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Em 21 de março de 2018 foi celebrado entre as empresas AGEAS Portugal - Companhia de Seguros de Vida S.A., AGEAS Portugal - Companhia de Seguros S.A., AGEAS Portugal Services, A.C.E, Ocidental - Companhia de Seguros de Vida S.A., Ocidental - Companhia de Seguros S.A., Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A. e Ocidental Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. e o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora (STAS), Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal (SISEP) e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA), um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), cujo texto foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 22 de 15 de Junho de 2018.

Na cláusula 61ª estão estabelecidas as condições para a atribuição aos colaboradores (com idade inferior a 50 anos), mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, de prémios de permanência pecuniários. A atribuição destes prémios cessa em 2020.

Na cláusula 28ª estão estabelecidas as condições para a concessão de dias de licença com retribuição em cada ano (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos), de acordo com o esquema seguinte:

a) Dois dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na empresa;

b) Três dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na empresa;
c) Quatro dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na empresa.

Os prémios de permanência são contabilizados pela Companhia de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades da Companhia com estes prémios de permanência é estimado com base em métodos atuariais.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de permanência, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

(iii) Seguro de saúde (benefício de curto prazo)

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo. Os custos com estes benefícios são registados em resultados no ano a que dizem respeito.

(iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com os resultados da empresa, dos departamentos organizacionais que a constituem e dos objetivos individuais.

(v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, com exceção das diferenças geradas por: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

n) Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, o qual possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A esta data não existem ativos e passivos contingentes.

o) Instrumentos de capital

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

p) Ativos sob direito de uso e passivos de locação (IFRS 16)

A IFRS 16 – "Locações" estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação. A Sociedade (na ótica de locatário) reconhece contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso", à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou das locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato, caso a mesma esteja disponível, caso contrário é usada a taxa de juro incremental. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem. Quando o passivo de locação é remensurado, a respetiva diferença é contabilizada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registada em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que será exercida.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente, (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos e (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Sociedade regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

A Sociedade usa a taxa implícita sempre que a mesma esteja disponível, através de cálculo ou porque a mesma se encontra definida no contrato e caso esta não esteja disponível usa a taxa incremental: taxa a que a Sociedade obteria num financiamento de montante equivalente ao direito do uso, para o mesmo prazo e com as mesmas garantias.

A maturidade do contrato por definição é o termo do contrato definido contratualmente. No entanto, e uma vez que existem contratos em que o locador e/ou locatário podem estender ou terminar o respetivo contrato, o critério seguido é o seguinte:

- Caso seja o locador quem detém a opção de extensão e/ou de cancelamento antecipado independentemente da probabilidade do exercício das mesmas, a data de termo do contrato a considerar deverá ser a data em que o contrato poderá ser cancelado pelo locador;

- Nas operações em que é o locatário que tem a opção de extensão ou cancelamento, neste caso é avaliada a razoabilidade deste evento ocorrer por forma a determinar o horizonte temporal a considerar;
- Numa situação em que ambas as partes têm a opção de extensão e/ou cancelamento antecipado, a data a definir para o termo do contrato deverá, no máximo, ser a data em que o locador tem a opção de cancelamento (sem que existam penalizações materiais).

Em determinados casos, os contratos de locação poderão incluir uma componente de prestação de serviço, todavia a Sociedade optou por não efetuar esta separação, considerando o total da renda paga como componente de locação.

q) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

r) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter proveitos e incorrer em custos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira individualizada.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota II.3. A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação divulgada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

s) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças de câmbio de conversão de ativos financeiros disponíveis para venda, correspondentes a instrumentos de capital, são reconhecidas em reservas de reavaliação – ativos financeiros disponíveis para venda.

t) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano.
Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

u) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

v) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas aos ativos financeiros valorizado ao justo valor por reservas e ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

w) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ageas Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

II.2 Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos que requerem julgamentos para determinar as estimativas necessárias por forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1.

A Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os considerandos efetuados em seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas

Provisões técnicas relativas a contratos de seguro

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas), (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso e (4) provisão para desvios de sinistralidade.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pelo atuário responsável.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

As variáveis no processo de estimativa da reserva podem ser afetadas por eventos internos e externos, como alterações nos procedimentos de tratamento de sinistros, inflação económica, tendências legais e alterações legislativas. Muitos destes itens não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Notas 22, assim como a Nota 30 “Gestão de riscos” com as análises de sensibilidade.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente as Notas 8 e 9, assim como a Nota 30 “Gestão de riscos” com as análises de sensibilidade.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda (ações e unidades de participação)

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor conforme política contabilística descrita na subalínea (v) da alínea d) da Nota II.1. A Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

A Companhia determina que existe imparidade nas ações e unidades de participação disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada (12 meses) ou de valor significativo no seu justo valor (25%).

Ver adicionalmente a Nota 9, assim como a Nota 30 “Gestão de riscos” com as análises de sensibilidade.

Responsabilidades por pensões de reforma

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 27.

Impostos sobre os rendimentos

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior, contados a partir do exercício a que respeitam (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para o exercício de 2017 e 2018), no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Ver adicionalmente a Nota 24.

II.3 Segmentos de Gestão

Eur

	2022					2021 Agregado				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	65.705.746	60.107.145	138.815.150	10.314.594	274.942.635	57.675.180	58.024.415	133.816.107	11.087.820	260.603.522
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(49.966.501)	(31.874.147)	(103.963.468)	(905.003)	(186.709.119)	(43.411.813)	(25.272.603)	(98.192.532)	181.677	(166.695.269)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(5.462)	(2.153.989)	-	21.075	(2.138.376)	(1.327)	(2.234.386)	-	(6.987)	(2.242.699)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	247.668	(45.244)	(49.026)	116.226	269.624	(237.719)	(9.756)	(18.254)	(115.026)	(380.754)
Custos e gastos de exploração líquidos	(12.456.582)	(15.400.568)	(34.330.420)	(4.221.402)	(66.408.972)	(10.908.949)	(11.374.071)	(30.506.477)	(3.241.160)	(56.030.658)
Rendimentos	13.202.831	911.966	2.246.593	388.658	16.750.048	12.038.095	906.317	3.331.438	674.758	16.950.608
Gastos financeiros	(2.502.857)	(228.945)	(1.063.219)	(360.679)	(4.155.700)	(2.408.843)	(219.680)	(1.021.110)	(349.583)	(3.999.216)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	4.288.423	10.175	25.014	4.337	4.327.949	920.722	132.885	471.557	95.542	1.620.706
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	966.611	1.095.496	2.693.143	466.874	5.222.123	61.238	294.659	1.184.700	239.762	1.780.359
Perdas de imparidade, líquidas de reversão	(397.066)	2.851	7.007	1.214	(385.994)	(17.518)	4.217	16.955	3.431	7.085
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	(158.721)	(15.358)	-	(140)	(174.219)	(121.489)	(10.141)	-	46	(131.584)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo MEP	528.615	-	-	-	528.615	247.464	7.273	7.512	1.557	263.806
Margem técnica	**19.452.705**	**12.409.382**	**4.380.774**	**5.825.754**	**42.068.615**	**13.835.041**	**20.249.128**	**9.089.897**	**8.571.839**	**51.745.906**
Proveito dos investimentos					885.335					1.248.377
Mais/(menos) valias realizadas					5.849					(4.794)
Despesas gerais					(28.197)					(53.592)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(2.959.786)					1.897.058
Resultado não técnico					**(2.096.799)**					**3.087.049**
Resultado antes de impostos					**39.971.816**					**54.832.955**

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	430.869.443	107.170.438	264.523.752	45.508.022	848.071.655	403.607.915	88.397.820	248.389.434	49.948.394	790.343.562
Parte dos resseguradores	106.393.211	42.582.830	111.855.939	19.814.296	280.646.276	85.374.168	34.067.176	104.420.433	21.637.387	245.499.165

Eur

	AGS 2021					OCS 2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.105.567	21.706.496	110.234.938	7.092.384	179.139.385	17.569.614	36.317.919	23.581.169	3.995.436	81.464.138
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(38.478.019)	(12.392.132)	(83.714.132)	605.730	(133.978.553)	(4.933.794)	(12.880.471)	(14.478.400)	(424.052)	(32.716.717)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(1.187.958)	-	2.493	(1.185.465)	(1.327)	(1.046.425)	-	(9.481)	(1.057.233)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	(18.254)	-	(18.254)	(237.719)	(9.756)	-	(115.027)	(362.502)
Custos e gastos de exploração líquidos	(10.677.005)	(6.822.709)	(29.280.547)	(2.506.815)	(49.287.076)	(231.945)	(4.551.362)	(1.225.930)	(734.345)	(6.743.582)
Rendimentos	11.147.827	801.728	3.223.413	652.359	15.825.327	890.268	104.589	108.025	22.399	1.125.281
Gastos financeiros	(2.241.011)	(170.890)	(974.029)	(338.910)	(3.724.840)	(167.833)	(48.792)	(47.081)	(10.671)	(274.377)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	637.822	111.893	449.875	91.046	1.290.636	282.900	20.992	21.682	4.496	330.070
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	61.238	294.659	1.184.700	239.762	1.780.359	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade, líquidas de reversão	(17.518)	4.217	16.955	3.431	7.085	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	(121.489)	(10.141)	-	46	(131.584)	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo MEP	184.616	-	-	-	184.616	62.848	7.273	7.512	1.557	79.190
Margem técnica	**602.028**	**2.335.163**	**1.122.919**	**5.841.526**	**9.901.636**	**13.233.012**	**17.913.967**	**7.966.977**	**2.730.312**	**41.844.268**
Proveito dos investimentos					445.416					802.961
Mais/(menos) valias realizadas					(12.410)					7.617
Despesas gerais					-					(53.592)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					1.515.846					381.211
Resultado não técnico					**1.948.852**					**1.138.197**
Resultado antes de impostos					**11.850.488**					**42.982.465**

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	297.868.503	52.906.412	210.405.519	43.973.875	605.154.309	105.739.413	35.491.408	36.404.835	7.553.599	185.189.255
Parte dos resseguradores	30.133.419	21.901.171	88.398.559	18.289.576	158.722.725	55.240.749	12.166.005	15.324.961	4.044.724	86.776.439

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Prémios brutos emitidos não vida	825.952.588	760.226.577	369.968.746	390.257.831
Prémios brutos emitidos	825.952.588	760.226.577	369.968.746	390.257.831
Prémios resseguro cedido	(545.195.487)	(555.649.291)	(235.187.232)	(320.462.059)
Prémios líquidos resseguro	280.757.101	204.577.286	134.781.514	69.795.772
Variação prémios não adquiridos	(15.903.869)	(7.331.221)	(6.354.058)	(977.164)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	10.089.401	63.357.457	50.711.928	12.645.529
Variação líquida de prémios não adquiridos	(5.814.468)	56.026.236	44.357.870	11.668.365
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	**274.942.633**	**260.603.522**	**179.139.384**	**81.464.137**

Os prémios de seguro direto são analisados como segue:

Eur

	2022			2021 Agregado			AGS 2021			OCS 2021		
	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	410.248.106	(5.003.637)	405.244.469	369.202.743	(1.739.159)	367.463.584	102.563.594	(1.004.012)	101.559.582	266.639.149	(735.147)	265.904.002
Incêndio e outros danos	135.270.037	(3.706.948)	131.563.089	123.973.705	(3.619.908)	120.353.797	51.564.545	(3.053.913)	48.510.632	72.409.160	(565.995)	71.843.165
Automóvel	257.981.500	(6.731.701)	251.249.799	241.497.430	(1.813.530)	239.683.900	202.166.224	(1.919.815)	200.246.409	39.331.206	106.285	39.437.491
Outros	22.452.944	(461.582)	21.991.362	25.552.699	(158.625)	25.394.074	13.674.383	(376.318)	13.298.065	11.878.316	217.693	12.096.009
Total	**825.952.587**	**(15.903.868)**	**810.048.719**	**760.226.577**	**(7.331.222)**	**752.895.355**	**369.968.746**	**(6.354.058)**	**363.614.688**	**390.257.831**	**(977.164)**	**389.280.667**

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

Eur

	2022			2021 Agregado			AGS 2021			OCS 2021		
	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Variação prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	(344.588.016)	5.049.292	(339.538.724)	(315.098.562)	5.310.158	(309.788.404)	(64.647.500)	3.193.485	(61.454.015)	(250.451.062)	2.116.673	(248.334.389)
Incêndio e outros danos	(73.539.693)	2.083.748	(71.455.945)	(78.767.258)	16.437.875	(62.329.383)	(38.550.644)	11.746.507	(26.804.137)	(40.216.614)	4.691.368	(35.525.246)
Automóvel	(115.145.840)	2.711.190	(112.434.650)	(144.882.924)	39.015.131	(105.867.793)	(124.022.314)	34.010.843	(90.011.471)	(20.860.610)	5.004.288	(15.856.322)
Outros	(11.921.938)	245.171	(11.676.767)	(16.900.547)	2.594.293	(14.306.254)	(7.966.774)	1.761.093	(6.205.681)	(8.933.773)	833.200	(8.100.573)
Total	**(545.195.487)**	**10.089.401**	**(535.106.086)**	**(555.649.291)**	**63.357.457**	**(492.291.834)**	**(235.187.232)**	**50.711.928**	**(184.475.304)**	**(320.462.059)**	**12.645.529**	**(307.816.530)**

A Companhia utiliza o resseguro como um método para garantir que o risco proveniente das responsabilidades com contratos é mantido dentro dos níveis de apetite ao risco e otimizado de um ponto de vista de risco/retorno e capital. Para além da transferência e mitigação de risco, o resseguro contém ainda um conjunto de outros benefícios, como a otimização do capital, a melhoria de fluxos de caixa e os serviços adicionais fornecidos pelos resseguradores (incluindo o conhecimento, o apoio na definição do preço, nova informação de mercado, etc.).
Na Ageas Seguros concretizámos um tratado proporcional Quota Share, com uma cessão de 40% para todas as linhas de negócio dos ramos Não-Vida com o ressegurador Ageas SA NV.
Este contrato de resseguro é aplicado aos valores líquidos de resseguro, ou seja, à retenção líquida final após a aplicação dos outros programas de Resseguro. Como resultado, se a retenção líquida aumentar por "default" de algum ressegurador, também estará coberto por este tratado Quota Share.

O contrato será estabelecido para 2022. O ressegurador Ageas SA NV tem rating A pela agência Standard & Poors.

Este contrato de resseguro permite melhorar o rácio de solvência da companhia.

Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com sinistros são analisados como segue:

Eur

	2022				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	234.403.727	39.783.385	143.933.147	4.951.440	423.071.699
Parte dos resseguradores	(195.397.407)	(18.210.524)	(59.023.209)	(2.013.951)	(274.645.091)
	39.006.320	21.572.861	84.909.938	2.937.489	148.426.608
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	22.910.516	13.517.561	10.959.769	(4.520.368)	42.867.478
Parte dos resseguradores	(18.225.112)	(6.576.792)	(4.724.315)	2.062.237	(27.463.982)
	4.685.404	6.940.769	6.235.454	(2.458.131)	15.403.496
Total antes custos imputados	**43.691.724**	**28.513.630**	**91.145.392**	**479.358**	**163.830.104**
Custos com Sinistros (imputados)	6.274.777	3.360.517	12.818.077	425.645	22.879.016
Total	**49.966.501**	**31.874.147**	**103.963.469**	**905.003**	**186.709.120**

Eur

	2021 Agregado				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	229.234.724	46.566.891	135.800.499	5.237.180	416.839.294
Parte dos resseguradores	(190.825.366)	(21.871.099)	(55.216.469)	(2.571.729)	(270.484.663)
	38.409.358	24.695.792	80.584.030	2.665.451	146.354.631
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	(2.196.818)	(5.516.586)	8.042.975	(5.435.994)	(5.106.423)
Parte dos resseguradores	2.517.320	3.306.000	(2.427.420)	1.978.542	5.374.442
	320.502	(2.210.586)	5.615.555	(3.457.452)	268.019
Total antes custos imputados	**38.729.860**	**22.485.206**	**86.199.585**	**(792.001)**	**146.622.651**
Custos com Sinistros (imputados)	4.681.954	2.787.396	11.992.945	610.324	20.072.619
Total	**43.411.814**	**25.272.602**	**98.192.530**	**(181.677)**	**166.695.270**

Eur

	AGS 2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	61.830.919	23.282.547	114.436.890	4.043.944	203.594.300
Parte dos resseguradores	(29.232.157)	(12.037.579)	(46.616.733)	(1.841.236)	(89.727.705)
	32.598.762	11.244.968	67.820.157	2.202.708	113.866.595
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	8.005.263	(2.598.124)	8.045.665	(4.704.352)	8.748.452
Parte dos resseguradores	(5.942.160)	1.872.219	(2.093.850)	1.610.158	(4.553.633)
	2.063.103	(725.905)	5.951.815	(3.094.194)	4.194.819
Total antes custos imputados	**34.661.865**	**10.519.063**	**73.771.972**	**(891.486)**	**118.061.415**
Custos com Sinistros (imputados)	3.816.155	1.873.069	9.942.159	285.755	15.917.138
Total	**38.478.020**	**12.392.132**	**83.714.131**	**(605.731)**	**133.978.553**

Eur

	OCS 2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	167.403.805	23.284.344	21.363.609	1.193.236	213.244.994
Parte dos resseguradores	(161.593.209)	(9.833.520)	(8.599.736)	(730.493)	(180.756.958)
	5.810.596	13.450.824	12.763.873	462.743	32.488.036
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	(10.202.081)	(2.918.462)	(2.690)	(731.642)	(13.854.875)
Parte dos resseguradores	8.459.480	1.433.781	(333.570)	368.384	9.928.075
	(1.742.601)	(1.484.681)	(336.260)	(363.258)	(3.926.800)
Total antes custos imputados	**4.067.995**	**11.966.143**	**12.427.613**	**99.485**	**28.561.237**
Custos com Sinistros (imputados)	865.799	914.327	2.050.786	324.569	4.155.481
Total	**4.933.794**	**12.880.470**	**14.478.399**	**424.054**	**32.716.718**

Ver Nota 1 com o detalhe dos tratados de resseguro celebrados em 2022 que justificam o incremento dos custos com sinistros de resseguro.

Ver adicionalmente Nota 20, com o detalhe da respetiva provisão registada em Balanço.

Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação da participação nos resultados e outras provisões técnicas são analisadas como segue:

Eur

	2022				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	2.330.434	-	1.302	2.331.736
Variação da provisão para riscos em curso	5.462	(176.445)	-	(22.377)	(193.360)
	5.462	2.153.989	-	(21.075)	2.138.376
Variação da participação nos resultados	(247.668)	45.244	49.026	(116.226)	(269.624)
Total	**(242.206)**	**2.199.233**	**49.026**	**(137.301)**	**1.868.752**

Eur

	2021 agregado				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	2.118.683	-	1.009	2.119.692
Variação da provisão para riscos em curso	1.327	115.704	-	5.976	123.007
	1.327	2.234.387	-	6.985	2.242.699
Variação da participação nos resultados	237.719	9.756	18.254	115.025	380.754
Total	**239.046**	**2.244.143**	**18.254**	**122.010**	**2.623.453**

Eur

	AGS 2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	1.054.285	-	1.009	1.055.294
Variação da provisão para riscos em curso	-	133.673	-	(3.502)	130.171
	-	1.187.958	-	(2.493)	1.185.465
Variação da participação nos resultados	-	-	18.254	-	18.254
Total	**-**	**1.187.958**	**18.254**	**(2.493)**	**1.203.719**

Eur

	OCS 2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	1.064.398	-	-	1.064.398
Variação da provisão para riscos em curso	1.327	(17.969)	-	9.478	(7.164)
	1.327	1.046.429	-	9.478	1.057.234
Variação da participação nos resultados	237.719	9.756	-	115.025	362.500
Total	**239.046**	**1.056.185**	**-**	**124.503**	**1.419.734**

A rubrica de participação nos resultados, destina-se a fazer face à restituição, por ausência de sinistralidade, dos prémios cobrados, relativos a agravamentos, do ramo automóvel - modalidade Protec - sub 25.

Ver adicionalmente a Nota 20, com o detalhe das respetivas provisões registadas em Balanço, e com explicações suplementares.

Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

Eur

	2022				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	45.032.488	18.959.774	27.528.307	3.604.384	95.124.953
Custos de aquisição alocados	11.283.655	6.271.434	19.254.587	1.918.738	38.728.414
Variação dos custos de aquisição diferidos	(414.917)	(847.731)	(2.431.574)	(257.107)	(3.951.329)
Custos administrativos - comissões	1.405.295	726.545	2.416.371	133.365	4.681.576
Custos administrativos alocados	15.281.856	12.004.367	24.002.821	2.743.383	54.032.427
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(60.131.795)	(21.713.823)	(36.440.092)	(3.921.358)	(122.207.068)
Total	**12.456.582**	**15.400.566**	**34.330.420**	**4.221.405**	**66.408.973**

Eur

	2021 agregado				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	39.333.754	16.851.227	25.121.463	3.123.344	84.429.788
Custos de aquisição alocados	10.723.148	5.363.196	18.028.270	1.662.588	35.777.202
Variação dos custos de aquisição diferidos	95.006	(14.018)	(1.056.578)	(39.899)	(1.015.489)
Custos administrativos - comissões	1.195.428	596.032	2.161.885	111.877	4.065.222
Custos administrativos alocados	14.525.739	10.724.263	20.541.572	2.620.941	48.412.515
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(54.964.126)	(22.146.630)	(34.290.138)	(4.237.687)	(115.638.581)
Total	**10.908.949**	**11.374.070**	**30.506.474**	**3.241.164**	**56.030.657**

Eur

	2021 AGS				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	14.686.624	8.421.619	21.238.284	2.028.873	46.375.400
Custos de aquisição alocados	5.531.539	3.050.997	15.898.183	963.639	25.444.358
Variação dos custos de aquisição diferidos	(86.369)	3.135	(1.028.660)	(67.612)	(1.179.506)
Custos administrativos - comissões	843.234	588.564	2.148.539	108.207	3.688.544
Custos administrativos alocados	6.157.954	4.745.334	17.437.654	1.588.567	29.929.509
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(16.455.978)	(9.986.942)	(26.413.454)	(2.114.855)	(54.971.229)
Total	**10.677.004**	**6.822.707**	**29.280.546**	**2.506.819**	**49.287.076**

Eur

	2021 OCS				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	24.647.130	8.429.608	3.883.179	1.094.471	38.054.388
Custos de aquisição alocados	5.191.609	2.312.199	2.130.087	698.949	10.332.844
Variação dos custos de aquisição diferidos	181.375	(17.153)	(27.918)	27.713	164.017
Custos administrativos - comissões	352.194	7.468	13.346	3.670	376.678
Custos administrativos alocados	8.367.785	5.978.929	3.103.918	1.032.374	18.483.006
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(38.508.148)	(12.159.688)	(7.876.684)	(2.122.832)	(60.667.352)
Total	**231.945**	**4.551.363**	**1.225.928**	**734.345**	**6.743.581**

Ver Nota 1 com o detalhe dos tratados de resseguro em vigor e respetivas alterações ocorridas no decorrer do exercício de 2021.

Nota 5 Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

Eur

	2022			2021 agregado			2021 AGS			2021 OCS		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas												
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	14.768.006	881.330	15.649.336	16.113.525	421.797	16.535.322	14.184.468	421.797	14.606.265	1.929.057	-	1.929.057
Rendimentos de depósitos bancários	646.375	-	646.375	282.348	-	282.348	283.163	-	283.163	(815)	-	(815)
	15.414.381	**881.330**	**16.295.711**	**16.395.873**	**421.797**	**16.817.670**	**14.467.631**	**421.797**	**14.889.428**	**1.928.242**	**-**	**1.928.242**
Outros				-	-	-			-			
Rendimentos de terrenos e edifícios de rendimento	985.013	4.005	989.018	1.342.314	-	1.342.314	1.342.314	-	1.342.314	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	350.653	-	350.653	15.382	23.619	39.001	15.382	23.619	39.001	-	-	-
	1.335.666	4.005	1.339.671	1.357.696	23.619	1.381.315	1.357.696	23.619	1.381.315	-	-	-
Total	**16.750.047**	**885.335**	**17.635.382**	**17.753.569**	**445.416**	**18.198.985**	**15.825.327**	**445.416**	**16.270.743**	**1.928.242**	**-**	**1.928.242**

Em 2022, foram obtidos juros relativos a ativos financeiros em imparidade no montante de Euro 9.567 (2020: Euro 9.567).

Nota 6 Gastos financeiros

Os gastos financeiros são apresentados conforme segue:

Eur

	2022			2021 agregado			2021 AGS			2021 OCS		
	Conta Técnica Não Vida	Conta Não Técnica Não Vida	Total	Conta Técnica Não Vida	Conta Não Técnica Não Vida	Total	Conta Técnica Não Vida	Conta Não Técnica Não Vida	Total	Conta Técnica Não Vida	Conta Não Técnica Não Vida	Total
Gastos financeiros												
Outros	(4.155.700)	(28.197)	(4.183.897)	(3.724.840)	-	(3.724.840)	(3.724.840)	-	(3.724.840)	-	-	-
Total	**(4.155.700)**	**(28.197)**	**(4.183.897)**	**(3.724.840)**	**-**	**(3.724.840)**	**(3.724.840)**	**-**	**(3.724.840)**	**-**	**-**	**-**

Ver adicionalmente Nota 10, com informação mais detalhada da imputação dos custos.

Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (1) e ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (2) são analisados como segue:

Eur

	2022			2021 agregado			2021 AGS			2021 OCS		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Afetos												
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	89.155	(43.341)	45.814	1.713.418	(23.375)	1.690.043	1.370.037	(17.680)	1.352.357	343.381	(5.695)	337.686
Ações	1.295.232	(16.553)	1.278.679	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	3.853.557	(850.101)	3.003.456	-	(58.675)	(58.675)	-	(58.675)	(58.675)	-	-	-
Imóveis	2.780.473	-	2.780.473	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total afectos	8.018.417	(909.995)	7.108.421	1.713.418	(82.050)	1.631.368	1.370.037	(76.355)	1.293.682	343.381	(5.695)	337.686
Não afetos				-	-							
Ações e outros títulos de rendimento variável	5.881	(32)	5.849	-	(270)	(270)	-	(270)	(270)	-	-	-
Imóveis	2.441.651	-	2.441.651	1.780.360	(3.045)	1.777.315	1.780.360	(3.045)	1.777.315	-	-	-
Total não afectos	2.447.532	(32)	2.447.500	1.780.360	(3.315)	1.777.044	1.780.360	(3.315)	1.777.044	-	-	-
				-	-							
Total	**10.465.949**	**(910.027)**	**9.555.921**	**3.493.777**	**(85.365)**	**3.408.412**	**3.150.396**	**(79.670)**	**3.070.726**	**343.381**	**(5.695)**	**337.686**

Nota 8 Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e Variação de outras provisões

As perdas de imparidade (líquidas de reversões), assim como os movimentos ocorridos, desagregam-se como se segue:

Eur

	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
De ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	12.140	12.140	-
Unidades de participação	399.580	36.790	36.790	-
	399.580	48.930	48.930	-
De outros				
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro (ver Nota 21)	785.330	(1.342.193)	(962.290)	(379.903)
Terrenos e edifícios de rendimento (ver Nota 15)	(13.586)	(43.874)	(43.874)	-
	771.744	(1.386.067)	(1.006.164)	(379.903)
Total	**1.171.324**	**(1.337.137)**	**(957.234)**	**(379.903)**

O quadro seguinte mostra os ativos financeiros disponíveis para venda que apresentam imparidade:

Eur

Long Name Security ID	Imparidade acumulada a 31/12/2021	Movimento		Imparidade acumulada a 31/12/2022
		Reforço	Utilização	
AUDATEX PORTUGAL, S.A.	6.171	-	-	6.171
MOSTEIRO GRIJO	242.500	-	-	242.500
REAL COMPANHIA VELHA	226.217	-	-	226.217
GAIVINA - Empreend. Turisticos e Imob., S.A.	591.207	361.980	-	953.187
FUNFRAP - Fundição Portuguesa, S.A.	87.481	37.600	-	125.081
ASSET MA.UMB.FD-EU.GR.CAP.A4 EUR DIS	36.790	-	-	36.790
SOLUR - Soc. Tur. Ult. - Angola	5	-	-	5
Total	**1.190.371**	**399.580**	**-**	**1.589.951**

Nota 9 Outros rendimentos/gastos

Os outros rendimentos/gastos são apresentados conforme segue:

				Eur
	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Conta Técnica Não Vida				
Compensação de sinistralidade do seguro de colheitas	(174.218)	(131.584)	(131.584)	-
	(174.218)	**(131.584)**	**(131.584)**	**-**
Conta Não Técnica Não Vida				
Rendimento relativo a prestação de funções de suporte ao ACE	1.499.266	882.202	874.007	8.195
Ofertas a clientes	(113.128)	(120.780)	(118.596)	(2.184)
Mecenato	(42.334)	(44.000)	(21.000)	(23.000)
Donativos	(612.733)	(637.012)	(258.800)	(378.212)
Outros gastos	(162.867)	57.228	(160.010)	217.238
Diversos gastos (inferiores a €30 milhares)	(690.119)	(378.409)	(242.058)	(136.351)
Diversos rendimentos (inferiores a €250 milhares)	422.458	795.637	159.994	635.643
	300.544	**554.865**	**233.537**	**321.328**
Total	**126.326**	**423.280**	**101.953**	**321.327**

Nota 10 Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

				Eur
	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Custos com sinistros	22.855.056	20.072.611	15.917.129	4.155.482
Custos de exploração				
Custos de aquisição	38.728.412	35.777.201	25.444.356	10.332.844
Custos administrativos	54.032.428	48.412.515	29.929.508	18.483.007
Custos com investimentos				
Alocados à Conta Técnica	4.155.700	3.999.216	3.724.840	274.376
Alocados à Conta Não Técnica	28.197	53.592	-	53.592
Total	**119.799.793**	**108.315.135**	**75.015.833**	**33.299.301**

Ver adicionalmente a composição dos Custos com sinistros na Nota 2, dos Custo de exploração na Nota 4 e dos Custos com investimentos na Nota 6.

O detalhe dos custos por natureza a imputar é apresentado como se segue:

Eur

	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Gastos com pessoal				
Remunerações - órgãos sociais	1.211.917	1.445.716	1.150.525	295.191
Remunerações - pessoal	30.819.171	30.353.116	21.067.384	9.285.732
Encargos sobre remunerações	6.877.644	6.854.065	4.797.654	2.056.411
Benefícios pós emprego	1.852.936	1.906.232	1.215.840	690.392
Seguros obrigatórios	801.995	1.072.159	435.275	636.884
Gastos de ação social	1.626.918	1.558.143	1.467.040	91.103
Outros gastos	926.552	2.270.795	1.483.151	787.644
Total	44.117.133	45.460.226	31.616.869	13.843.357

Eur

	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Fornecimentos e serviços externos				
Trabalhos especializados	44.816.816	41.554.602	26.855.521	14.699.081
Publicidade e propaganda	6.426.581	5.281.022	5.063.752	217.270
Rendas e alugueres	846.441	1.470.053	959.001	511.052
Comunicações	82.704	132.360	82.419	49.941
Conservação e reparação	6.292.172	1.224.064	530.736	693.328
Deslocações e estadas	826.090	424.558	243.392	181.166
Eletricidade	196.263	208.072	208.042	30
Impressos	107.881	156.213	156.213	-
Material escritório	703.261	511.878	28.071	483.807
Artigos para oferta	1.244.943	721.681	297.856	423.825
Despesas de representação	207.133	19.777	13.087	6.690
Gastos com trabalhos independentes	72.670	231.467	231.467	-
Quotizações	397.268	642.589	479.804	162.785
Gastos com cobrança de prémios	698.682	688.216	465.590	222.626
Outros	2.968.466	2.203.535	1.844.451	359.084
Total	65.887.371	55.470.086	37.459.402	18.010.684

Eur

	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis				
Edifícios	384.619	607.629	495.086	112.543
Ativos tangíveis	257.001	398.554	22.421	376.133
Ativos sob direito de uso	824.616	1.004.544	991.839	12.705
	1.466.236	2.010.727	1.509.346	501.381
Amortizações dos ativos intangíveis		-		
Software	1.951.394	10.250	5.125	5.125
Total	**3.417.630**	**2.020.977**	**1.514.471**	**506.506**

Eur

	2022	2021 agregado	2021 AGS	2021 OCS
Outros				
Outras provisões	128.467	(728.792)	(135.671)	(593.121)
Juros suportados	1.527.462	1.296.062	1.157.497	138.565
Comissões	197.167	345.900	255.517	90.383
Total	1.853.096	913.169	1.277.343	(364.173)

Os custos com fornecimentos e serviços externos apresentaram um aumento de 19% (10,4 milhões de euros) devido essencialmente ao aumento dos custos de natureza IT.

As despesas com pessoal apresentaram um decréscimo na ordem dos 3%, tendo o número de colaboradores se situado no final de 2022 nos 736.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

Eur

	2022				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	7.658.848	15.761.868	19.936.676	743.821	44.101.213
Fornecimentos e serviços externos	13.506.658	21.615.435	29.222.355	1.542.924	65.887.373
Impostos e taxas	1.181.297	-	3.357.530	1.655	4.540.482
Depreciações e amortizações do exercício	530.585	1.417.068	1.262.436	261.880	3.471.969
Outras provisões	(23.959)	(69.598)	231.322	(9.298)	128.467
Juros suportados	-	-	-	1.527.462	1.527.462
Comissões	-	-	-	197.166	197.166
Total	**22.853.429**	**38.724.773**	**54.010.320**	**4.265.610**	**119.854.132**

	2021 agregado				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	7.186.280	16.048.131	21.208.947	1.016.867	45.460.225
Fornecimentos e serviços externos	11.674.779	19.206.336	23.244.370	1.344.602	55.470.087
Impostos e taxas	1.076.928	11.392	3.359.447	2.911	4.450.677
Depreciações e amortizações do exercício	226.663	699.390	905.336	189.589	2.020.977
Outras provisões	(92.659)	(195.989)	(434.243)	(5.902)	(728.793)
Juros suportados	620	7.940	128.658	1.158.844	1.296.062
Comissões	-	-	-	345.899	345.899
Total	**20.072.611**	**35.777.201**	**48.412.515**	**4.052.808**	**108.315.134**

	AGS 2021				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	5.413.629	11.742.680	13.562.405	898.155	31.616.868
Fornecimentos e serviços externos	9.254.439	13.211.190	13.770.404	1.223.371	37.459.403
Impostos e taxas	1.071.740	115	2.073.303	2.590	3.147.749
Depreciações e amortizações do exercício	179.176	493.694	653.888	187.713	1.514.471
Outras provisões	(1.855)	(3.323)	(130.492)	(1)	(135.671)
Juros suportados	-	-	-	1.157.497	1.157.497
Comissões	-	-	-	255.516	255.516
Total	**15.917.129**	**25.444.356**	**29.929.508**	**3.724.840**	**75.015.833**

	2021 OCS				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	1.772.652	4.305.451	7.646.542	118.712	13.843.356
Fornecimentos e serviços externos	2.420.340	5.995.147	9.473.967	121.231	18.010.684
Impostos e taxas	5.188	11.276	1.286.143	320	1.302.928
Depreciações e amortizações do exercício	47.487	205.696	251.447	1.876	506.506
Outras provisões	(90.804)	(192.666)	(303.751)	(5.901)	(593.121)
Juros suportados	620	7.940	128.658	1.347	138.565
Comissões	-	-	-	90.383	90.383
Total	**4.155.482**	**10.332.844**	**18.483.007**	**327.968**	**33.299.301**

Nos quadros abaixo são detalhados os custos e gastos com a análise de estrutura por Função:

Eur

	2022				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	34%	41%	37%	17%	37%
Fornecimentos e serviços externos	59%	56%	54%	36%	55%
Impostos e taxas	5%	0%	6%	0%	4%
Depreciações e amortizações do exercício	2%	4%	2%	6%	3%
Outras provisões	(0)%	(0)%	0%	(0)%	0%
Juros suportados	0%	0%	0%	36%	1%
Comissões	0%	0%	0%	5%	0%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Eur

	2021 agregado				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	36%	45%	44%	25%	42%
Fornecimentos e serviços externos	58%	54%	48%	33%	51%
Impostos e taxas	5%	0%	7%	0%	4%
Depreciações e amortizações do exercício	1%	2%	2%	5%	2%
Outras provisões	(0)%	(1)%	(1)%	(0)%	(1)%
Juros suportados	0%	0%	0%	29%	1%
Comissões	0%	0%	0%	9%	0%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Nos quadros abaixo são detalhados os custos e gastos com a análise de estrutura por Natureza:

Eur

	2022				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	17%	36%	45%	2%	100%
Fornecimentos e serviços externos	20%	33%	44%	2%	100%
Impostos e taxas	26%	0%	74%	0%	100%
Depreciações e amortizações do exercício	15%	41%	36%	8%	100%
Outras provisões	(19)%	(54)%	180%	(7)%	100%
Juros suportados	0%	0%	0%	100%	100%
Comissões	0%	0%	0%	100%	100%
Total	**19%**	**32%**	**45%**	**4%**	**100%**

Eur

	2021 agregado				
	Sinistros	Aquisição	Administrativa	Investimentos	Total
Gastos com pessoal	16%	35%	47%	2%	100%
Fornecimentos e serviços externos	21%	35%	42%	2%	100%
Impostos e taxas	24%	0%	75%	0%	100%
Depreciações e amortizações do exercício	11%	35%	45%	9%	100%
Outras provisões	13%	27%	60%	1%	100%
Juros suportados	0%	1%	10%	89%	100%
Comissões	0%	0%	0%	100%	100%
Total	**19%**	**33%**	**45%**	**4%**	**100%**

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados com a PricewaterhouseCoopers-SROC (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

Eur

	2022		2021 agregado	
	Despesas	Faturados	Despesas	Faturados
PwC				
Certificação Legal de contas 2020	-	2.485	3.075	53.696
Certificação Legal de contas 2021	-	102.428	204.857	102.429
Certificação Legal de contas 2022	270.662	176.244	-	-
Certificação do Balanço Intercalar Outubro 2021			39.975	39.975
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2020	-	-	-	17.220
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2021	-	10.455	10.455	-
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2022	7.995	-	-	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial 2020	-	67.650	-	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial 2021	-	67.650	67.650	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial 2022	51.660	-	-	-
Outros serviços distintos de auditoria 2020	-	9.225	-	-
Outros serviços distintos de auditoria 2021	-	9.225	9.225	-
Total	**330.317**	**445.361**	**335.237**	**213.320**

Eur

	AGS 2021		OCS 2021	
	Despesas	Faturados	Despesas	Faturados
PwC				
Certificação Legal de contas 2020	3.075	21.833	-	31.863
Certificação Legal de contas 2021	84.932	42.466	119.925	59.963
Certificação do Balanço Intercalar outubro 2021	-	-	39.975	39.975
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2020	-	6.970	-	10.250
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2021	4.305	-	6.150	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial 2021	27.060	-	40.590	-
Outros serviços distintos de auditoria 2021	3.690	-	5.535	-
Total	**123.062**	**71.269**	**212.175**	**142.051**

II.5 Notas ao balanço

Nota 11 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e seus equivalentes é detalhada conforme segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Caixa	60	60	60	-
Depósitos bancários	19.422.110	31.530.227	19.256.906	12.273.321
Total	**19.422.170**	**31.530.287**	**19.256.966**	**12.273.321**

Nota 12 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo desta conta é analisado como segue:

Empresa	Natureza da participação financeira	Sede	Fração de capital detida	Valor participação	Ano aquisição
H2Care, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	13,70%	2.549.192	2019
ANCPG - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	13,70%	6.493.910	2019
ANCPG4 - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	13,70%	1.213.825	2019
ANCPG2 - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	13,70%	3.679.416	2020
Go Porto, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	24,20%	9.332.400	2020
Go Classique, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	13,70%	1.819.848	2021
Cais Office - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	28,00%	5.769.534	2021
Campolide XXI - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	28,00%	8.538.309	2021
Gaivina Emp. Turis. Imob.	Associada	Mozelos	20%	199.060	2016
SPPP - Praça Principe Perfeito S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	28,00%	23.264.016	2022
Go Cravel S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	28,00%	1.820.000	2022
Ageas Portugal Services, ACE	Empreendimento conjunto	Lisboa	0%	-	2017
Total 2022				**64.679.510**	

Empresa	Natureza da participação financeira	Sede	Fração de Capital Detida AGS	Valor Participação AGS	Fração de Capital Detida OCS	Valor Participação OCS	Ano aquisição
H2Care, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	9,5%	1.783.204	4,2%	788.364	2019
ANCPG - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	9,5%	4.414.432	4,2%	1.951.644	2019
ANCPG4 - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	9,5%	817.141	4,2%	361.262	2019
ANCPG2 - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	9,5%	2.506.367	4,2%	1.108.078	2020
Go Porto, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	20%	5.953.837	4,2%	2.381.536	2020
Go Classique, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	9,5%	1.245.301	4,2%	550.554	2021
Cais Office - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	20%	4.032.683	4,2%	1.613.072	2021
Campolide XXI - Investimentos Imobiliários, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	20%	5.927.881	4,2%	2.371.152	2021
Gaivina Emp. Turis. Imob.	Associada	Mozelos	20%	561.040	4,2%	-	2016
Ageas Portugal Services, ACE	Empreendimento conjunto	Lisboa	0%	-	0,0%	-	2017
Total 2021				**27.241.886**		**11.125.662**	

A H2Care foi constituída em 2018, tendo por única acionista a Ocidental Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., com um capital de Euro 50.000, com valor nominal de Euro 1. Esta Sociedade propõe-se ser um veículo para a componente de investimento imobiliário dentro do Grupo Ageas. Em 18 dezembro de 2019, a H2Care celebrou a escritura de compra de um edifício na Rua Castilho 2A, 2, 4, Lisboa.

Em 2019, foi deliberado um aumento de capital na H2Care, a realizar por quatro novas acionistas, passando assim o capital para Euro 100.000: a Ocidental Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. entra com Euro 21.700 (passando a deter 71.700 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. entra com Euro 13.300 (equivalente a 13.300 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A., entra com Euro 9.500 (equivalente a 9.500 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A., entra com Euro 4.200 (equivalente a 4.200 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., entra com Euro 1.300 (equivalente a 1.300 ações). Ainda em 2019, ocorreu a realização de prestações suplementares em dinheiro gratuitas no montante de Euro 18.500.000, por parte de todas as acionistas da Sociedade na proporção das respetivas participações sociais na Sociedade. Em 2021, foi aprovado a realização de prestações suplementares em dinheiro e gratuitas no valor total de Euro 700.000, por parte de todos os acionistas da Sociedade.

Enquadrado na estratégia do grupo Ageas no âmbito do investimento imobiliário a ANCPG, a ANCPG 4 e a ANCPG 2 foram adquiridas pelo Grupo Ageas, em 2019 e 2020, tendo as seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 71,70% (correspondente a 35.850 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 13,30% (correspondente a 6.650 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 9,50% (correspondente na 4.750 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 4,20% (correspondente a 2.100 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. com 1,30% (correspondente a 650 ações). Estas empresas propõem-se ser veículos das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário.

A atividade da ANCPG iniciou-se em 3 de fevereiro de 2015 e consiste na aquisição e promoção imobiliária e opera unicamente no mercado português. A Sociedade é proprietária de um edifício de escritórios situado na Rua de Entrecampos, Nº 28 em Lisboa, sendo este utilizado para arrendamento.

A atividade da ANCPG 4 iniciou-se a 4 de novembro de 2016 e consiste na aquisição e promoção imobiliária e opera unicamente no mercado português. A Sociedades é proprietária de um imóvel situado na Rua Alfredo Guisado, nº 8, 10 e 10-A, freguesia de Benfica, em Lisboa, sendo este unicamente utilizado para arrendamento.

A ANCPG 2 – Investimentos Imobiliários, S.A. foi constituída em 3 de fevereiro de 2015 com capital social no valor de 50.000,00 Euros, com valor nominal de Euro 1, totalmente realizado. Durante o ano de 2015 a ANCPG 2 – Investimentos Imobiliários, S.A. adquiriu o prédio sito na Avenida D. João II, Lote 11601, no Parque das Nações, em Lisboa. O edifício possui 13 pisos acima do solo para escritórios, o rés do chão com loja e 4 pisos em cave para estacionamento e arrumos.

A Go Porto, S.A foi constituída em novembro de 2018 e propõe-se ser um veículo dos seus acionistas para a componente de investimento imobiliário. No ano de 2019 foi feita a aquisição de um terreno em Ramalde, sendo que o lançamento da obra de construção do edifício, que será a nova sede da Ageas Portugal na cidade do Porto, foi efetuado mesmo no final de 2019.

Em 15 de abril 2020, os estatutos da Go Porto foram alterados, bem como a distribuição do capital para outros entidades do Grupo Ageas e em cumprimento do acordado a 9 de dezembro de 2019 entre as cinco acionistas da Sociedade ("*Partnership Agreement for Real Estate Investments*"), incluindo a alteração do objeto social. Essas Sociedades são: Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A.,Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Em novembro de 2021, foi aprovado e realizado, pelos membros do Conselho de Administração da Go Porto, mediante contrato de compra e venda de ações e transferência de prestações suplementares entre as seguradoras, a alteração da distribuição do capital social da Sociedade, no valor de Euro 1.000.000, de acordo com a nova chave de alocação de capital social em vigor para as sociedades veículo para investimentos imobiliários. Assim, o capital da da Go Porto ficou distribuído da seguinte forma: a Sociedade Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. passou a deter uma participação social de 50% (face aos 71.7% detidos anteriormente), a Sociedade Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. passou a deter uma participação social de 8% (face aos 4.2% detidos anteriormente), a Sociedade Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. passou a deter uma participação social de 22% (face aos 13.3% detidos anteriormente), a Sociedade Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. passou a deter uma participação social de 20% (face aos 9.5% detidos anteriormente) e a Sociedade Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. passou a deter 0% (face aos 1.3% detidos anteriormente). Na mesma data, foi aprovado a realização de novas prestações suplementares, no montante total de Euro 27.100.000, por parte de todas as acionistas da Sociedade na proporção das novas participações sociais, ou seja, nas seguintes proporções: 50% pela Ocidental Vida, 22% pela Ageas Vida, 20% pela Ageas Seguros e 8% pela Ocidental Seguros. Foi aprovado que as referidas prestações suplementares, no montante de 27.100.000 euros, fossem sendo prestadas mediante solicitação da Administração. A primeira tranche ficou deliberado em ata da Assembleia Geral de novembro de 2021 que seria imediatamente entregue, no valor de realização de Euro 19.000.000 (conforme proporção do capital social). A segunda tranche foi solicitada em março de 2022, com a entrega de Euro 4.100.000, novamente conforme proporção do capital social).

A GO Classique, S.A, foi constituída em 28 de maio de 2021 com capital social no valor de Euro 100.000, com valor nominal de Euro 1, tendo a seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 71.7%

(correspondente a 71.700 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 13.3% (correspondente a 13.300 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 9.5% (correspondente na 9.500 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 4.2% (correspondente a 4.200 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. com 1.3% (correspondente a 1.300 ações). Esta Sociedade propõe-se ser um veículo das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário. Durante o ano de 2021 a GO Classique, S.A. adquiriu o prédio situado na Rua Alexandre Herculano, nº23 em Lisboa através de escritura de compra e venda assinada em julho de 2021. Os acionistas da Sociedade nessa data realizaram prestações suplementares no montante de Euro 12.900.000, com o propósito de dotar a Sociedade de fundo de maneio necessário para a aquisição do imóvel.

A Cais Office - Investimentos Imobiliários, S.A. foi constituída em 30 de dezembro de 2003 com capital social no valor de Euro 50.000, com valor nominal de Euro 1, totalmente realizado. Enquadrado na estratégia do grupo Ageas no âmbito do investimento imobiliário a Cais Office foi adquirida pelo Grupo Ageas, em escritura realizada no dia 20 de julho de 2021, tendo a seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 50% (correspondente a 25.000 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 22% (correspondente a 11.000 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 20% (correspondente a 10.000 ações) e a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 8% (correspondente a 4.000 ações). A Cais Office – Investimentos Imobiliários S.A. propõe-se ser um veículo das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário. O imóvel situa-se na Esplanada Dom Carlos I, Lote 234 – Parque das Nações, freguesia de Santa Maria dos Olivais.

A Campolide XXI – Investimentos Imobiliários, S.A. foi constituída em 26 de fevereiro de 2008 com capital social no valor de Euro 150.000, com valor nominal de Euro 5. A Campolide XXI adquiriu um lote de terreno, na Rua de Campolide 372, em Lisboa com vista a desenvolver o projeto imobiliário "Campolide XXI", destinado ao arrendamento no mercado de escritórios.

Enquadrado na estratégia do grupo Ageas no âmbito do investimento imobiliário a Campolide XXI foi adquirida pelo Grupo Ageas, em escritura realizada no dia 07 de dezembro de 2021, tendo a seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 50,00% (correspondente a 15.000 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 22,00% (correspondente a 6.600 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 20,00% (correspondente na 6.000 ações)e a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 8,00% (correspondente a 2.400 ações). A Campolide XXI, Investimentos Imobiliários S.A. propõe-se ser um veículo das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário.

Em fevereiro de 2022 foi adquirida a SPPP ao Grupo Martinhal, empresa que detinha o Edificio Tejo (situado na Praça do Príncipe Perfeito, Nº2, Lisboa), o qual passou a constituir a Sede do Grupo Ageas Portugal em Lisboa. A Ageas Seguros detém cerca de 28% das ações, sendo as restantes detidas pela Ageas Vida e pela Ocidental Vida.

A Go Cravel foi constituída em 18 de novembro 2022, com um capital de 100.000euros, tendo como única acionista a Ocidental Vida. Em 22 de novembro de 2022, foi realizado um alargamento às restantes empresas do Grupo, tendo a seguinte estrutura acionista passado a ser: Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 50,00%, a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 22,00% e a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 28,00%, representando um aumento de capital de 6.400.000euros A GO CRAVEL, S.A., Investimentos Imobiliários S.A. propõe-se ser um veículo das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário. Esta dotação de fundo teve em vista a aquisição do imóvel onde se encontra o Pingo Doce in V. N. Gaia, que ocorreu em dezembro de 2022.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia estão registadas a participação de 20% na Gaivina Empreendimentos Turísticos Imobiliários, encontrando-se a mesma registada ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade, conforme referido na Nota II.1 d) (v).

A Companhia é membro do seguinte empreendimento conjunto: Ageas Portugal Services, ACE. Os empreendimentos conjuntos são agrupamentos sem capital social conforme definido nos respetivos estatutos e em que a Companhia foi considerada membro.

A imputação de custos relativamente aos empreendimentos conjuntos - ACE/AEIE, referidos acima, os quais prestam serviços partilhados a entidades do grupo Ageas, varia em função dos trabalhos realizados para cada um dos seus membros, não existindo por isso percentagens fixas de participação.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, encontram-se relevados no Anexo III.

O registo contabilístico das participações é feito pelo método de equivalência patrimonial, com variações em resultados.

A informação financeira resumida das filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, incluindo as quantias agregadas de ativos, passivos e resultados, em referência a 2022 e valorizados com base nas demonstrações financeiras de novembro de 2022, apresenta-se como se segue:

Posição em 30.11.2022 *Eur*

Entidade	H2Care	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	ACE	Go Porto	Cais Office	Campolide XXI	SPPP	Go Cravel
Ativo não Corrente	17.641.292	43.410.625	8.675.909	24.216.882	12.447.556	37.577	29.688.317	20.344.467	29.429.687	77.842.462	-
Ativo Corrente	1.102.007	7.167.982	1.328.439	3.059.376	1.047.865	16.325.771	3.705.015	1.074.396	1.691.156	7.406.231	100.000
Total ativo	18.743.299	50.578.607	10.004.347	27.276.259	13.495.421	16.363.348	33.393.332	21.418.862	31.120.842	85.248.693	100.000
Passivo não Corrente	-	2.646.528	978.707	52.141	90.586	15.881	-	540.855	217.061	48.546	-
Passivo Corrente	136.059	531.273	165.605	367.066	121.274	16.590.771	63.376	272.528	409.819	2.114.376	-
Total passivo	136.059	3.177.801	1.144.313	419.207	211.860	16.606.652	63.376	813.383	626.880	2.162.922	-
Capital Próprio	18.607.240	47.400.807	8.860.034	26.857.052	13.283.562	(243.304)	33.329.956	20.605.480	30.493.962	83.085.771	100.000
Vendas e serviços prestados	550.315	2.455.381	582.915	1.658.392	638.759	61.402.557	497.239	1.104.982	1.233.105	4.661.414	-
Resultado líquido do exercício	(163.332)	933.102	258.553	474.238	175.130	-	(237.682)	442.079	527.543	842.653	-
Total do rendimento integral	(163.332)	933.102	258.553	474.238	175.130	-	(237.682)	442.079	527.543	842.653	-

Impacto MEP *Eur*

Entidade (*)	H2Care	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	Go Porto	Cais Office	Campolide XXI	SPPP	Go Cravel	Total
% Participação Financeira 2022	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	28,0%	28,0%	28,0%	28,0%	28,0%	n.a.
Valor Participação Financeira 2022	2.549.192	6.493.910	1.213.825	3.679.416	1.819.848	9.332.400	5.769.534	8.538.309	23.264.016	1.820.000	64.480.450
Impacto MEP 2022	(64.863)	127.835	55.673	56.252	50.783	(150.976)	90.782	143.158	219.972	-	528.615
% Participação Financeira 2021	13,7%	24,2%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	28,0%	28,0%	n.a.	n.a.	n.a.
Valor Participação Financeira 2021	2.571.568	8.335.373	6.366.076	1.178.403	3.614.445	1.795.855	5.645.755	8.299.033	n.a.	n.a.	37.806.509
Impacto MEP 2021	(25.687)	(7.911)	118.257	33.335	44.544	14.855	86.413	-	n.a.	n.a.	263.806

(*) Excluindo Gravina e ACE

Posição em 30.11.2021 *Eur*

Entidade	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	Cais Office	Campolide XXI	ACE
Ativo não Corrente	18.196.771	30.064.320	44.527.769	8.812.028	24.814.628	12.727.842	20.718.912	29.588.094	43.108.953
Ativo Corrente	648.205	2.251.014	5.368.145	951.670	1.893.013	558.573	533.461	630.502	12.252.861
Total ativo	18.844.976	32.315.334	49.895.914	9.763.699	26.707.641	13.286.415	21.252.373	30.218.596	55.361.814
Passivo não Corrente	-	-	2.738.879	999.838	-	90.586	540.855	-	505.885
Passivo Corrente	74.404	2.847.696	689.330	162.379	324.827	87.397	552.599	579.192	55.105.987
Total passivo	74.404	2.847.696	3.428.209	1.162.217	324.827	177.984	1.093.454	579.192	55.611.872
Capital Próprio	18.770.572	29.467.638	46.467.705	8.601.481	26.382.814	13.108.431	20.158.919	29.639.404	(250.058)
Vendas e serviços prestados	-	-	2.357.256	582.289	1.491.019	269.132	369.234	-	49.269.132
Resulatdo líquido do exercício	(187.497)	(36.743)	863.191	243.323	324.561	108.431	93.642	-	-
Total do rendimento integral	(187.497)	(36.743)	863.191	243.323	324.561	108.431	93.642	-	-

(*) Para efeitos do cálculo do impacto do MEP deve ser incluído o resultado entre o período de 1 a 31 de dezembro de 2020, no valor negativo de (236.766)

Os indicadores financeiros das participadas da Companhia detalhados em cima, têm por base as demonstrações financeiras provisórias e ajustadas para efeitos de determinação do método de equivalência patrimonial (MEP). No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia pelo método de equivalência patrimonial, teve um impacto positivo em resultados de Euro 263.806 (2021: Euro 184.616 da AGS e Euro 79.190 da OCS).

Nota 13 Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022						
	Valor aquisição	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Justo valor	Juros a receber	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
Dívida pública	421.187.891	421.583.602	13.828.566	-	435.412.169	7.945.959	443.358.128
Emissores públicos	5.930.405	6.361.560	(26.785)	-	6.334.775	36.219	6.370.994
Outros emissores	188.963.068	189.097.844	(8.539.252)	-	180.558.591	1.038.405	181.596.996
	616.081.364	617.043.006	5.262.529	-	622.305.535	9.020.583	631.326.118
Ações e outros títulos de rendimento variável	27.344.774	27.344.774	(57.461)	(634.150)	26.653.162	-	26.653.162
Total	643.426.138	644.387.780	5.205.068	(634.150)	648.958.697	9.020.583	657.979.280

Dos quais:	
Nível 1	649.768.232
Nível 2	6.353.537
Nível 3	1.857.511
	657.979.280

Eur

Agregado AGS e OCS	2021					
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Justo valor	Juros a receber	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Dívida pública	447.554.520	111.443.923	-	558.998.443	8.202.379	567.200.821
Emissores públicos	6.630.617	567.621	-	7.198.238	67.462	7.265.700
Outros emissores	120.097.623	1.655.589	-	121.753.213	820.073	122.573.286
	574.282.760	113.667.133	-	687.949.893	9.089.914	697.039.808
Ações e outros títulos de rendimento variável	24.490.111	6.305.617	(599.163)	30.196.565	-	30.196.565
Total	**598.772.872**	**119.972.750**	**(599.163)**	**718.146.459**	**9.089.914**	**727.236.373**

Dos quais:	
Nível 1	720.080.668
Nível 2	5.232.813
Nível 3	1.922.892
	727.236.373

Nota: exclui investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota8.

O quadro seguinte apresenta a divisão por níveis da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda:

Eur

	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Dívida pública	448.729.773	999.349	-	577.279.225	1.042.622	-
Outros emissores	181.596.996	-	-	115.303.877	3.414.082	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	19.441.463	5.354.188	1.857.511	27.497.566	776.109	1.922.892
	649.768.232	6.353.537	1.857.511	720.080.668	5.232.813	1.922.892

O nível 3 apresenta a seguinte movimentação:

Eur

Nível 3					
Saldo 2021	Compras	Vendas	Variação Reserva	Imparidade	Saldo 2022
1.922.892	-	-	(65.381)	-	1.857.511

Encontram-se classificados como títulos ao justo valor através do resultado aqueles que, tal como referido pela IAS 39 (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor ou (ii) contém derivados embutidos.

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 14 Empréstimos e contas a receber e Investimentos a deter até à maturidade

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem Depósitos junto de empresas cedentes no montante de Euros 261, tendo durante o ano de 2022 o tratado com a Axa Cession foi comutado, com a cessação das responsabilidades da Ageas Seguros (2021: Euros 1.177.091). Estão incluídos também nesta rubrica os empréstimos hipotecários no valor de Euros 40.928.226 (2021: Euros 30.960.285).

Nota 15 Terrenos e edifícios

Os imóveis da Companhia encontram-se valorizados pelo modelo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, conforme previsto na IAS 40.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel, por perito independente. Estas vidas úteis variam entre 20 e 50 anos, conforme o imóvel em causa.

A Companhia reconhece como propriedades de rendimento, todos os terrenos e edifícios detidos para obter rendas ou para valorização do capital, ou ambas.

Os movimentos registados em 2022 nas rubricas de Terrenos e edifícios foram como se segue:

Eur

	2022					
	Terrenos e edifícios de serviço próprio			Terrenos e edifícios de rendimento		
	Terrenos	Edifícios	Total	Terrenos	Edifícios	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.048.356	13.821.198	18.869.554	3.130.540	9.217.313	12.347.852
Aquisições/ Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	(4.268.686)	(12.033.068)	(16.301.755)	(420.774)	(1.520.720)	(1.941.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	779.670	1.788.130	2.567.799	2.709.766	7.696.593	10.406.358
Depreciações						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(4.562.973)	(4.562.973)	-	(3.533.275)	(3.533.275)
Depreciações do exercício	-	(205.273)	(205.273)	-	(179.346)	(179.346)
Alienações	-	4.133.963	4.133.963	-	622.144	622.144
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(634.283)	(634.283)	-	(3.090.476)	(3.090.476)
Imparidades						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	(16.296)	(1.188.363)	(1.204.660)
Imparidades liquidas de reversões	-	-	-	-	145.748	145.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	(16.296)	(1.042.615)	(1.058.911)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021	**5.048.356**	**9.258.225**	**14.306.581**	**3.114.244**	**4.495.675**	**7.609.918**
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2022	**779.670**	**1.153.847**	**1.933.517**	**2.693.470**	**3.563.501**	**6.256.970**

Os movimentos registados em 2021 nas rubricas de Terrenos e edifícios foram como se segue:

Eur

	2021					
	Terrenos e edifícios de serviço próprio			Terrenos e edifícios de rendimento		
	Terrenos	Edifícios	Total	Terrenos	Edifícios	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.048.356	13.821.198	18.869.554	3.556.525	10.588.805	14.145.329
Aquisições/ Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(425.985)	(1.371.491)	(1.797.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.048.356	13.821.198	18.869.554	3.130.540	9.217.313	12.347.852
Depreciações						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(4.273.667)	(4.273.667)	-	(3.751.469)	(3.751.469)
Depreciações do exercício	-	(289.306)	(289.306)	-	(205.780)	(205.780)
Alienações	-	-	-	-	423.974	423.974
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(4.562.973)	(4.562.973)	-	(3.533.275)	(3.533.275)
Imparidades						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	(16.296)	(1.641.041)	(1.657.338)
Imparidades do exercício	-	-	-	-	452.678	452.678
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	(16.296)	(1.188.363)	(1.204.660)
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2020	**5.048.356**	**9.547.531**	**14.595.887**	**3.540.229**	**5.196.294**	**8.736.522**
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2021	**5.048.356**	**9.258.225**	**14.306.581**	**3.114.244**	**4.495.675**	**7.609.918**

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento é estimado em Euro 12.608.480 (2021: Euro 15.867.900) e de serviço próprio é estimado em Euro 2.999.000 (2021: Euro 15.345.000).

Os gastos operacionais diretos de edifícios de rendimento e os seus respetivos rendimentos provenientes de rendas são os seguintes:

Eur

	2022	2021
Rendimentos de edifícios de rendimento (ver Nota 11)	985.013	1.342.314
Reparações, manutenções e outras despesas	(820.307)	(735.285)
	164.706	**607.029**

Nota 16 Ativos tangíveis e inventários

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

A depreciação dos ativos tangíveis teve por base as vidas úteis definidas, conforme referido na Nota 1 h).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Equipamento				
Equipamento informático	2.165.244	25.809	2.835	22.974
Equipamento administrativo	735.214	957.084	816.289	140.795
Outro equipamento	1.442.537	1.426.723	1.426.343	380
Instalações interiores	373.080	1.003.692	373.080	630.612
Outros ativos tangíveis	8.233.721	8.145.902	8.088.372	57.530
	12.949.795	**11.559.210**	**10.706.920**	**852.290**
Amortizações acumuladas	(10.645.052)	(11.043.741)	(10.414.128)	(629.613)
Saldo líquido	**2.304.743**	**515.470**	**292.792**	**222.677**
Inventários	**19.376**	**25.886**	**25.886**	**-**

O movimento nesta rubrica em 2022 foi como se segue:

Eur

	Equipamento informático	Equipamento administrativ	Outro equipamento	Instalações interiores	Outros ativos tangíveis	Sub-Total	Inventários	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.835	816.289	1.426.343	373.080	8.088.372	10.706.919	25.886	10.732.805
Fusão da OCS a 01/01/2022	22.974	140.795	380	630.612	57.530	852.290	-	852.290
Aquisições	54.718	-	-	-	9.188	63.906	-	63.906
Abates/ Transferências	-	(221.870)	-	(630.612)	-	(852.482)	(6.510)	(858.992)
Ativos em compropriedade ACE	2.084.717	-	15.814	-	78.631	2.179.161	-	2.179.161
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.165.243	735.214	1.442.536	373.080	8.233.721	12.949.794	19.376	12.969.170
Amortizações								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.409)	(787.258)	(1.413.639)	(373.080)	(7.837.742)	(10.414.128)	-	(10.414.128)
Fusão da OCS a 01/01/2022	(22.175)	(101.044)	(336)	(473.594)	(32.465)	(629.613)	-	(629.613)
Amortizações do exercício	(167.565)	(8.050)	(3.715)	(20.958)	(56.713)	(257.001)	-	(257.001)
Abates/ Transferências	-	161.138	-	494.553	-	655.690	-	655.690
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(192.150)	(735.214)	(1.417.689)	(373.079)	(7.926.919)	(10.645.051)	-	(10.645.051)
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**426**	**29.031**	**12.705**	**-**	**250.630**	**292.792**	**25.886**	**318.678**
Saldo líquido 31 de dezembro 2022	**1.973.093**	**-**	**24.847**	**-**	**306.802**	**2.304.743**	**19.376**	**2.324.119**

O movimento nesta rubrica em 2021 do Agregado da AGS com a OCS foi como se segue:

Eur

	Equipamento informático	Equipamento administrati	Outro equipamento	Instalações interiores	Outros ativos tangíveis	Sub-Total	Inventários	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	371.497	962.593	1.457.303	1.015.660	8.160.365	11.967.419	37.461	12.004.880
Abates/ Transferências	(345.689)	(5.509)	(30.580)	(11.969)	(14.463)	(408.210)	(11.575)	(419.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.809	957.084	1.426.723	1.003.692	8.145.902	11.559.209	25.886	11.585.095
Amortizações								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(356.912)	(869.471)	(1.434.687)	(791.271)	(7.870.808)	(11.323.149)	-	(11.323.149)
Amortizações do exercício	(13.361)	(24.340)	(9.868)	(67.372)	(13.861)	(128.801)	-	(128.801)
Equipment descharge/ Transfers	345.689	5.509	30.580	11.969	14.463	408.210	-	408.210
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.584)	(888.302)	(1.413.974)	(846.674)	(7.870.206)	(11.043.740)	-	(11.043.740)
Saldo líquido 31 de dezembro 2020	**14.585**	**93.122**	**22.616**	**224.390**	**289.557**	**644.270**	**37.461**	**681.731**
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**1.225**	**68.782**	**12.749**	**157.018**	**275.696**	**515.469**	**25.886**	**541.355**

Considera-se que o valor contabilístico revelado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

Em 2022 ocorreram transferências de ativos em regime de compropriedade do ACE para a Ageas Seguros. As transferências foram registadas por contrapartida de adiantamentos que tinham sido feito anteriormente pela Companhia.

Nota 17 Ativos sob direito de uso e passivos de locação

A IFRS 16 é a norma que passa a definir o registo contabilístico das locações, quer na ótica do locador, quer na ótica do locatário, que determina o registo de um direito de uso sobre os ativos em locação e um passivo de locação relativo às rendas a pagar, para todos os contratos de locação.

A Companhia procedeu à análise de todos os contratos que contêm o uso de ativos de forma a identificar as condições subjacentes, ao período do contrato, à natureza das rendas a pagar e às taxas de juro implícitas nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

			Eur
	Edifícios	Material de transporte	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.423.186	1.585.277	5.008.463
Fusão da OCS a 01/01/2022	221.436	1.079.635	1.301.071
Aquisições	83.311	437.369	520.680
Abates	(78.656)	(166.952)	(245.608)
Reclassificação	1.979	(1.979)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.651.256	2.933.350	6.584.606
Amortizações			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.008.022)	(449.371)	(3.457.393)
Fusão da OCS a 01/01/2022	(181.760)	(444.278)	(626.038)
Amortizações do exercício	(92.453)	(732.163)	(824.616)
Abates	41.655	48.893	90.548
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.240.580)	(1.576.919)	(4.817.499)
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**415.164**	**1.135.906**	**1.551.070**
Saldo líquido 31 de dezembro 2022	**410.676**	**1.356.431**	**1.767.108**

Em 31 de dezembro de 2022 o valor registado em passivos de locações é de Euro 1.797.838 (2021: Euro 1.570.079).

O movimento do ano, nos passivos de locações, foi o seguinte:

	Eur
Saldo a 1 de janeiro de 2022	1.570.079
Fusão da OCS a 01/01/2022	681.803
Aquisição de novos contratos	520.680
Pagamento de prestações	(974.724)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	1.797.838

Nota 18 Outros ativos intangíveis

A Companhia considerou como ativos intangíveis, as despesas de desenvolvimento de software.

Os ativos foram reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As amortizações são efetuadas de acordo com o período de vida útil esperada destes ativos, pelo método das quotas constantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Software	49.155.204	21.892.862	20.355.878	1.536.984
Imobilizado em curso	13.419.949	-	-	-
	62.575.153	21.892.862	20.355.878	1.536.984
Amortizações acumuladas	(26.791.498)	(21.888.590)	(20.353.742)	(1.534.848)
Saldo líquido	**35.783.655**	**4.272**	**2.136**	**2.136**

O movimento nesta rubrica em 2022 foi como se segue:

Eur

	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.355.878	-	20.355.878
Fusão da OCS a 01/01/2022	1.536.984	-	1.536.984
Aquisições	-	1.652.625	1.652.625
Abates	-	(5.692.285)	(5.692.285)
Transferencias	15.263.393	(15.263.393)	-
Ativos em compropriedade ACE	11.998.950	32.723.001	44.721.950
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.155.204	13.419.949	62.575.153
Amortizações			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.353.742)	-	(20.353.742)
Fusão da OCS a 01/01/2022	(1.534.848)	-	(1.534.848)
Amortizações do exercício	(1.951.394)	-	(1.951.394)
Ativos em compropriedade ACE	(2.951.513)	-	(2.951.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(26.791.497)	-	(26.791.497)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2021	**2.137**	**-**	**2.137**
Saldo líquido em 31 de dezembro 2022	**22.363.707**	**13.419.949**	**35.783.656**

No ano de 2022, e no seguimento do reposicionamento do agrupamento complementar de empresas Ageas Portugal Services, ACE, procedeu-se à transferência dos ativos para os membros, nomeadamente: Ageas Seguros, Ageas Vida, Ocidental Vida, Médis e Ageas Pensões.

Esta transferência de ativos ocorreu de acordo com um modelo de compropriedade que permite a utilização partilhada dos referidos ativos. De referir que esta transferência não gerou qualquer rendimento na demonstração de resultados do APS, tendo a transferência dos ativos para os associados, permitido reduzir de forma muito significativa a divida às diferentes Entidades do Grupo.

O movimento nesta rubrica em 2021 foi como se segue:

			Eur
	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.355.878	-	20.355.878
Aquisições	-	-	-
Abates/ Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.355.877	-	20.355.878
Amortizações			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.348.617)	-	(20.348.617)
Amortizações do exercício	(5.125)	-	(5.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.353.742)	-	(20.353.742)
Saldo líquido 31 de dezembro 2020	**7.262**	**-**	**7.262**
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**2.136**	**-**	**2.136**

Em 2022 foi reconhecida uma imparidade no software Duck Creek Motor no montante de Euro 5.692.285. Durante o exercício de 2021 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

Nota 19 Goodwill

Fruto da aquisição da carteira da AXA Global Direct, Seguros y Reaseguros, SAU-Sucursal em Portugal, em março de 2016, a Companhia gerou um goodwill no montante de Euros 1.372.444, resultante da diferença positiva entre o valor pago e o valor líquido da incorporação de ativos e passivos da referida sucursal, a qual foi integrada na Ageas Seguros logo em 2016.

O balanço da AXA Global Direct, Seguros y Reaseguros, SAU-Sucursal em Portugal, incorporado no dia 1 de abril de 2016, apresentava os seguintes valores:

	Eur
ATIVOS	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	852.991
Ativos financeiros detidos para negociação	9.707
Ativos disponíveis para venda	24.595.471
Outros ativos tangíveis	19.417
Inventários	760
Outros ativos intangíveis	933.053
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.187.165
Ativos por impostos	479.823
Acréscimos e diferimentos	47.992
Total	30.126.379
PASSIVOS	
Provisões técnicas	25.259.749
Outros credores por operações de seguros e outras operações	563.673
Passivos por impostos	551.496
Acréscimos e diferimentos	401.006
Outras Provisões	19.436
Total	26.795.360
Valor Líquido dos ativos	3.331.019

O Goodwill reconhecido na sequência da referida aquisição explica-se como se segue:

	Eur
Valor pago	4.703.463
Justo valor dos ativos líquidos adquiridos	3.331.019
Valor do Goodwill	1.372.444

De acordo com os requisitos da IAS 36, a Companhia efetuou um teste de verificação da existência de indícios de imparidade para a recuperabilidade deste Goodwill. Na sequência deste teste não foram identificados indícios de existir imparidade.

Nota 20 Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

Eur

	2022				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Seguro Directo e Resseguro Aceite					
Provisão para prémios não adquiridos	49.821.143	31.884.331	85.983.609	5.333.874	173.022.957
Provisão para sinistros	380.606.439	45.714.936	177.698.371	38.326.904	642.346.650
Provisão para participação nos resultados	430.437	103.279	841.772	193.498	1.568.986
Provisão para desvios de sinistralidade	-	29.340.590	-	1.640.163	30.980.753
Provisão para riscos em curso	11.424	127.303	-	13.583	152.310
Total bruto	**430.869.443**	**107.170.439**	**264.523.752**	**45.508.022**	**848.071.656**
Resseguro Cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	32.363.349	19.719.238	42.681.869	3.220.280	97.984.736
Provisão para sinistros	74.029.862	22.863.592	69.174.069	16.594.016	182.661.539
Total resseguro	**106.393.211**	**42.582.830**	**111.855.938**	**19.814.296**	**280.646.275**
Saldo líquido	**324.476.232**	**64.587.609**	**152.667.814**	**25.693.726**	**567.425.381**

Eur

Agregado AGS e OCS	2021				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Seguro Directo e Resseguro Aceite					
Provisão para prémios não adquiridos	45.232.422	29.025.113	80.215.665	6.597.216	161.070.416
Provisão para sinistros	357.691.425	32.000.768	165.801.943	42.945.713	598.439.849
Provisão para participação nos resultados	678.106	58.035	792.746	309.723	1.838.610
Provisão para desvios de sinistralidade	-	27.010.156	-	1.638.861	28.649.017
Provisão para riscos em curso	5.962	303.748	-	35.960	345.670
Total bruto	**403.607.915**	**88.397.820**	**246.810.354**	**51.527.473**	**790.343.562**
Resseguro Cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	29.569.314	17.780.377	39.312.331	3.639.483	90.301.505
Provisão para sinistros	55.804.855	16.286.799	64.411.189	18.694.817	155.197.660
Total resseguro	**85.374.169**	**34.067.176**	**103.723.520**	**22.334.300**	**245.499.165**
Saldo líquido	**318.233.746**	**54.330.644**	**143.086.834**	**29.193.173**	**544.844.397**

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 196.811.114 (2021: Euros 180.635.320 da AGS e Euros 26.393.027 da OCS) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 113,328,410 (2021: Euros 53.552.403 da AGS e Euros 43.134.605 da OCS) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 10.363.125 (2021: Euros 8.338.145 da AGS e Euros 1.590.006 da OCS), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como se segue:

Eur

	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Sinistros* pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	288.902.754	55.580.169	303.357.820	70.035.235
Incêndio e Outros Danos	18.338.583	11.080.102	18.452.741	11.194.260
Automóvel	140.002.431	63.168.461	103.991.781	27.157.811
Outros	38.622.902	3.974.711	33.217.382	(1.430.810)
Total	**485.866.670**	**133.803.443**	**459.019.724**	**106.956.496**

*Sinistros ocorridos no ano de 2021 e anteriores

Eur

Agregado AGS e OCS	Provisão para sinistros em 31/12/2021 (1)	Sinistros* pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2022 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	357.821.261	53.705.739	296.585.599	(7.529.923)
Incêndio e Outros Danos	37.496.624	14.160.767	18.712.977	(4.622.879)
Automóvel	155.946.448	62.940.621	99.536.420	6.530.592
Outros	48.399.729	4.403.657	39.052.214	(4.943.859)
Total	**599.664.062**	**135.210.784**	**453.887.210**	**(10.566.069)**

*Sinistros ocorridos no ano de 2020 e anteriores

A provisão para prémios não adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS	OCS
Prémios não adquiridos	210.555.891	194.652.023	124.918.948	69.733.075
Custos de aquisição diferidos	(37.532.934)	(33.581.607)	(24.338.278)	(9.243.329)
Valor líquido	**173.022.957**	**161.070.416**	**100.580.670**	**60.489.746**

A provisão para prémios não adquiridos, de resseguro cedido, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS	OCS
Prémios não adquiridos	117.382.575	107.421.715	55.381.420	52.040.295
Custos de aquisição diferidos	(19.397.839)	(17.120.210)	(741.535)	(16.378.675)
Valor líquido	**97.984.736**	**90.301.505**	**54.639.885**	**35.661.620**

O tratado de Quota-Share da Ageas Seguros é tratado de ´clean cut´ no que se refere aos prémios e por esse motivo, inclui os movimentos de carteira. Nestes tipos de tratado, quando um ressegurador entra numa carteira, assume a responsabilidade pelos riscos em curso prévios à sua participação. Se esses riscos dizem respeito a prémios não adquiridos, então eles são assumidos pelo ressegurador. Quando um ressegurador termina o seu contrato, deve devolver o valor dos prémios cobrados referentes ao período de risco ainda não decorrido. No ano seguinte, se começar um novo tratado, os novos resseguradores irão assumir os riscos, de acordo com as novas condições do tratado.

No caso do tratado de Quota-Share da Ageas Seguros, referentes aos anos de 2022 e 2023, o ressegurador é o mesmo e as condições mantêm-se. Assim sendo, foi acordado com o ressegurador, que uma vez que os movimentos de saída de carteira de 2022 seriam iguais aos movimentos de entrada de carteira de 2023, não haveria necessidade de eles ocorrerem.

Esta alteração não tem qualquer impacto em resultados, uma vez que afetariam apenas contas de balanço e as contas correntes dos resseguradores.

No caso de os movimentos de carteira terem sido realizados, corresponderiam a um impacto em prémios não adquiridos referente a este tratado à data de 31 de dezembro de 2022 de Euro 62.115.542 (2021: Euro 46.358.352 da AGS e Euro: 11.795.186 da OCS).

Nota 21 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado
Tomadores de seguros	41.369.094	37.548.176
Mediadores de seguros	24.738.361	22.371.386
Resseguradores	7.132.857	16.194.027
	73.240.312	76.113.589
Imparidade	(32.946.807)	(32.330.300)
Total Tomadores e Mediadores	**40.293.505**	**43.783.289**
Outros devedores	55.165.782	64.742.775
Imparidade	(1.984.823)	(2.005.548)
Total Outros devedores	**53.180.959**	**62.737.227**
Total Contas a receber	**93.474.464**	**106.520.516**

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado
Tomadores e Mediadores		
Saldo no início do ano	**(32.330.300)**	**(33.585.094)**
Dotação do exercício	(3.099.498)	(63.783)
Utilização do exercício	2.482.992	1.318.577
Saldo no final do ano	**(32.946.807)**	**(32.330.300)**
Outros devedores		
Saldo no início do ano	**(2.005.548)**	**(2.188.796)**
Dotação do exercício	-	(216.928)
Utilização do exercício	20.725	400.176
Saldo no final do ano	**(1.984.823)**	**(2.005.548)**

Nota 22 Impostos correntes e diferidos

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

Impostos Correntes	**2022**	**2021**
Imposto sobre rendimento		1 439 318
Imposto sobre rendimento - Sifide	2 329 059	
Imparidade - Sifide	-2 329 059	
Imposto sobre o rendimento a recuperar (RETGS)	22 658 250	22 658 205
Ativos por impostos correntes	**22 658 250**	**24 097 523**
Outros impostos		
Imposto sobre o rendimento	2 318 025	
Imposto sobre o rendimento exercícios anteriores	233 146	
Imposto de selo	4 735 196	3 469 452
INEM	2 118 112	1 272 487
FGA e PRP	1 245 611	990 047
FAT	758 986	606 789
Contribuições Segurança Social	841 872	630 239
Retenções IRS	728 526	599 541
TAXA ASF	1 021 454	450 462
Diversos	796 984	263 771
Passivos por impostos correntes	**14 797 912**	**8 282 787**
Total - Impostos correntes	**7 860 339**	**15 814 736**

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento de Pessoas Coletivas.

O imposto sobre lucros – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) - compreende o imposto corrente e os impostos diferidos.

O imposto sobre os lucros foi reconhecido nas contas nos termos previstos na Norma n.º 10/2016-R, de 25 de setembro (que revogou integralmente a Norma n.º 4/2007-R, de 27 de abril), e de harmonia com IAS 12.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2022 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (2021: 21%), aplicável à matéria coletável da Companhia. Adicionalmente aplica-se 1,5% (2021: 1,5%) de derrama municipal ao lucro tributável, acrescido da derrama estadual aplicável ao lucro tributável depende do montante deste, como segue:

Lucro tributável - 2022 e 2021 (Euros)	**Taxas (%)**
Até 1.500.000	0%
De mais de 1.500.000 até 7.500.000	3%
De mais de 7.500.000 até 35.000.000	5%
Superior a 35.000.000	9%

A derrama estadual foi criada pela Lei nº12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, atualmente em vigor no Art. 87º A do Código do IRC.

O imposto sobre o lucro é reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas, exceto quando esteja relacionado com rubricas que sejam reconhecidas diretamente em capital próprio, casos em que é também registado por contrapartida da conta de capital próprio respetiva.

A última Inspeção Tributária foi ao exercício 2015, tendo decorrido no exercício 2017.

O imposto corrente é determinado com base no resultado tributável apurado nas declarações de auto - liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, as quais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir dos exercícios a que respeitam. Não se esperam ajustamentos significativos às declarações de anos anteriores.

A Companhia tem registado no seu balanço como imposto sobre o rendimento a receber, um montante de 22.658.205€ correspondente ao valor impugnado em tribunal para aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("consolidação fiscal" ou "RETGS"), desde 2012, ao então Grupo AXA em Portugal, onde se incluem as entidades Ageas Seguros (ex-AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A.), a Ageas Portugal - Companhia de Seguros Vida, S.A.,(ex-AXA Vida) e outras entidades detidas pelo Grupo AXA sedeado em França, na medida em que a ora Ageas Seguros, (ex – AXA Seguros) foi nomeada representante para efeitos de RETGS da entidade dominante AXA, S.A. Se a posição da Sociedade prevalecer no Tribunal Fiscal português, a Ageas Seguros terá o direito de recuperar os prejuízos fiscais reportados nas declarações de rendimentos de 2012, 2013 e 2014.

O Conselho de Administração da Ageas Seguros considera, com base na legislação aplicável na União Europeia, clarificada no Acórdão do Tribunal de Justiça Europeu bem como, em decisões do CAAD, ser provável que a Companhia tenha sucesso nesse processo e, portanto, avalia como provável a recuperação do ativo por impostos correntes referido.

Os impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis entre o valor contabilístico do ativo ou passivo e a sua respetiva base fiscal:

- Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis;
- Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	**2021**
Imposto corrente	3 042 363	1 009 652
Imposto diferido	3 531 616	2 366 336
Impostos sobre lucros	**6 573 979**	**3 375 988**

A reconciliação da taxa de imposto de 2022 é a seguinte:

	2022	**2021**
Resultado Antes de Imposto	42 446 814	11 850 488
Taxa de imposto	29,00%	25,00%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	12 309 576	2 962 622
Imposto Corrente	3 042 363	1 009 652
Imposto Diferido	3 531 616	2 366 336
	6 573 979	3 375 988
Diferença entre taxa nominal e efetiva	-5 735 597	413 366
Taxa efetiva	15,49%	28,49%
Diferenças permanentes no exercício		
Acréscimos		
Fundo Pensões	0	53 014
Lucro tributável imputado por ACEs ou AEIEs	48 188	
Reintegrações e amortizações não aceites	83 713	56 857
Método da Equivalência Patrimonial	529 613	11 147
Donativos não previstos ou além dos limites legais	942	175
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	2 911	189
Insuficiência estimativa IRC	3 369	7 301
Correções relativas a exercícios anteriores	1 966	597
Diferença positiva entre o VPT definitivo do Imóvel e o constante do contrato	138 457	
Realizações de utilidade social não dedutíveis	590 367	102 696
Gastos não documentados	203	163
Créditos Incobráveis	971	75
Outros Custos Não Aceites	56 073	33 747
Tributação autónoma	378 251	174 932
	1 835 027	440 892
Deduções		
Fundo Pensões	-339 340	
Prejuízo tributável imputado por ACEs ou AEIEs	0	-82 169
Método da Equivalência Patrimonial	-682 912	-57 301
Benefícios Fiscais	-146 341	-68 896
Excesso estimativa / Restituição Impostos	-84 670	-651
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis (art. 45º A)	-19 900	-17 156
Valias Imóveis sem ID	-4 884 861	
Outros	-56 260	-17 708
	-6 214 285	-243 881
SIFIDE	2 475 000	
Imparidade SIFIDE	-2 475 000	
Total das diferenças permanentes	-4 379 258	197 012
Alterações de estimativa a impostos diferidos	-1 356 339	216 354
Total de diferenças no exercício	-5 735 597	413 366

Apresentamos seguidamente o desdobramento das contas de impostos diferidos em balanço, dividido por tipo de imposto, com o respetivo movimento registado:

			Variação 2022	
Imposto diferido	**Balanço 2022**	**Balanço 2021**	**Valor reconhecido em Resultado**	**Valor reconhecido em Capitais Próprios**
Imóveis	2 577 851	2 771 515	-193 664	
Imparidade	767 412	598 758	168 655	
Prejuízo Fiscal	10 250 373	13 505 381	-3 255 008	
Provisões não dedutíveis	2 225 157	1 174 760	150 842	
APS_ACE	121 385	164 953	-43 569	
Sifide	145 941		145 941	
Imparidade Sifide	-145 941		-145 941	
Fundos Pensões	-64 938		-64 938	
Outros	1 264	0	-293 935	
Total ID via Resultado	**15 878 504**	**18 215 367**	**-3 531 617**	**0**
Mais/menos valias não realizadas de investimentos	-1 509 470	-26 876 682		28 795 369
Fundos Pensões	1 070 773	0		-7 152
Total ID via Capitais Próprios	**-438 697**	**-26 876 682**	**0**	**28 788 217**
Imposto diferido líquido em Balanço	**15 439 807**	**-8 661 315**	**-3 531 617**	**28 788 217**

O total de imposto diferido líquido em Balanço é de 15.585.748 € (ida) (2021: 8.661.315 € (idp), dividido em 16.024.445€ de Imposto diferido ativo que impacta resultados (2021: 18.215.367€ ida) e 438.697€ de Imposto diferido passivo que impacta Capitais Próprios (2021: 26.876.682€ idp).

O total de imposto diferido que influenciou resultados em 2022 foi de 3.385.676€ de custo (2021: 2.366.336€ de custo).

A Companhia apresentou um resultado fiscal positivo em 2022. Contudo, houve anos anteriores onde apresentou Prejuízos Fiscais. Devido à alteração da composição acionista em 2016, foi apresentado requerimento previsto no Art.º 52º do CIRC para manutenção dos prejuízos fiscais a reportar e o mesmo foi deferido.

Sifide – Sistema de incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

A AGEAS Seguros contribuiu para o Fundo de Capital de Risco Ageas Invest I, dividido por FCR Ageas Invest I A e por FCR Ageas Invest I B, para investimento em empresas de I&D (Investigação & Desenvolvimento).

A AGEAS Seguros fez uma contribuição pelo montante de 3.000.000€ para o Fundo de Capital de Risco Ageas Invest I, cujo objetivo é investimento em empresas de I&D.

Nestes termos e ao abrigo da legislação aplicável, no exercício de 2022, há lugar a uma dedução à coleta de 33,5% majorada de 50%, em virtude de nos últimos dois anos não ter sido aplicado qualquer benefício desta natureza. Desta forma, o valor a deduzir à coleta ascende a 2.475.000€.

Neste contexto, e no sentido de eliminarmos o risco de investimento em empresas que possam não vir a cumprir com a certificação pela ANI (Agência Nacional de investigação), foi decidido a criação de uma provisão para o efeito.

Esta provisão anula o efeito do benefício fiscal em P&L, sendo a mesma estornada nos exercícios económicos seguintes, consoante seja obtida com sucesso a certificação nas empresas investidas pela ANI.

Nota 23 Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos são analisados como se segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS2021
Acréscimos e diferimentos ativos				
Provisão para participação nos resultados de resseguro cedido	73.398	466.907	466.907	-
Outros acréscimos de rendimentos	2.158.513	1.315.231	1.315.231	-
Outros custos diferidos	684.196	373.486	259.516	113.970
Total	**2.916.107**	**2.155.624**	**726.423**	**113.970**
Acréscimos e diferimentos passivos				
Remunerações e encargos a liquidar	8.696.461	9.576.080	7.146.262	2.429.818
Outros acréscimos e diferimentos	15.143.828	13.389.139	9.784.154	3.604.985
Total	**23.840.289**	**22.965.219**	**16.930.416**	**6.034.803**

O valor constante na rubrica de outros acréscimos e diferimentos inclui ainda os valores a pagar em 2023 de serviços prestados em 2022 de vários fornecedores.

Nota 24 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são analisados como se segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Passivos subordinados	44.300.000	44.300.000	44.300.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores	14.986.215	14.576.985	8.180.707	6.396.278
Total	**59.286.215**	**58.876.985**	**52.480.707**	**6.396.278**

Os outros passivos financeiros incluem depósitos recebidos de resseguradores, dos quais destaca-se o depósito da Axa Cession, no montante de Euro 7.995.649 (2021: Euro 8.180.707), relativo ao programa de resseguro cedido em vigor.

Encontra-se ainda registado em outros passivos financeiros, na subrubrica de Passivos Subordinados, o valor de 22 milhões de euros resultantes de dois empréstimos recebidos da empresa Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A. em dezembro de 2014 e o valor de 22.3 milhões de euros resultantes de dois empréstimos recebidos da empresa Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A. em dezembro de 2015, para efeitos de cumprimento com os requisitos da Margem de Solvência.

As condições gerais destes empréstimos são apresentadas como se segue:

DESCRIÇÃO	***Emp. Sub. sem prazo***	***Emp. Sub. sem prazo***	***Emp. Sub. com prazo***	***Emp. Sub. com prazo***
MONTANTE	11.000.000	2.700.000	11.000.000	19.600.000
PRAZO	n.a.	n.a.	10 anos	10 anos
INÍCIO	04/12/2014	28/12/2015	04/12/2014	28/12/2015
FIM	n.a.	n.a.	04/12/2024	28/12/2025
TAXA	E3M + 2,93% + 1% (após 10	E3M + 3,23%	E3M + 1,89%	E3M + 2,26%

Nota 25 Benefícios concedidos a empregados

Plano de benefício definido e de contribuição definida

Em 21 de junho de 2017 foi celebrado entre as empresas Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida S.A., Ageas Portugal - Companhia de Seguros S.A. e AGEAS Portugal Services, A.C.E e o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora (STAS), Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal (SISEP) e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (SINAPSA),um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), cujo texto foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 37/2017 de 8 de Outubro de 2017.

O Referido acordo substituiu todos os outros instrumentos de regulamentação coletiva que vigoraram nas empresas até à data da sua publicação. Estando os planos de pensões previstos no capítulo VIII do referido acordo.

Em 2017 procedeu-se à alteração do Contrato Constitutivo Ageas, alteração esta que visou incorporar as alterações introduzidas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), nomeadamente:

a) Transferência como saldo inicial do Plano Individual de Reforma "PIR" do valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados com referência a 31 de dezembro do ano anterior àquele em que tenha sido concedida a autorização da ASF para a alteração do presente contrato, a todos os Participantes que ainda se encontravam abrangidos pelo plano de pensões de benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho publicado no boletim de Trabalho e do Emprego, nº 32 de 29/8/2008 (Plano de Benefício Definido – Antigo CCT) que transitem para o Plano Individual de Reforma. O valor da dotação inicial corresponde ao valor das responsabilidades por serviços passados com futuros complementos de reforma por velhice, reportada a 31 de dezembro de 2016, sem considerar decrementos por invalidez;

b) Manutenção da aplicação do plano de pensões de benefício definido previsto no Contrato Coletivo de Trabalho publicado no boletim de Trabalho e do Emprego nº 32 de 29/8/2008 (Plano de Benefício Definido – Antigo CCT) aos Participantes que ainda se encontravam abrangidos pelo referido plano de pensões, que à data de 31 de dezembro de 2017 tenham pelo menos 60 anos de idade, e que manifestem por escrito, no prazo de 60 dias a contar da publicação do ACT referido em 1) no Boletim de Trabalho e Emprego, a sua opção por esse regime de pré-reforma e reforma;

Presentemente no mesmo Fundo de Pensões coexistem 2 Planos de Pensões: um Plano de Benefício Definido (constituído ao abrigo do anterior CCT) e um Plano Individual de Reforma PIR.

O Plano de Benefício Definido é complementar, mas independente das pensões atribuídas pela segurança social, não contributivo, com a definição de benefícios estipulada pelo anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, Contrato Constitutivo e de Gestão do Fundo.

O PIR prevê contribuições anuais futuras de 3,35% sobre os salários anuais efetivos, e tem garantia de capital de acordo com a cláusula 5 do Anexo II do Contrato Constitutivo.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A transferência de responsabilidades do Fundo para as apólices cessou no ano de 2010, pelo que não se têm registado novas adesões nas apólices de rendas vitalícias e de rendas temporárias (com exceção dos beneficiários das rendas temporárias que atingem a idade de reforma e transitam para as apólices de rendas vitalícias).

O veículo de financiamento é o fundo de pensões ao qual se associam apólices de rendas temporárias (pré-reformas) e vitalícias (reformados) (risco transferido para a Ageas Vida).

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Sociedade é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, foi introduzido um novo benefício a financiar pelo Fundo de Pensões Ageas que respeita ao pagamento dos encargos da entidade empregadora para financiar o plano de benefícios de saúde no período pós reforma. Este benefício é atribuído aos participantes que se reformem ao serviço dos associados, após a entrada em vigor do plano. O valor dos encargos é de 40 euros por mês (valores de 2019). Os encargos para financiamento do plano de benefícios de saúde serão anualmente atualizados pela variação no IPC (Índice de preços no consumidor) do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019, foi ainda revista a forma de financiamento da atualização anual das pensões que passou a ficar a cargo do próprio fundo, em vez de ser garantida por rendas vitalícias.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o número de participantes no ativo, ex-participantes e beneficiários no plano é o seguinte:

	2022	2021
Ativos	740	734
Ex-colaboradores direitos adquiridos	19	4
Beneficiários	564	586
	1 323	**1 324**

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2022	2021
Taxa de desconto	3,50%	1,23%
Taxa de crecimento salarial	3,00%	1,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	1,23%
Taxa de crescimento das pensões	2,16%	1,50%
Taxa de crescimento dos encargos saúde	2,00%	2,00%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 são como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por beneficios	(15.957.450)	(227.660)		(16.185.110)	(21.505.914)	(494.631)		(22.000.545)
Justo valor dos ativos do plano	30.516.028	-		30.516.028	36.987.484	-		36.987.484
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	14.558.578	(227.660)		14.330.918	15.481.570	(494.631)		14.986.939

O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 377, e o valor total da responsabilidade dos beneficiários cobertos por apólices ascende a Euros 14 250 000 (2021: Euros 15 644 000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do Ramo Vida. As responsabilidades, relativas à atualização dessas apólices, estão incluídas no Fundo de Pensões.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	21.505.915	494.631		22.000.546	24.431.954	914.008		25.345.962
Custo do serviço corrente	512.792	-		512.792	603.958	-		603.958
Custo dos juros	274.066	4.909		278.975	214.722	6.307		221.029
Custo serviços passados	-			-	-			-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(1.448.407)	(187.252)		(1.635.659)	(1.719.063)	(265.611)		(1.984.674)
(Ganhos) / perdas atuariais	(4.704.807)	(84.628)		(4.789.435)	(1.869.952)	(160.073)		(2.030.025)
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-		-	-	-		-
Tranferência entre fundos	(182.109)	-		(182.109)	(155.705)	-		(155.705)
Responsabilidades em 31 de dezembro	**15.957.450**	**227.660**		**16.185.110**	**21.505.914**	**494.631**		**22.000.545**

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	512.792	-		512.792	603.958	-		603.958
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	(38.509)	4.909		(33.600)	36.855	6.307		43.162
Custo serviços passados	-			-	-			-
(Ganhos) / perdas atuariais				-				-
Retorno esperado - assets ceiling	107.054			107.054	58.753	-		58.753
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-		-	-	-		-
Tranferência entre fundos				-				-
Custo do exercício	**581.337**	**4.909**		**586.246**	**699.567**	**6.307**		**705.874**

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

Eur

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	36.987.485	38.955.000
Contribuições da companhia	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo	(1.448.407)	(1.719.063)
Retorno esperado do fundo	312.575	177.867
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	(4.310.234)	503.319
Transferencias para planos CD	(843.282)	(773.933)
Transferencias entre associados	(182.109)	(155.705)
Saldo em 31 de dezembro	**30.516.028**	**36.987.484**

Em 31 de Dezembro de 2022 os ganhos atuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram cerca de Euros 3 744 000, em 2021 os ganhos actuariais foram cerca de Euros 1 251 000

As contribuições para Plano PIR efetuadas pela Ageas Não Vida (Total) ascenderam a Euros 508 000 (2021: Euros 326 000).

As contribuições para Plano Complementar de Contribuição Definida efetuadas pela Ageas Não Vida (Total) ascenderam a Euros 758 000 (2021: Euros 473 000).

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2022 e 2021, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisados como segue:

Eur

	2022			2021		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	4.039.261	2.133.699	6.172.960	5.111.854	2.293.771	7.405.625
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	(4.704.807)	(84.628)	(4.789.435)	(1.869.952)	(160.073)	(2.030.025)
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	4.310.234	-	4.310.234	(503.319)	-	(503.319)
Transferência de ativos não reconhecidos devido ao asset Ceiling	370.966	-	370.966	1.300.678	-	1.300.678
Saldo em 31 de dezembro	**4.015.655**	**2.049.071**	**6.064.726**	**4.039.261**	**2.133.698**	**6.172.959**

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisados como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	15.481.570	(494.631)		14.986.939	14.523.046	(914.008)		13.609.038
Transferências	(843.282)			(843.282)	(773.933)			(773.933)
Custo do exercício	(581.337)	(4.909)		(586.246)	(699.567)	(6.307)		(705.874)
(Ganhos) / perdas atuariais	394.573	84.628		479.201	2.373.271	160.073		2.533.344
Beneficios pagos pela companhia	-	187.252		187.252		265.611		265.611
Contribuições dos empregados e outras	-	-		-	-			-
Retorno esperado - assets ceiling	107.054	-		107.054	58.753	-		58.753
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	**14.558.578**	**(227.660)**		**14.330.918**	**15.481.570**	**(494.631)**		**14.986.939**

Os ativos do fundo de pensões são analisados da seguinte forma:

Eur

	2022	2021
Títulos de rendimento variável	4.683.307	6.535.062
Títulos de rendimento fixo	22.862.804	27.395.661
Imóveis	416.526	435.565
Outros	2.553.391	2.621.197
	30.516.028	**36.987.484**

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	(1,00)%	**1,00%**
Taxa de Desconto	2.103.521	(1.611.855)
Taxa de Crescimento das Pensões	(2.385.654)	2.937.328
Taxa de Crescimento dos Salários	(144.722)	142.052

	Impacto alteração de pressupostos demográficos
	+1 ano
Alteração da Tábua de Mortalidade	713.082

A duration do Plano de Benefício Definido é de 12,58 anos.

Nota 26 Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 20222 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Tomadores de seguros e intermediários	33.682.622	30.244.538	18.448.038	11.796.500
Resseguradores	39.697.053	27.830.130	11.646.121	16.184.009
Credores por operações seguro e resseguro	73.379.675	58.074.668	30.094.159	27.980.509
Outros credores	88.867.003	59.355.217	6.798.898	52.556.319
Total	**162.246.678**	**117.429.885**	**36.893.057**	**80.536.828**

A rúbrica Outros credores inclui os dividendos de 2021 e 2020 por pagar à Ageas Portugal Holdings, no valor de Euro 68.542.220 e Euro 11.500.000 respetivamente.

Nota 27 Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Provisão para impostos	13 935	13 935	13 935	-
Outras provisões	817 418	688 951	403 174	285 777
Total	**831 353**	**702 886**	**417 109**	**285 777**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

Eur

	2022	2021 Agregado	AGS 2021	OCS 2021
Provisão para impostos				
Saldo em 1 de janeiro	13 935	13 935	13 935	-
Dotações exercício	-	-	-	-
Utilizações exercício	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	**13 935**	**13 935**	**13 935**	**-**
Outras provisões				
Saldo em 1 de janeiro	688 950	1 417 743	538 845	878 898
Dotações exercício	4 219	62 443	62 443	-
Utilizações exercício	124 249	(791 236)	(198 115)	(593 121)
Saldo em 31 de dezembro	**817 418**	**688 950**	**403 173**	**285 777**

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 28 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

O Capital Social da Ageas Portugal, Companhia de Seguros S.A, em 31 de dezembro de 2022, no valor de Euro 7.500.000, representado por 1.500.000 ações de valor nominal igual a Euro 5.00, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura acionista de referência não sofreu alterações durante o ano de 2022.

O resultado por ação de 2022 é de Euro 23,9 (2021 agredado AGS e OCS: Euro 25,8).

Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda, no valor de Euro 5.513.509 em 2022 (2021: Euro 107.815.171 da AGS e Euro 12.466.020 da OCS), representa as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reserva por impostos

Reserva por impostos diferidos, no valor de Euro 438.696 em 2021 (2021: Euro 26.876.682 da AGS e Eur 3.428.156) contém a percentagem de imposto diferido aplicada sobre a reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros, para fazer face a impostos potenciais no futuro.

Outras reservas

Outras Reservas totalizam em 2022 Euro 93.411.875 (2021: Euro 56.151.164 da AGS e 8.781.844 da OCS) e apresentam o seguinte detalhe:

Reserva legal

De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 2022 a Reserva legal ascendeu a Euro 4.245.822, decorrente do reforço de Euro 847.450 decorrentes da Aplicação de resultados de 2021 (2021: Euro 3.398.372).

Reservas livres

As Reservas livres são constituídas por lucros obtidos em anos anteriores e não distribuídos, não impostas por lei e que podem ser utilizáveis para cobertura de prejuízos, depreciação de valores e aumentos de capital.

Em 2022 as Reserva livres acendem a Euro 51.671.998, uma redução de Euro 504.927 decorrente da Aplicação de resultados de 2021 (2021: Euro 52.176.925).

As reservas para ganhos e perdas atuariais contêm os ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido e totalizam em 2022 Euro 6.064.724 (2021: Euro 575.868 da AGS e 5.670.901 da OCS).

Decorrente do ajuste de fusão por incorporação da Ocidental Seguros na Ageas Seguros, a 1 de janeiro de 2022, foi constituída uma Reserva de fusão no montante de Euro 43.558.779.

Resultados transitados

Em 2021 o valor dos Resultados transitados era de Euro 21.668.022, que foram integralmente distribuídos, fruto da Aplicação de resultados de 2021. Em 2022, assim sendo, o valor de Resultado transitados ficou a zero.

A movimentação das rubricas de capital próprio poderá também ser analisada na demonstração de variações no capital próprio.

II.7 Outras Notas

Nota 29 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

		Eur
	2022	2021
Remunerações	1.211.917	1.150.525
Contribuições para o fundo de pensões	21.208	-
	1.211.917	**1.150.525**

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S. A. em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era detida a 100% pela Ageas Portugal Holdings, SGPS. S.A.

A Companhia detém ainda algumas participações em filiais e associadas. com pouca expressão. sendo membro de empreendimentos conjuntos. caracterizando-se essas entidades pelas seguintes atividades:

- Gaivina (20%) – Empresa de gestão de parque imobiliário.
- Ageas Portugal Services, A.C.E. - É um agrupamento complementar de empresas, constituído nos termos da Lei n.º 4/73, de 4 de junho e Decreto-Lei n.º 148/90, de 9 de maio e demais legislação em vigor aplicável, que visa melhor as condições de exercício da atividade seguradora ao nível do serviço a clientes (conforme respetivos Estatutos), concretamente, por meios de comunicação eletrónica por processos não presenciais nas áreas de emissão e regularização de sinistros.
- ANCPG, ANCPG2, ANCPG4, Go Porto, H2Care, Go Classique, Cais Office e Campolide XXI – Empresas de Real Estate.

Transações com entidades do Grupo

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas em 2022 são analisados como segue:

Eur

Balanço	Grupo BCP	Ageas SA/NV	AG Insurance	Médis	Ageas Vida	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holding	Ageas Portugal Services ACE	GO DNL	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG4	ANCPG2	Go Classique	Cais Office	Campolide XXI	SPPP	Go Cravel	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.718.022.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.179.746.
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.549.192.	9.332.400.	6.493.910.	1.213.825.	3.679.416.	1.819.848.	5.769.534.	8.538.309.	23.264.016.	1.820.000.	64.480.450.
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	184.906.482.	-	64.331.979.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249.238.461.
Contas a receber por operações de resseguro	-	115.162.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.162.
Contas a receber por outras operações	-	116.348.	2.303.	-	-	-	-	-	3.910.822.	-	-	100.	-	-	-	-	-	-	-	-	4.029.573.
Outros ativos	-	-	-	5.871.644.	19.371.	-	-	-	-	21.003.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.912.019.
Total do ativo	9.179.746.	185.137.992.	2.303.	70.203.623.	19.371.	-	-	-	3.910.822.	21.003.	2.549.192.	9.332.500.	6.493.910.	1.213.825.	3.679.416.	1.819.848.	5.769.534.	8.538.309.	23.264.016.	1.820.000.	332.955.411.
Passivos subordinados	-	-	-	-	44.300.000.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.300.000.
Contas a pagar por operações de resseguro	-	13.717.747.	-	18.070.603.	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.788.350.
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	1.109.497.	-	-	76.042.754.	4.315.251.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.467.502.
Outros passivos	-	-	-	-	78.037.	-	-	-	-	54.237.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.274.
Total do passivo	-	13.717.747.	-	18.070.603.	45.487.534.	-	-	76.042.754.	4.315.251.	54.237.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	157.688.126.
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	**9.179.746.**	**171.420.245.**	**2.303.**	**52.133.020.**	**(45.468.163).**	**-**	**-**	**(76.042.754).**	**(404.429).**	**(33.234).**	**2.549.192.**	**9.332.500.**	**6.493.910.**	**1.213.825.**	**3.679.416.**	**1.819.848.**	**5.769.534.**	**8.538.309.**	**23.264.016.**	**1.820.000.**	**175.267.285.**
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	**7.516.219.**	**135.152.538.**	**(29.080).**	**8.254.794.**	**(44.620.290).**	**-**	**845.**	**(417).**	**26.037.456.**	**(33.234).**	**1.783.204.**	**5.953.937.**	**4.414.432.**	**817.141.**	**2.506.367.**	**1.245.301.**	**4.032.683.**	**5.927.881.**	**-**	**-**	**158.959.777.**

Eur

Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ageas SA/NV	AG Insurance	Médis	Ageas Vida	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holding	Ageas Portugal Services ACE	GO DNL	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG4	ANCPG2	Go Classique	Cais Office	Campolide XXI	SPPP	Go Cravel	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	(198.735.827).	-	(283.197.076).	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(481.932.903).
Ganhos e perdas associadas e empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.863).	(150.976).	127.835.	55.673.	56.252.	50.783.	90.782.	143.158.	219.972.	-	528.615.
Outros proveitos	-	-	-	-	(69.200).	78.044.	-	-	-	14.131.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.975.
Total de proveitos	-	(198.735.827).	-	(283.197.076).	(69.200).	78.044.	-	-	-	14.131.	(64.863).	(150.976).	127.835.	55.673.	56.252.	50.783.	90.782.	143.158.	219.972.	-	(481.381.313)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	101.701.807.	-	193.368.982.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	295.070.789.
Custos e gastos de exploração líquidos	-	73.385.383.	-	36.632.305.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110.017.688.
Gastos gerais e administrativos	-	(97.931).	(97.931).		-	-	-	-	(35.519.359).	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.464.600).	-	(38.179.821).
Total de custos	-	174.989.259.	(97.931).	230.001.287.	-	-	-	-	(35.519.359)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.464.600).	-	366.908.656.

Líquido Proveitos / (Custos) 2022	**-**	**(23.746.568).**	**(97.931).**	**(53.195.789).**	**(69.200).**	**78.044.**	**-**	**-**	**(35.519.359) .**	**14.131.**	**(64.863).**	**(150.976).**	**127.835.**	**55.673.**	**56.252.**	**50.783.**	**90.782.**	**143.158.**	**(2.244.628).**	**-**	**(114.472.657) .**
Líquido Proveitos / (Custos) 2021	**-**	**(3.797.604).**	**(22.477).**	**(6.489.666).**	**(672.683).**	**116.940.**	**84.216.**	**-**	**(23.140.418) .**	**14.131.**	**(17.812).**	**28.970.**	**82.003.**	**23.116.**	**30.888.**	**10.301.**	**61.723.**	**-**	**-**	**-**	**(33.688.373).**

Eur

	Ageas Portugal Holding	Total
DVCP		
Dividendos	(29.800.000)	(29.800.000)
Liquido variação Capital próprio 2022	**(29.800.000)**	**(29.800.000)**
Liquido variação Capital próprio 2021	**-**	**-**

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas em 2021 são analisados como segue:

Eur

Balanço	Grupo BCP	Ageas SA/NV	AG Insurance	Médis	Ageas Vida	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holding	Ageas Portugal Services ACE	GO DNL	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG4	ANCPG2	Go Classique	Cais Office	Campolide XXI	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.516.219	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.516.219
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.783.204	5.953.837	4.414.432	817.141	2.506.367	1.245.301	4.032.683	5.927.881	26.680.846
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	135.217.219	-	6.412.351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.629.570
Contas a receber por operações de resseguro	-	1.919.154	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.919.154
Contas a receber por outras operações	-	78.394	-	-	-	-	845	-	28.757.926	-	-	100	-	-	-	-	-	-	28.837.265
Outros ativos	-	-	-	4.057.171	19.371	-	-	-	-	21.003	-	-	-	-	-	-	-	-	4.097.546
Total do ativo	7.516.219	137.214.767	-	10.469.522	19.371	-	845	-	28.757.926	21.003	1.783.204	5.953.937	4.414.432	817.141	2.506.367	1.245.301	4.032.683	5.927.881	210.680.600
Passivos subordinados	-	-	-	-	44.300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.300.000
Contas a pagar por operações de resseguro	-	2.062.229	-	2.214.728	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.276.957
Contas a pagar por outras operações	-	-	29.080	-	308.148	-	-	417	2.720.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.058.115
Outros passivos	-	-	-	-	31.514	-	-	-	-	54.237	-	-	-	-	-	-	-	-	85.751
Total do passivo	-	2.062.229	29.080	2.214.728	44.639.662	-	-	417	2.720.470	54.237	-	-	-	-	-	-	-	-	51.720.823
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	**7.516.219**	**135.152.538**	**(29.080)**	**8.254.794**	**(44.620.290)**	**-**	**845**	**(417)**	**26.037.456**	**#####**	**1.783.204**	**5.953.937**	**4.414.432**	**817.141**	**2.506.367**	**#####**	**4.032.683**	**5.927.881**	**158.959.777**
Líquido Ativo / (Passivo) 2020	**8.741.507**	**124.911.440**	**(228.602)**	**7.249.943**	**(44.844.292)**	**(6.822)**	**(9.723)**	**(2.800.417)**	**30.874.765**	**(9.613)**	**1.734.517**	**1.390.314**	**4.343.409**	**858.746**	**2.506.978**	**-**	**-**	**-**	**134.712.149**

Eur

Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ageas SA/NV	AG Insurance	Médis	Ageas Vida	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holding	Ageas Portugal Services ACE	GO DNL	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG4	ANCPG2	Go Classique	Cais Office	Campolide XXI	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	(125.198.809)	-	(33.264.315)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158.463.124)
Ganhos e perdas associadas e empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.812)	(5.603)	82.003	23.116	30.888	10.301	61.723	-	184.616
Outros proveitos	-	-	-	-	159.239	116.940	84.216	-	-	14.131	-	34.573	-	-	-	-	-	-	409.099
Total de proveitos	-	(125.198.809)	-	(33.264.315)	159.239	116.940	84.216	-	-	14.131	(17.812)	28.970	82.003	23.116	30.888	10.301	61.723	-	(157.869.409)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	75.635.328	-	20.288.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95.923.339
Custos e gastos de exploração líquidos	-	45.852.786	-	6.486.638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.339.424
Gastos gerais e administrativos	-	(86.909)	(22.477)		(831.922)	-	-	-	(23.140.418)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.081.727)
Total de custos	-	121.401.205	(22.477)	26.774.649	(831.922)	-	-	-	(23.140.418)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.181.036
Líquido Proveitos / (Custos) 2021	**-**	**(3.797.604)**	**(22.477)**	**(6.489.666)**	**(672.683)**	**116.940**	**84.216**	**-**	**(23.140.418)**	**14.131**	**(17.812)**	**28.970**	**82.003**	**23.116**	**30.888**	**10.301**	**61.723**	**-**	**(33.688.373)**
Líquido Proveitos / (Custos) 2020	**-**	**(4.684.434)**	**(56.160)**	**(7.211.307)**	**(736.104)**	**58.470**	**42.108**	**-**	**(25.506.332)**	**14.806**	**(27.105)**	**15.938**	**80.466**	**22.690**	**5.237**	**-**	**-**	**-**	**(37.981.725)**

Eur

DVCP	Ageas Portugal Holding	Total
Dividendos	-	-
Líquido variação Capital próprio 2021	**-**	**-**
Líquido variação Capital próprio 2020	**(2.800.000)**	**(2.800.000)**

Os empréstimos recebidos da Ageas Portugal - Companhia de Seguros Vida são subordinados e têm as condições divulgadas na Nota 24.
As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado.
Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos sociais.

Nota 30 Gestão de riscos

Para a Ageas Seguros assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ageas Seguros vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

A Ageas Seguros tem definida e implementada uma política de Gestão de Riscos, com o objectivo de dar cumprimento aos princípios estabelecidos na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, transpondo a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 (Diretiva Solvência II), tendo sido objeto de alterações posteriores.

Esta política estabelece o Sistema de Gestão de Riscos, incluindo a filosofia e estratégia que governam a abordagem e a atitude perante o risco. O Sistema de Gestão de Risco incorpora um conjunto de políticas, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito do processo de gestão de riscos, e também define os requisitos de reporte.

Modelo de Governação do Risco

As atividades de gestão de riscos da Ageas Seguros encontram-se incorporadas nos órgãos de gestão existentes, tendo sido criados comités e funções específicas de risco, cujos princípios se encontram definidos na política de Risco.

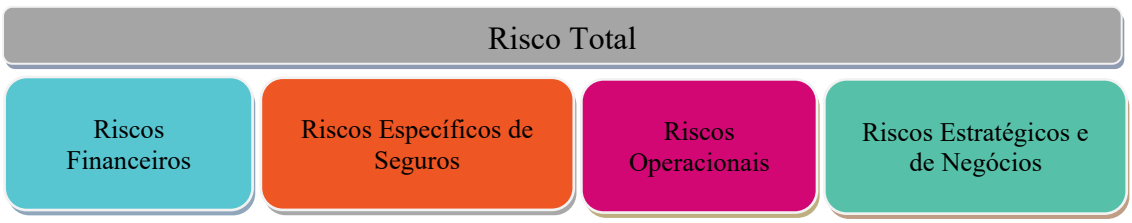
A função de Risco na Ageas Seguros, centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO), tem como responsabilidades assegurar a segunda linha de defesa da pirâmide de controlo instituída na empresa, identificar, medir e supervisionar / controlar todos os riscos, monitorizar o apetite ao risco e construir um ambiente favorável à gestão dos riscos na Companhia.

À Direção de Gestão de Risco compete analisar, monitorizar e reportar os riscos, através da realização de diversas análises, destacando-se neste contexto o exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) efetuado anualmente, em conjunto com o exercício de planeamento estratégico, com vista a avaliar todos os riscos inerentes ao negócio e, em função de estratégia, determinar as necessidades futuras de capital.

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte dentro da Ageas Seguros, está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de risco que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



A Ageas Seguros tem implementado um processo de identificação, avaliação, monitorização e reporte dos riscos relevantes - *Key Risk Reporting* (KRR) - que combina avaliações *bottom-up*, envolvendo toda gestão da operação da Companhia, e uma revisão *top-down*, envolvendo os membros da Comissão Executiva.

Trimestralmente, a Ageas Seguros reporta os seus riscos mais relevantes (atuais & emergentes), respetivos controlos e ações associadas. Na identificação desses riscos são consideradas todas as categorias incluídas na taxonomia de riscos, usando uma metodologia consistente, em consonância com o apetite ao risco.

Estes riscos são mitigados para alcançar a estratégia da Ageas Seguros, através da melhoria dos processos ou através de uma combinação de melhoria de processos e ajustes, quando apropriado.

Os riscos para os quais é calculado um requisito de capital de solvência através da fórmula padrão são considerados riscos de Pilar 1. Estes riscos são medidos numa base *on-going* e comunicados ao Comité de Risco através de relatórios trimestrais de risco. No âmbito do processo ORSA, esses riscos são também avaliados numa base *forward looking* no horizonte temporal do planeamento estratégico.

Os riscos que não estão comtemplados pela fórmula padrão, são considerados riscos de Pilar 2 e a avaliação de necessidade de capital é efetuada através de uma árvore de decisão. O *framework* de apetite ao risco da Ageas, baseia-se numa visão interna dos requisitos de capital que considera igualmente os riscos que não são considerados no Pilar 1 e para os quais se considera necessário deter capital. Este capital adicional pode não estar constituído ao nível da entidade legal, tendo de estar disponível ao nível do País (Ageas Portugal Holding).

No âmbito da gestão dos riscos são continuamente avaliados e monitorizados os riscos que a seguir se enumeram.

A. Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ageas Seguros, estão divididos nas seguintes categorias:

Os riscos financeiros decorrem do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

<u>Modelo de Governação dos Riscos Financeiros</u>

O modelo de governação relacionado com os Riscos Financeiros na Ageas Seguros está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ageas Seguros é responsável pela aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Ageas Seguros são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do Risco Financeiro, o qual delega no Comité Investimentos & ALM e no Comité de Risco;
- O Comité de Investimentos & ALM:
    - É responsável por monitorizar a implementação da estratégia de investimentos, e orientar a alocação tática de investimentos;
    - Avaliar novas oportunidades de investimento e monitoriza o desempenho dos investimentos, de acordo com limites de risco estabelecidos pela Comissão Executiva e seguindo as recomendações do Comité de Risco.
- O Comité de Risco:
    - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- A Função de Risco:
    - Em conjunto com a Direção de Investimentos define a Strategic Asset Allocation (SAA) global, que serve de base para a Estratégia de Investimentos.
    - É responsável por definir os limites agregados, bem como os limites por "Investment Pool". Estes últimos devem, no entanto, ser reavaliados juntamente com a Direção de Investimentos, de forma a ter em conta a Estratégia de Investimento global.
    - É responsável pela comunicação relacionada com o resultado da SAA para o Comité de Riso e Comité de ALM e Investimentos, Direção de Investimentos e todos os outros intervenientes relevantes.
    - Emite opinião acerca das ações desenvolvidas para mitigar o risco nos casos em que os "soft limits" estejam a ser ultrapassados.

- A Função de Investimentos:
    - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
    - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulamentação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos & ALM delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos, a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
    - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos & ALM / Comité de Risco ou pelo Supervisor local.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Ageas Seguros são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Companhia contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.

O Risco de Mercado representa o risco de eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros. Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração, que resulta de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, encontram-se definidos na política de investimentos limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, por emitente e por rating.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira de investimentos da Ageas Seguros (incluindo juros acumulados), apresenta a seguinte composição por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**657.979.280**	99,8%	**727.236.372**	100,0%
Dívida pública	449.729.122	68,3%	574.466.521	79,0%
Obrigações	181.596.996	27,6%	122.573.285	16,9%
Ações	18.741.020	2,8%	1.922.892	0,3%
Fundos de investimento:				
Obrigações	-	0,0%	13.444.650	1,8%
Ações	7.912.142	1,1%	14.829.023	2,0%
Imóveis	**8.190.488**	100,0%	**21.916.499**	100,0%
Imóveis	8.190.488	100,0%	21.916.499	100,0%
Total	**666.169.767**		**749.152.871**	

A qualidade creditícia (com base em ratings externos ou equivalentes) dos emitentes das obrigações em carteira é apresentada como se segue:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
OBRIGAÇÕES POR	**2022**		**2021**	
NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
AAA	41.273.116	6,5%	24.749.150	3,6%
AA	137.641.004	21,8%	118.734.550	17,0%
A	140.269.736	22,2%	118.853.904	17,1%
BBB	310.243.666	49,1%	432.631.316	62,1%
BB	484.875	0,1%	2.070.886	0,3%
Total	**631.326.118**	**99,7%**	**697.039.806**	**100,1%**
Dívida pública	449.729.122	71,2%	574.466.521	82,4%
Obrigações	181.596.996	28,8%	122.573.285	17,6%
Total	**631.326.118**	**100,0%**	**697.039.806**	**100,0%**

As unidades de participação em fundos de investimento detidas são decompostas por tipo e região geográfica:
Verifica-se ainda a existência de uma dispersão dos investimentos em diversos setores de atividade, não havendo por isso elevado risco de concentração.

FUNDOS DE INVESTIMENTO	**Disponíveis para venda**						
)GRÁFICA [EUR]	**Portugal**	**Luxemburgo**	**Ireland**	**Itália**	**Holanda**	**Total**	**%**
Obrigações	-	-	-	-	-	-	0,0%
Ações	4.236.874	3.675.267	-	-	-	7.912.142	100,0%
Total em 31 dezembro 2022	**4.236.874**	**3.675.267**	-	-	-	**7.912.142**	**100,0%**
Obrigações	-	13.444.650	-	-	2.481.090	15.925.740	87,9%
Ações	-	6.738.428	5.896.480	2.194.115	8.156.435	22.985.459	12,1%
Total em 31 dezembro 2021		**20.183.078**	**5.896.480**	**2.194.115**	**10.637.525**	**38.911.199**	**100,0%**

Os quadros abaixo apresentam a diversificação por sector de obrigações de outros emissores e ações.

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
OBRIGAÇÕES	**2022**		**2021**	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Dívida pública	448.818.675	71,1%	571.836.952	82,0%
Instituições financeiras	104.056.625	16,5%	80.000.056	11,5%
Setores básicos e energéticos	17.850.449	2,8%	7.626.813	1,1%
Consumíveis não cíclicos	17.810.266	2,8%	6.649.247	1,0%
Consumíveis cíclicos	21.561.141	3,4%	16.105.219	2,3%
Comunicações	14.540.155	2,3%	10.000.011	1,4%
Matérias primas	-	0,0%	150.394	0,0%
Energia	-	0,0%	-	0,0%
	631.326.118	**100%**	**697.039.806**	**100,0%**

Os principais drivers do risco de mercado são os riscos associados ao investimento em imobiliário, em títulos de rendimento variável (ações) e em títulos de rendimento fixo (taxa de juro).

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
AÇÕES	**2022**		**2021**	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Instituições financeiras	4.100.986	21,9%	1.677.742	87,3%
Indústria	1.428.672	7,6%	244.400	12,7%
Sectores básicos e energéticos	635.163	3,4%	-	0,0%
Comunicações	865.900	4,6%	-	0,0%
Matérias primas	1.812.002	9,7%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	3.105.783	16,6%	750	0,0%
Consumíveis cíclicos	2.821.129	15,1%	-	0,0%
Energia	1.185.514	6,3%	-	0,0%
Tecnologia	2.785.872	14,9%	-	0,0%
	18.741.020	**100,0%**	**1.922.892**	**100,0%**

No âmbito da gestão dos riscos de mercado, são ainda efetuadas análises de sensibilidade às variações dos mercados financeiros tendo por base variações percentuais nos mercados de capitais bem como variações nas taxas de juro, que podem influenciar o valor de mercado dos ativos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Sensibilidades	**Taxa de Juro Impacto I (-0,5%)**	**Taxa de Juro Impacto II (+0,5%)**	**Obrigações Impacto I (+0,5%)**	**Dívida Pública Impacto I (+0,5%)**	**Dívida Pública e Obrigações Impacto I (+0,5%)**
Obrigações	(2.655.070)	2.763.011	(2.728.004)	-	(2.728.004)
Dívida Pública	(11.378.757)	12.103.658	-	(11.439.618)	(11.439.618)
Total	**(14.033.827)**	**14.866.669**	**(2.728.004)**	**(11.439.618)**	**(14.167.622)**

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a incapacidade de cumprir as obrigações de caixa quando os pagamentos são devidos, quer por um aumento súbito das necessidades de liquidez, quer pela existência de potenciais dificuldades que reduzam inesperadamente a disponibilidade dos recursos existentes para cobrir essas necessidades.

Podem ser consideradas três categorias de risco de liquidez:

- Risco de valor de liquidação: o risco de que ocorrências ou um número de sinistros imprevistos possam exigir a liquidação de ativos, em condições de mercado desfavoráveis, resultando em perdas do valor realizado;
- Risco de liquidez de mercado: o risco de que o processo de venda resulte em perdas, em resultado de condições de mercado desfavoráveis ou de elevadas concentrações nos ativos;

- Risco de financiamento de liquidez: o risco da Companhia não conseguir obter financiamento externo suficiente, no momento em que tal seja necessário (por exemplo, para cumprir com um grande sinistro inesperado), por deterem um conjunto de ativos pouco líquidos.

A gestão de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

O Grupo Ageas possui um modelo de gestão de liquidez que permite a monitorização e adoção de medidas para evitar a sua rutura, quer em termos de curto prazo para fazer face às suas operações diárias, quer em termos de médio e longo prazo, para corresponder às necessidades de capital.

A gestão do Risco de Liquidez é assim realizada através de uma estrutura de limites que fornecem uma indicação da posição de liquidez, em condições normais e em condições de stress (cenário de stress de 1:200). Esses limites são definidos com base na comparação dos ativos líquidos com os passivos líquidos nos horizontes temporais de 3 meses e 1 ano, sendo utilizados ativamente na gestão do perfil de liquidez.

Adicionalmente, e para gestão de liquidez a médio e longo prazo, a Companhia segue uma política de maturidade dos seus produtos de acordo com rigorosos critérios de ALM, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimento dos compromissos registados no passivo.

em euros

Maturidades 2022	Valores Nominais de Títulos de Rendimento Fixo e Depósitos a Prazo	Caixa e Equivalentes	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações
Inferior a 1 mês	9.900.000	19.423.392	93.474.464
Entre 1 e 3 meses	32.300.000	-	-
Entre 3 meses e 1 ano	131.307.000	-	-
Entre 1 ano e 5 anos	221.215.000	-	-
Superior a 5 anos	231.010.000	-	-
Total	**625.732.000**	**19.423.392**	**93.474.464**

Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem as obrigações contratuais. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações, derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Ageas Seguros é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

De forma a mitigar o risco de incumprimento, a Ageas Seguros tem definidos limites de exposição por rating.

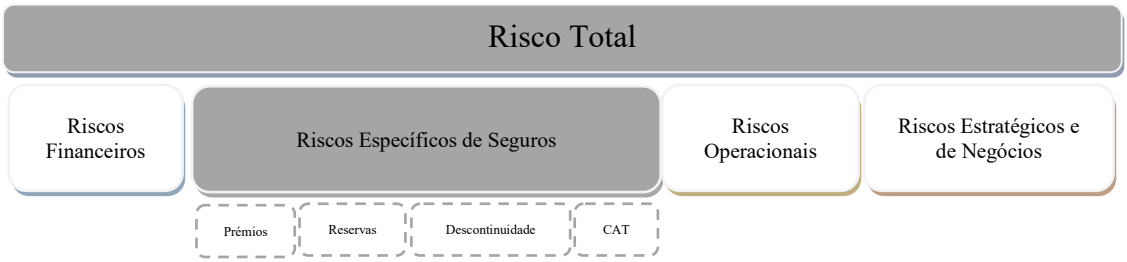
Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

	2022		2021	
[EUR]	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
A	14.178.214	73,0%	19.017.721	60,3%
BBB	1.525.188	7,9%	1.601.798	5,1%
BB	3.719.304	19,1%	10.813.966	34,3%
B	686	0,0%	96.802	0,3%
	19.423.392	**100,0%**	**31.530.287**	**100,0%**
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	367.986	0,4%	1.751.257	1,6%
A	3.745.266	4,0%	11.037.902	10,4%
BBB	172.212	0,2%	300.232	0,3%
Sem rating	89.188.999	95,4%	93.428.445	87,7%
	93.474.463	**100,0%**	**106.520.284**	**100,0%**
Total	**112.897.855**	**100,0%**	**138.050.571**	**100,0%**

B. Riscos Específicos de Seguros

Os Risco Específicos de Seguros representam o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo, decorrentes da atividade seguradora devido à utilização de pressupostos inadequados na fixação de preços e no provisionamento de responsabilidades.

Os Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ageas Seguros, estão divididos nas seguintes categorias:



A Ageas Seguros gere os Riscos Específicos de Seguros através da conjugação das suas políticas de aprovação de produtos, subscrição, provisionamento e resseguro.

Com base na definição estratégica dos segmentos alvo, são conceptualizadas políticas e processos de gestão de riscos dos respetivos contratos de seguros. Estas políticas, focalizam-se na aceitação dos riscos, no provisionamento das responsabilidades e na monitorização da carteira, para identificação quer de desvios ao nível da tarifa e da sinistralidade, quer para averiguação permanente do adequado provisionamento.

Na Ageas Seguros estão envolvidas diversas áreas na gestão dos Riscos Específicos de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

A estrutura de governação dos Riscos Específicos de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;

- A Função de Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de subscrição e o Apetite ao Risco de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos Específicos de Seguros de acordo com as regras e políticas estabelecidas na Ageas Seguros;

- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;

- O Comité de Produtos e *Pricing* Não Vida é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios, assim como efetuar a monitorização da rentabilidade dos produtos;

- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Em paralelo, a análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez por ano, pelo atuário responsável nomeado pela Companhia.

A mensuração dos riscos específicos de seguros é efetuada através do cálculo do capital económico para os riscos de subscrição (prémios, reservas e descontinuidade) e catastrófico, após o efeito do resseguro.

Neste contexto, o comportamento do mercado e dos clientes, os critérios de subscrição e de gestão de sinistros e as características da carteira em vigor, constituem dados necessários para a modelização das duas variáveis, prémios e reservas, e assim aferir da necessidade de capital. Outros dados, como os riscos de longevidade e de revisão são considerados, designadamente para o ramo Acidentes de Trabalho. Os montantes estimados de novo negócio e de renovações bem como a probabilidade de anulação dos contratos são igualmente avaliados e servem em simultâneo para o cálculo das responsabilidades. Os impactos que advêm dos contratos de resseguro existentes são também uma variável tida em conta na avaliação.

Risco de Prémios - *Pricing* e Subscrição

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos Específicos de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros. Qual o valor que o segurado necessita pagar para obter uma cobertura predeterminada (prémio) é definido como o preço de um contrato de seguro.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Está implementado na Companhia um processo de aprovação de produtos aplicado quer ao lançamento de novos produtos, quer no âmbito do *refresh* dos existentes. Este processo incorpora a aprovação, por todos os intervenientes, das condições / rentabilidade do produto no âmbito do Comité de Produtos e *Pricing*.

A monitorização dos rácios combinados por produto / linha de negócio, permite acompanhar a adequação das tarifas e avaliar as necessidades de saneamento.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

Análise 2022	**Acidentes de trabalho**	**Acidentes pessoais**	**Saúde**	**Incêndios e Outros Danos**	**Automóvel**	**Transportes**	**Responsabilidade Civil Geral**	**Diversos**	**Total**
Rácio de sinistralidade	75,3%	64,0%	4,4%	40,8%	72,1%	33,6%	0,0%	4,0%	5,2%
Rácio de despesa	28,7%	13,0%	34,2%	26,7%	30,1%	50,6%	0,0%	45,6%	32,1%
Rácio Combinado	104,0%	77,0%	38,7%	67,5%	102,2%	84,1%	0,0%	49,6%	37,3%

Análise 2021	**Acidentes de trabalho**	**Acidentes pessoais**	**Saúde**	**Incêndios e Outros Danos**	**Automóvel**	**Transportes**	**Responsabilidade Civil Geral**	**Diversos**	**Total**
Rácio de sinistralidade	80,9%	38,1%	56,3%	41,3%	64,9%	43,0%	-6,6%	12,7%	63,0%
Rácio de despesa	29,2%	36,2%	19,3%	30,8%	27,3%	30,3%	33,9%	27,7%	27,5%
Rácio Combinado	110,1%	74,3%	75,6%	72,1%	92,2%	73,4%	27,3%	40,4%	90,5%

Adicionalmente, a Ageas Seguros realiza com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos.

Não Vida [EUR]

Análises de sensibilidade [EUR]	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2022	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2021
Custos de exploração - 10%	1.804.767	3.818.667
Custos com sinistros + 5%	(14.171.586)	(10.119.163)

Risco de Reservas - Provisionamento

O Risco de Provisionamento reflete o risco decorrente das obrigações de seguros em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Este risco pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho, entre outras linhas de negócio.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um fator importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros com um prazo de regularização curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, são geralmente comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter, bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros. No ramo de Acidentes de Trabalho, nos casos em que, decorrente de um sinistro em que surja uma incapacidade permanente ou morte, a Companhia é responsável pelo pagamento de uma pensão vitalícia. Neste caso, o principal risco associado é o risco de longevidade, de natureza semelhante aos seguros do ramo Vida.

As provisões para sinistros dos seguros Não Vida são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Ageas Seguros constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

Os riscos relativos às apólices para os quais os prémios já foram recebidos, mas o período ainda não expirou são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Periodicamente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para os riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política de provisionamento em vigor, e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração.

O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Ageas Seguros que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança. Todas as alterações consideradas necessárias são imediatamente reconhecidas e registadas.

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis numa ótica de ALM, tendo em conta os cash-flows estimados com base na tábua de mortalidade INE 2018-2020 e TV88/90 (>=85anos) descontados à taxa de juro sem risco.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 foram realizadas análises de sensibilidade a alterações da taxa de juro, sendo os resultados os seguintes:

Análise de sensibilidade (em EUR)	**Impacto na Provisão Matemática**
Taxa de desconto → - 0,1%	2.958.077
Taxa de desconto → - 0,5%	15.446.141
Taxa de desconto → - 1%	32.680.568

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida
Eur

Posição balanço no fecho do ano [EUR]		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício					230.312.385	255.483.896	276.797.831	240.295.368	220.655.872	232.531.723	311.737.606
Pagamentos acumulados a:											
	Um ano de desenvolvimento			73.157.539	73.146.676	77.764.968	93.583.889	92.426.945	91.988.643	127.418.670	
	Dois anos de desenvolvimento		38.151.940	106.917.278	100.618.552	111.986.136	136.002.683	143.366.448	148.987.550		
	Três anos de desenvolvimento	29.491.862	65.558.754	128.883.968	129.008.518	143.705.865	174.537.602	188.427.534			
	Quatro anos de desenvolvimento	51.184.903	82.289.271	152.912.171	154.421.626	174.595.990	210.625.071				
	Cinco anos de desenvolvimento	63.850.345	103.963.416	175.613.294	181.421.753	204.217.887					
	Seis anos de desenvolvimento	82.077.123	124.418.485	199.659.494	208.088.114						
	Sete anos de desenvolvimento	99.917.626	146.348.266	223.169.767							
	Oito anos de desenvolvimento	123.031.607	169.013.896								
	Nove anos de desenvolvimento	140.055.262									
Reservas reavaliadas a:											
	Um ano de desenvolvimento			228.895.374	240.850.904	240.730.737	253.460.377	247.752.031	243.997.871	291.013.780	
	Dois anos de desenvolvimento		161.724.696	241.170.825	235.235.583	231.935.032	262.196.896	266.335.893	274.316.010		
	Três anos de desenvolvimento	124.603.577	176.354.044	233.934.415	228.658.375	240.520.858	275.632.270	288.911.359			
	Quatro anos de desenvolvimento	137.646.161	172.241.279	228.732.364	237.503.010	258.622.717	292.325.817				
	Cinco anos de desenvolvimento	137.236.399	168.833.974	235.496.546	254.177.633	270.672.482					
	Seis anos de desenvolvimento	129.460.609	175.752.617	256.722.840	263.695.943						
	Sete anos de desenvolvimento	138.758.637	193.915.649	270.421.075							
	Oito anos de desenvolvimento	159.176.782	207.731.971								
	Nove anos de desenvolvimento	171.424.229									
(In)Suficiência estimada nas reservas à data face às reservas iniciais:											
	Valor nominal	-171.424.229	-207.731.971	-270.421.075	-33.383.558	-15.188.586	-15.527.986	-48.615.991	-53.660.138	-58.482.057	
	Percentagem				-14,5%	-6,0%	-5,6%	-20,2%	-24,3%	-25,2%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço
[EUR]

	31/12/2021	**31/12/2022**
Provisões para sinistros no final do exercício 1)	232.531.723	311.737.607
Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho 2)	287.446.412	359.555.010
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	252.506	152.309
Total provisões para sinistros Não Vida	**520.230.641**	**671.444.926**

A evolução observada em 2012-2015 resulta da integração da carteira da Seguro Directo (Sucursal em Portugal da AXA Global Direct Seguros y Reaseguros S.A.U.), a partir de 1 de abril de 2016, na sequência da aquisição das operações de seguros detidas e localizadas em Portugal pelo acionista anterior ao Grupo Ageas. Adicionalmente, em 2017, ainda na sequência da alteração acionista, foram reforçadas as provisões técnicas no sentido de assegurar um nível de confiança superior a 75%.

Para mitigar o risco de provisionamento, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

Risco Catastrófico - Resseguro

Como forma de mitigação do risco, a Ageas Seguros define anualmente a política de resseguro. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, a lista dos resseguradores e o grau de concentração. A monitorização destas variáveis é mensal.

O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas, bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terramotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida por linha de negócio:

Não Vida [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Capacidade Máxima de Subscrição	Cedido ao Tratado / Limite	Retenção/Prioridade
Incêndio e Tremor de Terra (comercial)	Excedente	25.500.000	25.000.000	500.000
Incêndio e Tremor de Terra (não comercial)	Excedente	25.200.000	24.850.000	350.000
Incêncio Auto - Facultativo	Quota Parte	25.000.000	100%	Dedutível: 25.550.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas		470.000.000	30.000.000
Engenharia	Excedente	25.000.000	24.500.000	500.000
Agregado	Excesso de Perdas		5.000.000	6.000.000
Obrigações	Quota Parte	500.000	60%	40%
Casualty Multiline	Excesso de Perdas		49.750.000	250.000

Nota: em 2019 foi criado um único tratado chamado Casualty Multiline onde abrange os tratados que antes existiam de : Workers Compensaion, Motor, Personal Acidents e GTPL

C. Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexequibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A estrutura da gestão de risco é suportada por uma política de risco operacional específica (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas), que define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais identificados na execução de atividades de negócio do dia-a-dia pela Ageas Seguros.

Do ponto de vista do modelo de governação, a Direção de Gestão de Risco suporta o Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (ORICC) dedicado a este risco, o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia. Este Comité reporta ao Comité de Risco.

O risco operacional é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas.

O modelo de risco operacional assenta num processo contínuo de identificação, avaliação e monitorização dos riscos, através de uma abordagem *top-down* e *bottom-up*. Estas duas abordagens são sinergéticas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Key Risk Reporting* e discutidos no Comité de Risco.

Paralelamente existem dois processos que suportam a gestão do risco operacional: recolha de perdas operacionais e monitorização de indicadores de risco chave.

Adicionalmente, a Ageas Seguros, no âmbito da avaliação contínua do Sistema de Controlo Interno, mantém a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos e identificação dos riscos e controlos existentes. Para os riscos mais significativos são acompanhados os planos de mitigação ou eliminação dos riscos.

Este modelo permite à companhia saber quais os principais riscos a que está exposta e geri-los da forma que considera adequada.

D. Outros Riscos

Os Outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ageas Seguros em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

No âmbito dos requisitos de reporte de Solvência II (conforme o previsto no artigo 83.º do RJASR e no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado e Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 de março), a Ageas Seguros preparou e divulgou no seu sítio na internet, o Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR) referente ao fecho do exercício 2021, contendo informação relacionada com o sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital, assim como uma breve análise sobre a atividade e desempenho da Companhia. Este relatório encontra-se certificado pelo atuário responsável e revisor oficial de contas.

Em 31 de dezembro de 2021, o rácio de solvência situava-se em 190%, demonstrando o foco na gestão de capital e a solidez financeira. O rácio de solvência pró-forma considerando a posterior fusão por integração da Ocidental Seguros é 232%

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

Nota 31 Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de cash flows. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por fatores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

Eur

		2022		agregado 2021		AGS 2021		OCS 2021	
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	19.422.170	19.422.170	31.530.287	31.530.287	19.256.966	19.256.966	12.273.321	12.273.321
Empréstimo e contas a receber	3	34.804.455	40.928.487	32.899.658	32.137.375	32.899.658	32.137.375	-	-
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	93.474.464	93.474.464	106.520.400	106.520.400	78.485.486	78.485.486	28.034.914	28.034.914
		147.701.088	**153.825.120**	**170.950.345**	**170.188.062**	**130.642.110**	**129.879.827**	**40.308.235**	**40.308.235**
Depósitos recebidos de resseguradores	3	14.986.215	14.986.215	14.576.985	14.576.985	8.180.707	8.180.707	6.396.278	6.396.278
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	40.992.278	44.300.000	42.290.605	44.300.000	42.290.605	44.300.000	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3	162.246.678	162.246.678	161.073.656	117.429.885	80.536.828	36.893.057	80.536.828	80.536.828
		218.225.171	**221.532.893**	**217.941.246**	**176.306.870**	**131.008.140**	**89.373.764**	**86.933.106**	**86.933.106**

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *'providers'*;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 32 Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, as quais estão relacionadas com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 o total de avales e garantias bancárias prestadas era de Euro 125.323 (2020: Euro 180.646).

Compromissos

A Companhia tem compromissos de investimento futuro de 3M EUR em fundos de investimento.

Nota 33 Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS 9 a 1 de janeiro 2021

A Ageas Seguros em 01 de janeiro de 2023 fez a adoção simultânea da IFRS9 – Instrumentos financeiros e a IFRS17 – Contratos de seguro. Optou pela possibilidade dada às Seguradoras de adiar a aplicação da IFRS9, uma vez que a implementação combinada com a IFRS17 minimizaria a distorção de resultados.

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – "Contratos de seguro", sendo aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

De acordo com a IFRS 17, no reconhecimento inicial, a Ageas Seguros identificou os contratos que possuem risco similar e podem ser geridos em conjunto, agrupando-os em portfolios. Para efeitos de mensuração, esses portfolios são ainda subdivididos em cohorts anuais, de acordo com o ano de emissão. Cada um dos cohorts, de acordo com o retorno esperado futuro, é depois dividido nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira.

Os contratos de seguro passaram a ser mensurados usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cadencia dos fluxos de caixa descontados e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. Os rendimentos passaram a se reconhecidos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e a fornecer informações sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Na mensuração dos contratos de seguro, a Ageas Seguros optou por dois métodos de mensuração: i) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA") para os contratos com duração igual ou inferior a um ano e ii) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM") para os restantes contratos.

Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa. Assim sendo, a Ageas Seguros fez o exercício da transição a 01 de janeiro de 2022. Os impactos estimados da Transição para as IFRS 9 /17 a essa data no Capital próprio da Ageas Seguros representam uma redução por efeito da adoção da IFRS17, parcialmente compensados pelo efeito positivo da adoção da IFRS9.

A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com isenções previstas para a data de transição, isenções essas relacionadas com a impraticabilidade e complexidade envolvidas. A Ageas Seguros aplicou a abordagem retrospetiva total.
.

Nota 34 Normas contabilísticas recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à

locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. [A Companhia optou pela sua adoção antecipada em 2021].

b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

d) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

e) **Melhorias às normas 2018 – 2020**. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações destas normas]

IFRS 1, 'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IFRS 9, 'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

IFRS 16, 'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistências no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

IAS 41, 'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores

monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

d) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. [A Companhia espera impactos decorrentes da adoção da Norma, conforme descrito na Nota: Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS9 em 1 de janeiro 2021].

e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

……

Quadro resumo novas normas:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022		
● IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021 [A Companhia optou pela sua adoção antecipada em 2021]	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
● IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis	1 de janeiro de 2022
● IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
● IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
● Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela UE		
● IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
● IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
● IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
● IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
● IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
	relevantes para efeitos fiscais	
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE		
● IAS 1 – Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
● IAS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

II.8 Eventos subsequentes

A Companhia tem monitorizado ao nível da Solvência e Liquidez os efeitos que se estão a sentir com a subida das taxas de juro e de inflação, traduzindo-se no aumento dos preços dos bens e serviços, incremento do custo dos empréstimos, redução do poder de compra das famílias e aumento do retorno dos investimentos. Deste modo, a Companhia considera que estes eventos não implicam ajustes futuros às Demonstrações financeiras apresentadas a 31 dezembro de 2022.

Em 01 de janeiro de 2023, a Companhia, fez a adoção simultânea da IFRS9 – Instrumentos financeiros e a IFRS17 – Contratos de seguro. Optou pela possibilidade dada às Seguradoras de adiar a aplicação da IFRS9, uma vez que a implementação combinada com a IFRS17 minimizaria a distorção de resultados. Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa. Assim sendo, a Companhia fez o exercício da transição a 01 de janeiro de 2022. Informação adicional da Transição para as IFRS 9 /17 a essa data, está divulgada na Nota Impactos da adoção das IFRS 17 e IFRS 9 em 1 de janeiro 2021, do Relatório e Contas.

II.9 Informação adicional sobre a fusão

O Grupo Ageas Portugal tem estado a levar a cabo vários projetos com o objetivo de caminharmos no sentido de uma organização mais ágil e simplificada. Uma dessas medidas passou pela fusão das seguradoras Não Vida do Grupo Ageas Portugal: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. e a Ageas Portugal – Companhia de Seguros S. A.

Por efeito da modalidade escolhida, fusão por incorporação, foi efetuada a transferência global do património da Sociedade Incorporada - Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. - para a Sociedade Incorporante - Ageas Portugal – Companhia de Seguros S. A. -, qual compreende a transferência de todos os elementos do ativo e do passivo daquela sociedade para a esfera da Sociedade Incorporante e a consequente extinção da Sociedade Incorporada. Consequentemente, as atividades exercidas pela sociedade incorporada, nomeadamente a sua carteira de seguros, foram integradas na sociedade incorporante, constituindo como tal uma transferência de carteira. A fusão foi concretizada no dia 3 de Janeiro de 2022 tendo efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022.

A Sociedade Incorporante não alterou o seu tipo, firma ou sede na sequência da fusão ocorrida. Pertencendo ambas as sociedades ao mesmo grupo e tendo em consideração a desnecessária duplicação de suportes para o mesmo fim, a fusão visa concentrar na Sociedade Incorporante a atividade de seguro não-vida e, por conseguinte, flexibilizar a estrutura societária e contribuir para uma simplificação da estrutura do grupo em que as Sociedades participantes se inserem.

A Ageas Portugal – Companhia de Seguros S.A. continuará a atuar no mercado com marcas distintas, com produtos e canais de distribuição diferenciados e que se destinam a diferentes públicos-alvo. A marca Ageas Seguros mantém-se focada no canal tradicional de Agentes e Corretores, a marca Seguro Direto com forte presença no canal digital e a marca Ocidental mais vocacionada para o canal Bancassurance.

Este processo de fusão carateriza-se pela inexistência de impactos significativos internos ou externos, nomeadamente, no que diz respeito ao relacionamento e contactos com os Stakeholders inerentes ao negócio.

Demonstração da posição financeira

Eur

	Notas	2022	AGS pós fusão 01/01/2022	Ajustes Fusão	AGS 2021	OCS 2021
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11	19.422.170	31.530.287	-	19.256.966	12.273.321
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	64.679.510	38.367.548	-	27.241.886	11.125.662
Ativos disponíveis para venda	13	657.979.280	727.236.372	-	532.478.279	194.758.093
Empréstimos e contas a receber	14	40.928.487	32.137.376	-	32.137.376	-
Terrenos e edifícios	15	8.190.488	21.916.499	-	21.916.499	-
Outros ativos tangíveis	16	2.304.743	515.469	-	292.792	222.677
Inventários	16	19.376	25.886	-	25.886	-
Ativos sob direito de uso	17	1.767.107	2.226.103	-	1.551.070	675.033
Goodwill	19	1.372.444	1.372.444	-	1.372.444	-
Outros ativos intangíveis	18	35.783.655	4.272	-	2.136	2.136
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	280.646.275	245.499.164	-	158.722.724	86.776.440
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	25	5.376.963	6.739.722	-	5.955.611	784.111
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	93.474.464	106.520.400	-	78.485.486	28.034.914
Ativos por impostos	22	39.607.527	44.585.568	-	42.312.890	2.272.678
Acréscimos e diferimentos	23	2.916.107	2.155.624	-	2.041.654	113.970
Total ativo		**1.254.468.597**	**1.260.832.734**	**-**	**923.793.699**	**337.039.035**
Provisões técnicas	20	848.071.655	790.343.561	-	605.154.308	185.189.253
Provisão para prémios não adquiridos		173.022.957	161.070.416	-	100.580.670	60.489.746
Provisão para sinistros		642.346.649	598.439.849	-	485.866.670	112.573.179
De acidentes de trabalho		330.609.046	320.411.662	-	282.357.009	38.054.653
De outros ramos		311.737.603	278.028.187	-	203.509.661	74.518.526
Provisão para participação nos resultados		1.568.986	1.838.610	-	792.746	1.045.864
Provisão para desvios de sinistralidade		30.980.753	28.649.017	-	17.661.716	10.987.301
Provisão para riscos em curso		152.310	345.669	-	252.506	93.163
Outros passivos financeiros	24	59.286.215	58.876.985	-	52.480.707	6.396.278
Passivos subordinados		44.300.000	44.300.000	-	44.300.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores		14.986.215	14.576.985	-	8.180.707	6.396.278
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	25	227.664	456.377	-	456.377	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26	162.246.678	117.430.001	116	36.893.057	80.536.828
Passivos por impostos e taxas	22	16.307.382	46.147.905	-	35.159.471	10.988.434
Passivos de locações	17	1.797.838	2.251.882	-	1.570.079	681.803
Acréscimos e diferimentos	23	23.840.290	22.965.219	-	16.930.416	6.034.803
Outras Provisões	27	831.353	702.886	-	417.109	285.777
Total passivo		**1.112.609.074**	**1.039.174.816**	**116**	**749.061.524**	**290.113.176**

Capital		7.500.000	7.500.000	(12.500.000)	7.500.000	12.500.000
Reservas de reavaliação		5.513.509	120.281.191	-	107.815.171	12.466.020
Reserva por impostos diferidos e correntes		(438.696)	(30.304.838)	-	(26.876.682)	(3.428.156)
Outras reservas		93.411.875	94.039.042	12.499.884	56.151.164	8.781.844
Reserva legal		4.245.822	3.398.372	(12.500.000)	3.398.372	12.500.000
Reservas livres + Premio Emissão+Res Estatutaria		51.671.998	52.176.925	(1.952.745)	52.176.925	1.952.745
Reservas para ganhos e perdas atuariais		(6.064.724)	(5.095.034)	-	575.868	(5.670.901)
Reserva de fusão		43.558.780	43.558.779	43.558.779	-	-
Resultados transitados		-	21.668.022	13.569.100	21.668.022	(13.569.100)
Resultado do exercício		35.872.835	8.474.500	(30.175.251)	8.474.500	30.175.251
Total capital próprio	28	**141.859.522**	**221.657.917**	**(116)**	**174.732.175**	**46.925.858**
Total passivo e capital próprio		**1.254.468.596**	**1.260.832.733**	**-**	**923.793.699**	**337.039.034**
Resultado por ação básico e diluído		**23,9**	**23,9**	**-**	**5,6**	**12,1**

Demonstração dos resultados

Eur

	Notas	2022			2021 Agregado			AGS 2021			OCS 2021		
		Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	274.942.633	-	274.942.633	260.603.523	-	260.603.523	179.139.385	-	179.139.385	81.464.137	-	81.464.137
Prémios brutos emitidos		825.952.588	-	825.952.588	760.226.577	-	760.226.577	369.968.746	-	369.968.746	390.257.831	-	390.257.831
Prémios de resseguro cedido		(545.195.487)	-	(545.195.487)	(555.649.291)	-	(555.649.291)	(235.187.232)	-	(235.187.232)	(320.462.059)	-	(320.462.059)
Provisão para prémios não adquiridos var.		(15.903.869)	-	(15.903.869)	(7.331.221)	-	(7.331.221)	(6.354.058)	-	(6.354.058)	(977.164)	-	(977.164)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		10.089.401	-	10.089.401	63.357.458	-	63.357.458	50.711.928	-	50.711.928	12.645.529	-	12.645.529
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(186.709.118)	-	(186.709.118)	(166.695.270)	-	(166.695.270)	(133.978.553)	-	(133.978.553)	(32.716.718)	-	(32.716.718)
Montantes pagos		(171.305.622)	-	(171.305.622)	(166.427.251)	-	(166.427.251)	(129.783.733)	-	(129.783.733)	(36.643.518)	-	(36.643.518)
Montantes brutos		(445.950.714)	-	(445.950.714)	(436.911.914)	-	(436.911.914)	(219.511.438)	-	(219.511.438)	(217.400.476)	-	(217.400.476)
Parte dos resseguradores		274.645.092	-	274.645.092	270.484.663	-	270.484.663	89.727.705	-	89.727.705	180.756.958	-	180.756.958
Provisão para sinistros (variação)		(15.403.496)	-	(15.403.496)	(268.019)	-	(268.019)	(4.194.819)	-	(4.194.819)	3.926.800	-	3.926.800
Montantes brutos		(42.867.479)	-	(42.867.479)	5.106.423	-	5.106.423	(8.748.452)	-	(8.748.452)	13.854.875	-	13.854.875
Parte dos resseguradores		27.463.983	-	27.463.983	(5.374.442)	-	(5.374.442)	4.553.633	-	4.553.633	(9.928.075)	-	(9.928.075)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(2.138.377)	-	(2.138.377)	(2.242.699)	-	(2.242.699)	(1.185.465)	-	(1.185.465)	(1.057.234)	-	(1.057.234)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	269.623	-	269.623	(380.754)	-	(380.754)	(18.254)	-	(18.254)	(362.500)	-	(362.500)
Custos e gastos de exploração líquidos	4/10	(66.408.971)	-	(66.408.971)	(56.030.657)	-	(56.030.657)	(49.287.076)	-	(49.287.076)	(6.743.581)	-	(6.743.581)
Custos de aquisição		(133.853.364)	-	(133.853.364)	(120.206.990)	-	(120.206.990)	(71.819.758)	-	(71.819.758)	(48.387.232)	-	(48.387.232)
Custos de aquisição diferidos (variação)		3.951.328	-	3.951.328	1.015.489	-	1.015.489	1.179.506	-	1.179.506	(164.017)	-	(164.017)
Gastos administrativos		(58.714.004)	-	(58.714.004)	(52.477.737)	-	(52.477.737)	(33.618.053)	-	(33.618.053)	(18.859.684)	-	(18.859.684)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		122.207.069	-	122.207.069	115.638.581	-	115.638.581	54.971.229	-	54.971.229	60.667.352	-	60.667.352
Rendimentos	5	16.750.048	885.335	17.635.383	16.950.608	1.248.377	18.198.985	15.825.327	445.416	16.270.743	1.125.281	802.961	1.928.242
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		15.414.381	881.330	16.295.711	15.592.912	1.224.758	16.817.670	14.467.631	421.797	14.889.428	1.125.281	802.961	1.928.242
Outros		1.335.666	4.005	1.339.671	1.357.696	23.619	1.381.315	1.357.696	23.619	1.381.315	-	-	-
Gastos financeiros	6	(4.155.700)	(28.197)	(4.183.897)	(3.999.216)	(53.592)	(4.052.808)	(3.724.840)	-	(3.724.840)	(274.376)	(53.592)	(327.968)
Outros		(4.155.700)	(28.197)	(4.183.897)	(3.999.216)	(53.592)	(4.052.808)	(3.724.840)	-	(3.724.840)	(274.376)	(53.592)	(327.968)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	4.327.948	5.849	4.333.797	1.623.751	7.346	1.631.097	1.293.682	(270)	1.293.412	330.069	7.617	337.686
De ativos disponíveis para venda		4.327.948	5.849	4.333.797	1.623.751	7.346	1.631.097	1.293.682	(270)	1.293.412	330.069	7.617	337.686
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidas para venda e unidades operacionais descontinuadas	7	5.222.124	-	5.222.124	1.777.315	-	1.777.315	1.777.315	-	1.777.315	-	-	-
Perdas de imparidade (líquida reversão)	8	(385.994)	(785.330)	(1.171.324)	7.084	1.330.053	1.337.137	7.084	950.150	957.234	-	379.903	379.903
De ativos disponíveis para venda		(399.580)	-	(399.580)	(36.790)	(12.140)	(48.930)	(36.790)	(12.140)	(48.930)	-	-	-
De outros		13.586	(785.330)	(771.744)	43.874	1.342.193	1.386.067	43.874	962.290	1.006.164	-	379.903	379.903
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	9	(174.218)	-	(174.218)	(131.584)	-	(131.584)	(131.584)	-	(131.584)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	9	-	300.544	300.544	-	554.864	554.864	-	553.557	553.557	-	1.308	1.308

Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	12	528.615	-	528.615	263.806	-	263.806	184.616	-	184.616	79.190	-	79.190
Resultado líquido antes de impostos		42.068.613	378.201	42.446.814	51.745.907	3.087.048	54.832.955	9.901.636	1.948.852	11.850.488	41.844.268	1.138.197	42.982.465
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	-	(3.042.363)	(3.042.363)	-	(12.702.747)	(12.702.747)	-	(1.009.652)	(1.009.652)	-	(11.693.094)	(11.693.094)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	-	(3.531.618)	(3.531.618)	-	(3.480.456)	(3.480.456)	-	(2.366.336)	(2.366.336)	-	(1.114.120)	(1.114.120)
Resultado líquido do exercício	28	42.068.613	(6.195.780)	35.872.833	51.745.907	(13.096.155)	38.649.752	9.901.636	(1.427.136)	8.474.500	41.844.268	(11.669.017)	30.175.251

III Inventário de títulos

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCES							
1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS							
1.1	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.01	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.1.04	ANCPG - Investimentos Imobiliarios, S.A	6.850			895,2	6.131.778	948,0	6.493.910
1.1.04	ANCPG 2 - Investimentos Imobiliarios S.A.	6.850			520,1	3.562.349	537,1	3.679.416
1.1.04	ANCPG 4 - Investimentos Imobiliarios, S.A	6.850			162,4	1.112.346	177,2	1.213.825
1.1.04	CAIS OFFICE - Investimentos Imobiliários S.A.	14.000			401,2	5.617.029	412,1	5.769.534
1.1.04	Campolide XXI Investimentos Imobiliarios S.A.	8.400			998,9	8.390.597	1016,5	8.538.309
1.1.04	Go Classique SA	13.700			130,0	1.781.000	132,8	1.819.848
1.1.04	Go Cravel S.A.	28.000			65,0	1.820.000	65,0	1.820.000
1.1.04	Go Porto, SA	280.000			34,0	9.517.874	33,3	9.332.400
1.1.04	H2CARE SA	13.700			193,0	2.644.100	186,1	2.549.192
1.1.04	SPPP - Praça Principe Perfeito S.A.	2.800			8224,3	23.028.073	8308,6	23.264.016
1.1.04	Sub-Total	381.150				63.605.146		64.480.450
1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
1.1.05	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.08	Sub-Total							
1.1.09	Outros títulos em filiais							
1.1.09	Sub-Total							
1.1.10	Outros títulos em associadas							
1.1.10	Sub-Total							
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.11	Sub-Total							
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
1.1.12	Sub-Total							
1.1	Sub-Total	381.150				63.605.146		64.480.450
1.2	Títulos Estrangeiros							
1.2.01	Partes de capital em filiais							
1.2.01	Sub-Total							
1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total							
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.03	Sub-Total							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
	1.2.04 Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	1.2.04 Sub-Total							
	1.2.05 Títulos de dívida de filiais							
	1.2.05 Sub-Total							
	1.2.06 Títulos de dívida de associadas							
	1.2.06 Sub-Total							
	1.2.07 Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.07 Sub-Total							
	1.2.08 Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.08 Sub-Total							
	1.2.09 Outros títulos em filiais							
	1.2.09 Sub-Total							
	1.2.10 Outros títulos em associadas							
	1.2.10 Sub-Total							
	1.2.11 Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.11 Sub-Total							
	1.2.12 Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.12 Sub-Total							
	1.2 Sub-Total							
	1 Total	381.150	-			63.605.146		64.480.450
	2 OUTROS							
	2.1 Títulos Nacionais							
	2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 Acções							
	2.1.1.1 Audatex Portugal SA	300			249,4	74.820	301,5	90.441
PTFUF0AE0001	2.1.1.1 FUNFRAP - Fundição Portuguesa SA	40.000			7,5	298.281	4,3	173.200
	2.1.1.1 GAIVINA - Empreend. Turisticos e Imob. SA	2.000			576,1	1.152.247	99,5	199.060
	2.1.1.1 Mosteiro de Grijó	250.000			4,5	1.117.500	3,5	875.000
	2.1.1.1 Real Companhia Velha	88.722			2,5	226.217	7,8	689.370
	2.1.1.1 Servibanca-Emp.Prestação de Serv ACE	750			1,0	750	1,0	750
	2.1.1.1 Sub-Total	381.772				2.869.815		2.027.821
	2.1.1.1 Títulos participação							
	2.1.1.1 Sub-Total							
	2.1.1.1 Unidades de participação em fundos de investimento							
PTESVIIM0015	2.1.1.1 FCR Ageas Invest I A - Subfundo A	300.000.000			0,0	3.000.000	0,0	2.984.700
PTESVQIM0015	2.1.1.1 FCR Ageas Invest I B - Subfundo B	129.988.000			0,0	1.299.880	0,0	1.252.174
	2.1.1.1 Sub-Total	429.988.000				4.299.880		4.236.874
	2.1.1.1 Outros							
	2.1.1.1 Sub-Total							
	2.1.1 Sub-Total	430.369.772				7.169.695		6.264.695
	2.1.2 Títulos de dívida							
	2.1.2.2 De dívida pública							
PTOTEAOE0021	2.1.2.2 OT 4.95% 25/10/23		13.200.000	107,5		14.185.046	102,6	13.547.771
PTOTETOE0012	2.1.2.2 PGB 2.875% 21/07/26		15.500.000	96,7		14.984.645	101,1	15.673.740
PTOTEROE0014	2.1.2.2 PGB 3.875% 15/02/30		45.000.000	98,9		44.502.593	107,2	48.247.490
PTOTEBOE0020	2.1.2.2 PGB 4.1% 15/02/45		53.850.000	101,3		54.574.708	106,9	57.572.267
PTOTE5OE0007	2.1.2.2 PGB 4.1% 15/04/37		23.470.000	54,3		12.740.813	105,2	24.690.569
PTOTEUOE0019	2.1.2.2 PGB 4.125% 14/04/27		17.270.000	109,3		18.880.008	107,5	18.567.609

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO		DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
PTOTEQOE0015	2.1.2.	PGB 5.65% 15/02/24		500.000	119,5		597.300	108,0	540.145
PTRAMYOM0005	2.1.2.	Região Autonoma Madeira 1.971% 04/07/28		500.000	100,0		500.000	97,0	484.875
	2.1.2.	Sub-Total		169.290.000			160.965.112		179.324.465
	2.1.2.	De outros emissores públicos							
PTCPEJOM0004	2.1.2.	Refer 4.675% 16/10/24		2.500.000	78,0		1.950.500	103,4	2.584.361
	2.1.2.	Sub-Total		2.500.000			1.950.500		2.584.361
	2.1.2.	De outros emissores							
PTBSSIOM0015	2.1.2.	BRISA Concessão Rodoviária SA 1.875% 30/04/25		5.500.000	93,1		5.119.578	96,8	5.322.656
PTBPIAOM0026	2.1.2.	Banco BPI SA 0.258% 22/03/24		2.000.000	96,9		1.937.200	96,6	1.931.070
PTGGDAOE0001	2.1.2.	Galp Gas natural Distrib 1.375% 19/09/23		900.000	101,1		909.783	98,8	889.173
	2.1.2.	Sub-Total		8.400.000			7.966.561		8.142.899
	2.1.2	Sub-Total	-	180.190.000			170.882.174		190.051.725
	2.1	Sub-Total	430.369.772	180.190.000			178.051.868		196.316.420
	2.2	Títulos Estrangeiros							
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.	Acções							
NL0012969182	2.2.1.	ADYEN N.V.	208			1483,1	308.485	1288,4	267.987
NL0010273215	2.2.1.	ASML Holding NV.	2.759			567,1	1.564.644	503,8	1.389.984
FR0000120628	2.2.1.	AXA SA	11.206			26,6	297.578	26,1	291.972
DE000A1EWWW	2.2.1.	Adidas AG.	1.558			143,5	223.614	127,4	198.552
FR0000120073	2.2.1.	Air Liquide SA	3.407			136,3	464.241	132,4	451.087
DE0008404005	2.2.1.	Allianz AG Holding	2.422			201,6	488.231	201,1	487.064
ES0109067019	2.2.1.	Amades IT Group SA	3.043			53,1	161.552	48,6	147.738
BE0974293251	2.2.1.	Anheuser-Busch Inbev SA/NV	5.467			56,4	308.531	56,3	307.628
DE000BASF111	2.2.1.	BASF, SE	5.463			46,3	252.730	46,5	254.030
DE000BAY0017	2.2.1.	BAYER AG Reg	6.026			53,0	319.125	48,5	292.442
DE0005190003	2.2.1.	BMW-Bayerische Motoren Werke AG	1.859			83,2	154.624	83,3	154.892
ES0113211835	2.2.1.	Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria SA.	33.589			5,4	182.243	5,6	189.240
ES0113900J37	2.2.1.	Banco Santander, SA	95.923			2,7	260.622	2,8	268.824
IE0001827041	2.2.1.	CRH PLC (IE)	5.019			37,6	188.705	37,0	185.753
FR0000125338	2.2.1.	Cap Gemini, SA.	1.165			173,8	202.458	156,0	181.682
	2.2.1.	Companhia Celulose Ultramar Português - Angola	227			5,0	1.132	5,0	1.132
FR0014003TT8	2.2.1.	DASSAULT SYSTEMES, SE	4.907			38,6	189.525	33,5	164.360
FR0000120644	2.2.1.	Danone, Groupe SA	4.093			52,3	214.019	49,2	201.498
DE0005810055	2.2.1.	Deutsche Boerse, AG	1.111			170,2	189.038	161,4	179.260
DE0005552004	2.2.1.	Deutsche Post AG.	7.033			37,3	262.169	35,3	248.054
DE0005557508	2.2.1.	Deutsche Telekom AG.	20.628			19,1	394.967	18,7	385.414
IT0003132476	2.2.1.	ENI Spa.	15.536			13,4	208.895	13,3	206.411
IT0003128367	2.2.1.	Enel Spa.	46.788			5,2	241.244	5,0	235.344
FR0000121667	2.2.1.	EssilorLuxottica.	1.988			178,0	353.827	169,2	336.270
FR0000052292	2.2.1.	Hermes International	230			1517,0	348.910	1444,5	332.235
	2.2.1.	Hidro Eletrica Revue Mocambique	205			5,0	1.023	5,0	1.023
NL0011821202	2.2.1.	ING Groep N.V.-CVA	21.013			11,2	234.525	11,4	239.296
ES0144580Y14	2.2.1.	Iberdrola SA.	36.580			10,9	399.933	10,9	399.819
ES0148396007	2.2.1.	Inditex SA	7.309			25,2	184.009	24,9	181.629
DE0006231004	2.2.1.	Infineon Technologies AG.	8.141			31,0	252.062	28,5	231.896
IT0000072618	2.2.1.	Intesa Sanpaolo Spa	98.553			2,0	200.562	2,1	204.793
NL0011794037	2.2.1.	KONINKLIJKE AHOLD DELHAIZE N	6.363			27,9	177.359	26,8	170.783

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO		DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
FR0000121485	2.2.1.	Kering SA	468			528,7	247.409	475,4	222.487
NL0000009827	2.2.1.	Koninklijke DSM NV	1.221			129,7	158.316	114,3	139.560
FR0000120321	2.2.1.	L Oreal SA	1.548			351,3	543.777	333,5	516.258
FR0000121014	2.2.1.	LVMH- Moet Hennessy Louis Vuitton SA.	1.677			707,6	1.186.569	679,9	1.140.192
IE00BZ12WP82	2.2.1.	Linde PLC	3.170			315,8	1.001.042	305,2	967.326
DE0007100000	2.2.1.	MERCEDES - BENZ GROUP AG	4.623			63,7	294.647	61,4	283.852
DE0008430026	2.2.1.	Muenchener Rueckver AG-REG	749			301,1	225.560	303,4	227.247
FI4000297767	2.2.1.	NORDEA BANK, ABP	21.985			9,9	216.709	10,0	220.641
FI0009000681	2.2.1.	Nokia Oyj ser.A	35.145			4,8	169.426	4,3	152.441
FR0000120693	2.2.1.	Pernod-Ricard SA	1.263			191,1	241.320	183,8	232.076
DE0007164600	2.2.1.	SAP SE.	6.896			101,6	700.470	96,3	664.292
	2.2.1.	SOLUR - Soc. Tur. Ult. - Angola	5.333			5,0	26.601	5,0	26.596
NL00150001Q9	2.2.1.	STELLANTIS, NV	14.653			13,8	201.852	13,3	194.357
NL0000226223	2.2.1.	STMicroelectronics, NV	4.657			37,0	172.131	33,0	153.658
FR0000120578	2.2.1.	Sanofi.	7.047			89,8	632.486	89,8	633.102
FR0000121972	2.2.1.	Schneider Electric SE.	3.776			135,8	512.949	130,7	493.599
FR0000130809	2.2.1.	Societe Generale S.A.	4.614			22,4	103.351	23,5	108.337
FR0000120271	2.2.1.	TOTALENERGIES SE	16.694			57,7	963.721	58,7	979.103
ES0178430E18	2.2.1.	Telefónica (España) SA	49.543			3,6	178.055	3,4	167.654
DE0007664005	2.2.1.	VOLKSWAGEN, AG	761			188,1	143.143	148,4	112.932
FR0000125486	2.2.1.	Vinci SA.	3.517			95,1	334.555	93,3	328.066
NL0000395903	2.2.1.	Wolters Kluwer NV - CVA	1.641			103,7	170.235	97,7	160.391
	2.2.1.	Sub-Total	650.800				17.654.908		16.912.259
	2.2.1.	Títulos de participação							
	2.2.1.	Sub-Total							
	2.2.1.	Unidades de participação em fundos de investimento							
LU2098887263	2.2.1.	AMUNDI S&P 500 ESG UCITS ETF DR	46.000			57,6	2.651.431	55,6	2.557.954
LU2000572870	2.2.1.	ASSET MA.UMB.F-EU.L.SC.VEN.CAP.A4 EUR DIS	221.708			0,9	205.010	1,1	239.848
LU2000571476	2.2.1.	ASSET MA.UMB.FD-EU.GR.CAP.A4 EUR DIS	816.088			1,0	815.977	1,1	877.466
	2.2.1.	Sub-Total	1.083.795				3.672.418		3.675.267
	2.2.1.	Outros							
	2.2.1.	Sub-Total							
	2.2.1	Sub-Total	1.734.595				21.327.326		20.587.527
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.	De dívida pública							
IT0005215246	2.2.2.	BTPS 0.65% 15/10/23		6.500.000	95,4		6.202.820	98,5	6.400.564
IT0005344335	2.2.2.	BTPS 2.45% 01/10/23		6.500.000	103,2		6.706.334	100,3	6.520.820
IT0004644735	2.2.2.	BTPS 4.5% 01/03/26		3.000.000	100,9		3.028.020	103,8	3.114.754
IT0004356843	2.2.2.	BTPS 4.75% 01/08/23		12.000.000	99,8		11.970.000	103,1	12.368.635
IT0003535157	2.2.2.	BTPS 5% 01/08/34		8.825.000	97,3		8.588.255	103,1	9.094.093
IT0004286966	2.2.2.	BTPS 5% 01/08/39		6.500.000	102,1		6.638.450	103,2	6.710.094
IT0003256820	2.2.2.	BTPS 5.75% 01/02/33		7.800.000	111,6		8.702.200	110,4	8.614.086
IT0001444378	2.2.2.	BTPS 6% 01/05/31		14.000.000	103,2		14.451.920	112,3	15.718.287
BE0000339482	2.2.2.	Belgium Kingdom 0.2% 22/10/23		4.750.000	100,3		4.766.387	98,2	4.662.142
BE0000342510	2.2.2.	Belgium Kingdom 0.5% 22/10/24		2.000.000	102,0		2.039.485	96,1	1.922.458
XS1559352437	2.2.2.	Dexia Credit Local 0.625% 03/02/24		2.000.000	97,4		1.947.800	97,8	1.956.856
EU000A3JZQ69	2.2.2.	ESM TBILL 0% 16/03/23		3.500.000	99,6		3.485.125	99,6	3.486.315
FR0013200813	2.2.2.	FRTR 0.25% 25/11/26		1.000.000	101,5		1.015.093	90,6	906.037

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO		DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
FR0013341682	2.2.2.	FRTR 0.75% 25/11/28		2.000.000	97,8		1.956.200	88,7	1.774.359
FR0011486067	2.2.2.	FRTR 1.75% 25/05/23		3.000.000	108,4		3.253.180	100,8	3.023.904
FR0011962398	2.2.2.	FRTR 1.75% 25/11/24		4.170.000	110,6		4.610.630	98,1	4.088.794
FR0013344751	2.2.2.	France (Govt of) 0% 25/03/24		4.300.000	99,8		4.291.486	96,5	4.151.048
FR0013516549	2.2.2.	France (Govt of) 0% 25/11/30		3.000.000	89,3		2.678.400	79,4	2.381.790
FR0013286192	2.2.2.	France (Govt of) 0.75% 25/05/28		1.500.000	105,2		1.578.510	89,9	1.348.321
FR0012938116	2.2.2.	France (Govt of) 1% 25/11/25		5.175.000	108,7		5.625.947	95,1	4.922.493
FR0127462903	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 01/11/23		2.000.000	97,8		1.956.011	97,8	1.955.320
FR0127462895	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 04/10/23		10.000.000	98,1		9.812.387	98,0	9.804.800
FR0127176396	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 14/06/23		5.000.000	99,4		4.969.706	99,1	4.953.500
FR0127462846	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 15/03/23		17.000.000	99,7		16.940.695	99,6	16.939.480
FR0127462804	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 18/01/23		3.000.000	99,8		2.993.411	100,0	2.998.950
FR0127176370	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 19/04/23		14.000.000	99,6		13.944.318	99,4	13.920.760
FR0127034728	2.2.2.	French Discount T-Bill 0% 22/03/23		5.000.000	99,8		4.992.196	99,6	4.981.350
DE0001030831	2.2.2.	German Tresury Bill 0% 13/04/23		6.800.000	99,8		6.783.198	99,4	6.761.580
DE0001030849	2.2.2.	German Tresury Bill 0% 17/05/23		5.000.000	99,7		4.984.482	99,2	4.959.500
DE000NRW0NP7	2.2.2.	Land Nordrein -Westfalen 3.% 27/01/28		1.000.000	99,9		998.740	100,1	1.001.012
NL0010733424	2.2.2.	Netherlands Government 2% 15/07/24		6.950.000	115,3		8.015.513	99,6	6.923.036
XS0171597395	2.2.2.	Region of Marche 4.6478% 27/06/23		1.000.000	100,0		999.945	99,9	999.349
AT0000A105W3	2.2.2.	Republic of Austria 1.75% 20/10/23		900.000	112,6		1.013.724	99,2	892.388
ES0000012K53	2.2.2.	SPGB 0.8% 30/07/29		5.600.000	97,0		5.431.888	85,5	4.786.518
ES0000012G00	2.2.2.	SPGB 1% 31/10/50		3.115.000	92,1		2.868.746	51,6	1.606.721
ES0000012G34	2.2.2.	SPGB 1.25% 31/10/30		1.700.000	99,2		1.685.618	85,6	1.455.521
ES00000127A2	2.2.2.	SPGB 1.95% 30/07/30		950.000	97,6		926.735	91,3	867.756
ES0000012932	2.2.2.	SPGB 4.2% 31/01/37		9.700.000	83,9		8.142.936	107,9	10.467.783
ES00000121G2	2.2.2.	SPGB 4.8% 31/01/24		7.950.000	93,2		7.411.420	106,6	8.475.044
ES00000124C5	2.2.2.	SPGB 5.15% 31/10/28		12.000.000	113,2		13.587.870	110,6	13.270.042
ES0000012411	2.2.2.	SPGB 5.75% 30/07/32		1.300.000	146,8		1.908.439	120,6	1.568.229
ES0000011868	2.2.2.	SPGB 6% 31/01/29		11.500.000	100,2		11.527.450	120,6	13.866.057
ES0L02308119	2.2.2.	Spain Letras del Tesoro 0% 11/08/23		2.000.000	98,4		1.968.826	98,4	1.968.220
ES0L02301130	2.2.2.	Spain Letras del Tesoro 0% 13/01/23		5.500.000	100,0		5.497.804	100,0	5.497.800
ES0L02304142	2.2.2.	Spain Letras del Tesoro 0% 14/04/23		3.000.000	99,5		2.985.979	99,4	2.982.630
ES00000122E5	2.2.2.	Spanish Govt 4,65% 30/07/25		16.000.000	89,6		14.338.500	106,0	16.964.467
	2.2.2.	Sub-Total		259.485.000			260.222.779		264.033.663
	2.2.2.	De outros emissores públicos							
FR001400CHC6	2.2.2.	Caisse d'Amortissement de la Dette Soc 1.75% 25/11/27		2.500.000	99,4		2.484.375	93,3	2.333.315
XS2502850865	2.2.2.	EUROFIMA 1.625% 20/07/27		500.000	99,8		499.070	93,5	467.511
XS2553554812	2.2.2.	Nederlandse Waterschapsbank 2.75% 09/11/27		1.000.000	99,6		996.460	98,6	985.808
	2.2.2.	Sub-Total		4.000.000			3.979.905		3.786.634
	2.2.2.	De outros emissores							
XS1808739459	2.2.2.	ABN AMRO Bank 0.875% 22/04/25		300.000	96,2		288.630	95,6	286.838
XS1492834806	2.2.2.	ANZ New Zeland Intl/LDN 0.125% 22/09/23		1.200.000	97,8		1.173.480	98,0	1.175.979
XS1989708836	2.2.2.	ASR Nederland NV 3.375% 02/05/49 VAR		700.000	109,2		764.505	87,5	612.296
ES0312342019	2.2.2.	AYT Cedulas Caja 3.75% 30/06/25		2.000.000	91,4		1.827.420	102,0	2.039.508
XS1722558258	2.2.2.	Achmea Bank NV 0.375% 22/11/24		500.000	99,9		499.700	94,6	472.945
XS2102355588	2.2.2.	BMW Finance NV 0% 14/04/23		1.000.000	99,1		991.300	99,4	994.020
XS2447561403	2.2.2.	BMW Finance NV 0.5% 22/02/25		2.000.000	95,3		1.906.640	94,6	1.892.048
XS1873143645	2.2.2.	BMW Finance NV 1% 29/08/25		1.200.000	98,8		1.185.095	94,8	1.137.225

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
XS2079713322	2.2.2.	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria 0.375% 15/11/26		700.000	99,7		698.169	87,7	613.615
XS2322289385	2.2.2.	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria 0.125% 24/03/27 VAR		3.800.000	96,6		3.669.302	88,2	3.352.914
XS2298304499	2.2.2.	Banco Santander SA 0.2% 11/02/28		4.500.000	99,3		4.469.430	82,3	3.701.294
XS2063247915	2.2.2.	Banco Santander SA 0.3% 04/10/26		2.000.000	99,7		1.993.640	87,7	1.754.347
XS2014287937	2.2.2.	Banco Santander, SA 0.25% 19/06/24		3.100.000	100,1		3.104.609	95,6	2.961.912
XS2076079594	2.2.2.	Banco de Sabadell SA 0.625% 7/11/25 VAR		500.000	101,2		506.075	92,9	464.512
XS1458405898	2.2.2.	Bank of America 0.75% 26/07/23		2.600.000	100,0		2.600.735	99,2	2.578.229
XS2550897651	2.2.2.	Bank of Nova Scotia 3.05% 31/10/24		2.000.000	100,0		1.999.120	99,7	1.994.175
FR00140003P3	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 0.1% 08/10/2027		5.800.000	99,3		5.760.553	84,6	4.906.801
FR0013432770	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 0.125% 05/02/24		4.300.000	97,2		4.181.630	96,7	4.159.290
FR0013412947	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 0.75% 08/06/26		1.500.000	101,3		1.519.073	90,6	1.359.229
FR0013386539	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 0.75% 15/06/23		1.000.000	98,9		989.100	99,6	996.369
XS1617831026	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 1.25% 26/05/27		800.000	104,8		838.732	90,5	724.064
XS1045553812	2.2.2.	Banque Fed Cred Mutuel 2.625% 18/03/24		800.000	99,8		798.480	101,3	810.738
XS1135309794	2.2.2.	Bayer Cap Corp 1.25% 13/11/23		1.910.000	98,3		1.877.721	98,7	1.885.731
XS1637334803	2.2.2.	British Telecommunications 1% 23/06/24		500.000	102,1		510.500	96,5	482.526
XS1886402814	2.2.2.	British Telecommunications Plc 0.875% 26/09/23		1.000.000	102,1		1.021.100	98,7	986.561
XS1720922175	2.2.2.	British Telecommunications Plc 1% 21/11/24		550.000	103,1		567.088	94,8	521.634
FR0013344181	2.2.2.	Caisse d'Amortissement de la Dette Soc 0.125% 25/10/23		2.000.000	99,8		1.995.380	97,7	1.953.239
FR001400DZI3	2.2.2.	Caisse d'Amortissement de la Dette Soc 2.875% 25/05/27		500.000	99,5		497.550	98,7	493.632
FR001400DCH4	2.2.2.	Caisse des Depots Et Con 3% 25/11/27		2.200.000	99,7		2.194.456	98,6	2.169.706
XS2200150766	2.2.2.	Caixabank SA 0.75 % 10/07/26		1.000.000	91,4		914.000	91,9	919.025
FR0013446580	2.2.2.	Carrefour Banque Float 12/09/23		600.000	100,1		600.660	100,3	601.474
XS2056430874	2.2.2.	Continental AG 0.375% 27/06/25		1.050.000	100,7		1.057.560	92,6	971.829
XS0933540527	2.2.2.	Cooperatieve Rabobank UA 2.375% 22/05/23		850.000	109,8		933.647	101,5	862.376
FR0011451889	2.2.2.	Credit Agricole 2.75% 17/04/23		500.000	111,4		557.200	100,7	503.338
FR0013312154	2.2.2.	Credit Agricole Assrnces 2.625% 29/01/48 VAR		1.000.000	102,0		1.020.000	89,7	896.664
FR0013203734	2.2.2.	Credit Agricole Assrnces 4.75% 27/09/48 VAR		500.000	120,5		602.740	97,5	487.362
FR0013421815	2.2.2.	Credit Agricole London 1% 03/07/29		300.000	106,4		319.110	84,1	252.222
XS1395021089	2.2.2.	Credit Agricole London 1.25% 14/04/26		700.000	94,3		660.170	93,4	653.925
XS1605365193	2.2.2.	Credit Agricole London 1.375% 03/05/27		1.500.000	100,0		1.500.300	91,4	1.370.350
XS1069521083	2.2.2.	Credit Agricole London 2.375% 20/05/24		1.300.000	109,1		1.418.870	100,2	1.302.757
FR00140007B4	2.2.2.	Credit Mutuel Arkea 0.01% 28/01/26		300.000	99,5		298.446	88,6	265.687
FR0014007Q96	2.2.2.	Credit Mutuel Arkea 0.75% 18/01/30		1.300.000	99,4		1.292.187	79,2	1.029.821
XS2345982362	2.2.2.	Credit Suisse AG London 0.25% 05/01/26		4.500.000	93,9		4.223.978	84,9	3.821.651
XS2176686546	2.2.2.	Credit Suisse AG London 0.45% 19/05/25		1.500.000	101,1		1.515.975	88,7	1.330.809
XS2079723552	2.2.2.	DNB Bank ASA 0.05% 14/11/23		1.500.000	98,6		1.478.310	97,5	1.462.162
XS1396253236	2.2.2.	DNB Boligkreditt AS 0.25% 18/04/23		2.000.000	99,2		1.983.200	99,6	1.991.701
XS1719108463	2.2.2.	DNB Boligkreditt AS 0.375% 20/11/24		2.000.000	95,3		1.906.380	94,7	1.893.542
FR0013495181	2.2.2.	Danone 0.571% 17/03/27		800.000	100,0		800.000	89,8	718.649
FR0011527241	2.2.2.	Danone 2.6% 28/06/23		1.000.000	100,1		1.000.600	101,3	1.013.069
XS2406549464	2.2.2.	Danske Bank A/S 0.01% 10/11/24 VAR		2.000.000	96,6		1.931.230	96,7	1.934.348
XS1382792197	2.2.2.	Deutsch Telekom Int Fin 0.625% 03/04/23		1.000.000	99,5		995.400	100,0	999.588
XS1557096267	2.2.2.	Deutsch Telekom Int Fin 0.875% 30/01/24		1.000.000	97,7		977.100	98,6	985.731
XS0351489579	2.2.2.	Deutsch Telekom Int Fin 5.851% 17/03/23		100.000	124,8		124.800	105,3	105.283
XS2117462627	2.2.2.	Deutsche Bahn Fin GMBH 0% 14/02/24		1.500.000	98,0		1.470.530	96,4	1.446.390
XS1828032786	2.2.2.	Deutsche Telekom Int Fin 1.375% 01/12/25		2.500.000	98,3		2.457.008	95,0	2.373.900
XS1893621026	2.2.2.	EDP Finance BV 1.875% 13/10/25		700.000	100,8		705.740	95,3	667.078

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
XS2542914986	2.2.2.	EDP Finance BV 3.875% 11/03/30		2.000.000	98,6		1.972.190	99,1	1.981.299
	2.2.2.	ESH Logeal Immobiliere		3.171.000	100,0		3.171.000	100,5	3.185.792
	2.2.2.	ESH Scalis Immobiliere 16-12-62		2.865.000	100,0		2.865.000	100,2	2.869.451
XS2066706818	2.2.2.	Enel Finance Intl NV 0.% 17/06/24		200.000	99,8		199.500	95,0	190.054
XS0177089298	2.2.2.	Enel Finance Intl NV 5.25% 29/09/23		1.000.000	102,2		1.021.600	102,7	1.026.637
XS1326311070	2.2.2.	Energias de Portugal SA 2.375% 27/11/23		2.400.000	100,2		2.404.392	99,6	2.389.110
BE6305977074	2.2.2.	Euroclear Bank SA 0.5% 10/07/23		1.200.000	99,4		1.192.440	99,0	1.188.196
BE6338167909	2.2.2.	Euroclear Bank SA 3.625% 13/10/27		1.100.000	99,9		1.098.867	99,8	1.098.180
	2.2.2.	FMP BV A1 2.1% 18/12/48 VAR		15.978.466	100,0		15.978.466	100,1	15.990.417
	2.2.2.	FMP BV A5 1.5% VAR 20/08/50		18.874.035	100,0		18.874.035	100,1	18.882.567
FR0013420023	2.2.2.	HSBC France 0.25% 17/05/24		1.000.000	100,6		1.005.730	96,2	961.552
FR0013323722	2.2.2.	HSBC France 0.6% 20/03/23		2.500.000	99,5		2.486.750	100,1	2.503.328
XS0758420748	2.2.2.	Heineken NV 3.5% 19/03/24		1.000.000	101,3		1.013.100	103,4	1.033.931
XS1575444622	2.2.2.	Iberdrola Finanzas SAU 1% 07/03/25		3.000.000	100,9		3.027.323	95,8	2.874.395
XS1564443759	2.2.2.	Iberdrola Finanzas SAU Float 20/02/24		1.900.000	100,4		1.906.690	100,3	1.905.354
XS1116408235	2.2.2.	Iberdrola Intl BV 1.875% 08/10/24		1.300.000	107,1		1.392.690	97,8	1.271.602
FR0014009EI0	2.2.2.	L'oreal SA 0.375% 29/03/24		1.600.000	99,0		1.584.323	97,4	1.558.393
DE000LB381U7	2.2.2.	LB Baden-Wuerttemberg 2.75% 18/10/24		2.100.000	99,8		2.095.023	99,9	2.096.798
FR0013433596	2.2.2.	La Banque Postale 0.25% 12/07/26		1.000.000	90,6		905.600	88,7	886.468
ES0224244089	2.2.2.	Mapfre SA 4.375% 31/03/47 VAR		600.000	115,0		690.000	97,3	584.047
DE000A2YNZV0	2.2.2.	Mercedes-Benz Int Fince 0% 08/02/24		600.000	99,5		597.060	96,6	579.504
DE000A194DD9	2.2.2.	Mercedes-Benz Int Fince 0.875% 09/04/24		2.500.000	97,6		2.439.443	97,7	2.441.667
DE000A19UNN9	2.2.2.	Mercedes-Benz Int Fince 11/01/23		700.000	99,3		695.100	100,3	702.317
DE000A2R9ZT1	2.2.2.	Mercedes-Benz Int Fince BV 0.25% 06/11/23		1.000.000	98,7		986.600	97,5	975.367
XS1612958253	2.2.2.	NATL Westminster Bank 0.5% 15/05/24		2.000.000	96,6		1.931.540	96,5	1.930.281
XS1550988643	2.2.2.	NN Group NV 4.625% 13/01/48 VAR		1.000.000	116,2		1.161.900	100,5	1.004.603
XS2411311579	2.2.2.	NTT Finance Corp 0.082% 13/12/25		1.250.000	100,0		1.250.000	90,4	1.129.576
XS1685481332	2.2.2.	National Australia Bank 0.625% 18/09/24		600.000	102,8		616.866	95,8	574.716
XS2407357768	2.2.2.	Natwest Markets PLC 0.125% 12/11/25		300.000	99,8		299.391	89,4	268.178
XS2003499386	2.2.2.	Nordea Bank ABP 0.375% 28/05/26		400.000	100,4		401.720	90,8	363.196
XS1842961440	2.2.2.	Nordea Bank ABP 0.875% 26/06/23		1.500.000	100,7		1.510.200	99,7	1.494.700
XS1825134742	2.2.2.	Nordea Kiinnitsloutto 0.625% 23/05/25		700.000	95,0		665.070	94,2	659.604
FR0013241536	2.2.2.	Orange 0.75% 11/09/23		2.000.000	98,4		1.967.200	98,9	1.977.722
FR0013448669	2.2.2.	RCI Banque 0.25% 08/03/23		800.000	99,6		796.984	99,7	797.649
FR0013241361	2.2.2.	RCI Banque 1.375% 08/03/24		1.500.000	97,1		1.456.575	98,4	1.475.859
FR0013393774	2.2.2.	RCI Banque SA 2% 11/07/24		700.000	97,6		683.529	98,0	686.294
FR0013322146	2.2.2.	RCI Banque SA Float 12/03/25		1.100.000	98,6		1.084.778	97,9	1.077.317
XS1189286286	2.2.2.	REN Finance BV 2.5% 12/02/25		4.700.000	96,5		4.537.050	99,1	4.655.749
FR0013324332	2.2.2.	Sanofi 0.5% 21/03/23		2.000.000	99,6		1.992.800	99,9	1.998.888
FR0013143997	2.2.2.	Sanofi 0.625% 05/04/24		1.000.000	97,3		973.190	97,5	975.293
FR0011625433	2.2.2.	Sanofi 2.5% 14/11/23		2.300.000	100,0		2.299.580	100,3	2.306.484
FR0013517711	2.2.2.	Schneider Electric SE 0% 12/06/23		1.000.000	99,8		997.600	98,7	987.320
XS2049616548	2.2.2.	Siemens Financieringsmat 0% 05/09/24		1.000.000	96,1		961.100	95,2	951.600
XS2118280218	2.2.2.	Siemens Financieringsmat 0% 20/02/26		800.000	95,8		766.480	89,9	719.136
XS2558953621	2.2.2.	Skandinaviska Enskilda 3.25% 24/11/25		3.400.000	99,7		3.390.650	99,0	3.364.655
FR0013486701	2.2.2.	Societe Generale 0.125% 24/02/26		2.000.000	96,5		1.929.530	89,1	1.782.643
XS1418786890	2.2.2.	Societe Generale 0.75% 26/05/23		1.100.000	101,9		1.121.279	99,8	1.098.075
XS1848875172	2.2.2.	Svenska Handelsbanken AB 0.375% 03/07/23		847.000	99,3		841.113	99,1	839.080

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO			valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total
XS1795254025	2.2.2.	Svenska Handelsbanken AB 0.5% 21/03/23		1.400.000	100,2		1.402.136	100,0	1.400.272
XS2156510021	2.2.2.	Svenska Handelsbanken AB 1% 15/04/25		2.000.000	95,3		1.906.980	95,5	1.909.747
XS2527451905	2.2.2.	Svenska Handelsbanken AB 2.625% 05/09/29		2.000.000	94,3		1.885.920	94,0	1.880.889
XS2555192710	2.2.2.	SwedBank AB 3.75% 14/11/25		2.000.000	100,6		2.012.060	100,4	2.007.698
XS2404027935	2.2.2.	Swedbank AB 0.25% 02/11/26		3.100.000	99,1		3.071.200	87,5	2.711.738
XS0874864860	2.2.2.	Telefonica 3.987% 23/01/23		200.000	123,1		246.282	103,8	207.566
XS1946004451	2.2.2.	Telefonica Emisiones Sau 1.069% 05/02/24		300.000	103,9		311.802	98,7	296.093
XS1961772560	2.2.2.	Telefonica Emisiones Sau 1.788% 12/03/29		300.000	112,7		338.121	90,0	270.046
XS2549702475	2.2.2.	Toronto-Dominion Bank 3.25% 27/04/26		800.000	99,9		799.528	99,9	798.870
XS2400997131	2.2.2.	Toyota Motor Finance BV 0% 27/10/25		1.500.000	92,2		1.383.150	90,9	1.362.840
CH0341440334	2.2.2.	UBS Group Funding 1.5% 30/11/24		1.500.000	99,4		1.490.970	97,3	1.459.866
XS1117293107	2.2.2.	UNIQA Insurance Group AG 6% 27/07/46 VAR		500.000	125,2		625.750	102,1	510.339
XS1401196958	2.2.2.	Unibail - Rodamco SE 1.125% 28/04/27		1.000.000	91,1		910.600	86,8	868.283
DE000HV2ASU1	2.2.2.	Unicredit Bank AG 0.01% 19/11/27		1.200.000	99,6		1.194.636	85,5	1.026.518
DE000HV2AY12	2.2.2.	Unicredit Bank AG 2.625% 27/04/28		3.000.000	97,7		2.932.440	97,8	2.932.897
DE000HV2AY79	2.2.2.	Unicredit Bank AG 2.75% 27/02/26		1.200.000	100,0		1.199.460	98,6	1.183.568
IT0005199267	2.2.2.	Unicredit SPA 2% 30/06/23 VAR		1.250.000	100,2		1.252.500	100,0	1.249.638
XS1241577490	2.2.2.	Unilever NV 1% 03/06/23		1.000.000	99,4		993.600	99,7	997.171
XS1109802568	2.2.2.	Vodafone Group 1.875% 11/09/25		800.000	104,3		834.000	96,0	768.290
XS1372839214	2.2.2.	Vodafone Group 2.2% 25/08/26		700.000	111,8		782.740	95,6	669.309
XS1499604905	2.2.2.	Vodafone Group PLC 0.5% 30/01/24		1.000.000	99,3		992.800	97,6	975.839
XS2002017361	2.2.2.	Vodafone Group PLC 0.9% 24/11/26		1.000.000	92,5		925.100	90,4	904.282
XS1721423462	2.2.2.	Vodafone Group PLC1.125% 20/11/25		950.000	104,8		995.630	93,3	886.211
XS1972548231	2.2.2.	Volkswagen Fin Serv AG 1.5% 01/10/24		2.000.000	103,1		2.062.560	96,0	1.919.959
XS2152062209	2.2.2.	Volkswagen Fin Serv AG 3% 06/04/25		2.500.000	105,1		2.628.050	99,8	2.493.699
XS1167644407	2.2.2.	Volkswagen Intl Fin 0.875% 16/01/23		500.000	101,7		508.550	100,8	503.838
XS2014291616	2.2.2.	Volkswagen Leasing GMBH 1.5% 19/06/26		1.700.000	105,0		1.785.045	91,2	1.549.709
	2.2.2.	Sub-Total		222.945.501			221.885.007		214.382.322
	2.2.2	Sub-Total		486.430.501			486.087.691		482.202.619
	2.2	Sub-Total	1.734.595	486.430.501			507.415.017		502.790.146
	2.3	Derivados de Negociação							
	2.3	Sub-Total							
	2.4	Derivados de Cobertura							
	2.4	Sub-Total							
	2	Total	432.104.367	666.620.501			685.466.885		699.106.566
	3	TOTAL GERAL							
	3	Total							
	3	TOTAL GERAL	432.485.517	666.620.501			749.072.032		763.587.016

IV Relatório dos auditores